

**FACULDADES ALVES FARIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**Herrivelto Afonso de Oliveira**

**CRÉDITO RURAL E GERAÇÃO DE RENDA NO MUNICÍPIO DE MORRINHOS/  
GO: O CASO DO PRONAF**

**GOIÂNIA  
OUTUBRO DE 2015**

**FACULDADES ALVES FARIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**Herrivelto Afonso de Oliveira**

**CRÉDITO RURAL E GERAÇÃO DE RENDA NO MUNICÍPIO DE MORRINHOS/  
GO: O CASO DO PRONAF**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado das Faculdades Alves de Farias, como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional, sob a orientação do Prof. Dr. Cleyzer Adrian Cunha.

**Linha de Pesquisa:**

Análise e Política de Desenvolvimento Regional

**GOIÂNIA  
OUTUBRO DE 2015**

Catálogo na fonte: Biblioteca Faculdades ALFA

- O48c Oliveira, Herrivelto Afonso de.  
Crédito rural e geração de renda no município de Morrinhos/GO:  
O caso do PRONAF / Herrivelto Afonso de Oliveria. – Goiânia, 2016.  
111f. : il.
- Orientador: Prof. Dr. Cleyzer Adrian Cunha.
- Dissertação (Mestrado) – Faculdade Alves Faria - ALFA, Goiânia,  
2016.
1. Administração pública. 2. Administração Pública – Compra  
compartilhada. 3. IF Goiano - Técnicas de gestão. I. Título.

**HERRIVELTO AFONSO DE OLIVEIRA**

**CRÉDITO RURAL E GERAÇÃO DE RENDA NO MUNICÍPIO DE MORRINHOS-  
GO: O CASO DO PRONAF**

**AVALIADORES**

---

Prof. Dr. Cleyzer Adrian Cunha  
(Orientador)

---

Prof. Dr. Francisco Flávio Oliveira dos Anjos – UEG

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Cintia Neves Godoi – ALFA

**GOIÂNIA  
OUTUBRO DE 2015**

*Este trabalho é dedicado aos meus pais, que deram o pontapé inicial  
para minha educação.*

*A minha querida esposa Norma e minha filha Ana Clara, pelo apoio,  
incentivo e tolerância nos muitos momentos distantes para me dedicar  
aos estudos.*

*Agradeço a Deus e minha família pela vida e compreensão em todas as circunstâncias.*

*Aos meus Mestres por sua dedicação na construção do saber e por nos guiarem pelos caminhos na busca do conhecimento.*

*Um agradecimento especial ao meu Orientador, Prof. Dr. Cleyzer Adrian Cunha, pela paciência e por suas orientações.*

*Aos colegas de curso, aos amigos, aos meus gestores da Caixa Econômica Federal, ao Prof. Dr. Fernando Negret e a Prof.<sup>a</sup> Dra. Cintia Neves Godoi, que em muitas ocasiões suas palavras me ajudaram a me manter firme em meus objetivos acadêmicos.*

## RESUMO

OLIVEIRA, Herrivelto Afonso de. **Crédito rural e geração de renda no município de Morrinhos/GO: o caso do Pronaf**. 111 f. Mestrado em Desenvolvimento Regional – Faculdades Alves Faria, Goiânia, 2015.

A partir da década de 1960 o agronegócio apresentou grande relevância no contexto nacional e internacional na geração de renda e empregos, passando a exigir políticas creditícias diferenciadas para financiar a produção no campo, como no caso brasileiro com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1964, do Crédito Rural em 1965 e mais tardiamente em 1996, a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf. A finalidade deste último foi promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural, constituído por agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria da renda. Este trabalho procurou verificar os efeitos da concessão do crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf sobre a geração de renda e qualidade de vida do agricultor familiar do município de Morrinhos/GO no período de 2002 a 2012. Discutiu-se no referencial teórico os conceitos de crédito, agricultura familiar, crédito rural, desenvolvimento e qualidade de vida. Foi levantado dado estatístico e aplicado um questionário contendo 36 perguntas a uma amostra de 90 agricultores familiares do município de Morrinhos/GO, que possibilitou apurar que houve melhoria da renda e da qualidade de vida do pequeno agricultor familiar no período estudado devido uma combinação de políticas públicas, organização dos agricultores em associações e cooperativas e políticas creditícias ao pequeno produtor.

Palavras-chave: Crédito Rural. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf. Agronegócio. Qualidade de Vida.

## **ABSTRACT**

OLIVEIRA, Herrivelto Afonso de. Rural credit and income generation in the city of Morrinhos/GO: the case of Pronaf. 2015. 111 f. Master in Regional Development – Faculdades Alves Faria, Goiânia, 2015.

From the 1960s agribusiness has great relevance in the national and international context in generating income and jobs, going to require differentiated credit policies to finance the production in the field, as in the Brazilian case with the creation of the National System of Rural Credit ( SNCR) in 1964, the Rural Credit in 1965 and later in 1996, the creation of the National Family Agriculture Empowerment Program - Pronaf. The purpose of the latter was to promote the sustainable development of the rural sector, made up of family farmers in order to provide them with the increase in production capacity, creating jobs and improving income. This study sought to assess the effects of granting rural credit of the National Family Agriculture Empowerment Program - Pronaf on the generation of income and quality of life of the family farmer Morrinhos/GO municipality from 2002 to 2012 was discussed in theoretical concepts credit, family agriculture, rural credit, development and quality of life. It was raised statistic and a questionnaire containing 36 questions to a sample of 90 farmers in the municipality of Morrinhos / GO, which made it possible to ascertain that there was an improvement of income and the small family farmer quality of life during the study period due to a combination of policies public, organization of farmers associations and cooperatives and credit policies to small producers.

Keywords: Rural credit. National Family Agriculture Empowerment Program - Pronaf. Agribusiness. Quality of Life.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|   |    |
|---|----|
| Figura 1 – Mapa político do estado de Goiás com destaque para o município de Morrinhos.....   | 13 |
| Figura 2 – Taxa de Crescimento real acumulado em 12 meses do saldo das operações de crédito Brasil - Janeiro de 2008 a dezembro de 2013.....  | 29 |
| Figura 3 – Evolução do saldo de crédito em comparação a evolução do PIB no período de 2002 a 2012. ....   | 30 |
| Figura 4 – Gráfico do Saldo de Crédito Total / PIB no Brasil de 2002 a 2012 .....   | 31 |
| Figura 5 – Crédito rural do Programa Nacional para Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, concedido no ano de 2012, por região em %. ....   | 50 |
| Figura 6 – Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAP Pessoa Física ativas em julho/2015, totalizadas por enquadramento.....  | 55 |
| Figura 7 – Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAP Pessoa Física ativas em julho/2015, totalizadas por entidade emissora. ....   | 56 |
| Figura 8 – Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAP Pessoa Física ativas em julho/2015, totalizadas por condição de uso da terra. ....  | 57 |
| Figura 9 – Gráfico: Taxa de crescimento do Programa Nacional para Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf e Taxa de Crescimento do Valor Adicionado Agropecuária de Morrinhos/Goiás - 2002 a 2011.....  | 59 |
| Figura 10 – Gráfico: Pessoas do grupo familiar dos entrevistados que cursam ou concluíram o ensino fundamental até a 9º série / ensino médio / curso superior. ....   | 65 |
| Figura 11 – Gráfico: Principal forma de comercialização da Produção pelos entrevistados. ....   | 69 |
| Figura 12 – Gráfico: Proporção de contratos de custeio e investimento contratados no período de 2002 a 2012 no município de Morrinhos/GO e proporção de contratos de custeio e investimento conforme declarado por entrevistados nesta pesquisa. .... | 73 |
| Figura 13 – Gráfico: Renda mensal dos entrevistados em 2002 (equivalente deflacionado pelo IGP-DI para igualar poder de compra no ano de 2015) e 2015. ....   | 85 |

## LISTA DE TABELAS

|   |    |
|---|----|
| Tabela 1 – Crédito Pronaf concedido no município de Morrinhos/GO em 2012. ....  | 14 |
| Tabela 2 – Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ativas por emissor no município de Morrinhos/GO em julho/2015. ....  | 14 |
| Tabela 3 – Evolução do saldo de crédito x evolução do PIB de 2002 a 2012.....   | 30 |
| Tabela 4 – Saldo de Crédito Total / PIB no Brasil de 2002 a 2012 .....  | 31 |
| Tabela 5 – IDH do Brasil, Goiás e Morrinhos em 1970, 1980 e 1991. ....  | 44 |
| Tabela 6 – Volume de concessão crédito rural Pronaf no Brasil .....   | 52 |
| Tabela 7 – Volume de concessão crédito rural Pronaf em Goiás.....   | 53 |
| Tabela 8 – Volume de concessão crédito rural Pronaf em Morrinhos/GO.....  | 53 |
| Tabela 9 – Produto Interno Bruto a preços correntes, Valor Adicionado (VA) por setor e Taxa de Crescimento do VA Agropecuária de Morrinhos/Goiás - 2002 a 2011.....                               | 58 |
| Tabela 10 – Escolaridade dos entrevistados.....   | 60 |
| Tabela 11 – Forma de aquisição da Propriedade. ....   | 61 |
| Tabela 12 – Tempo que a propriedade pertence à família dos entrevistados.....   | 61 |
| Tabela 13 – Composição do grupo familiar. ....  | 62 |
| Tabela 14 – Pessoas do grupo familiar que moram na propriedade rural. ....  | 63 |
| Tabela 15 – Pessoas com o grupo familiar composto por quatro ou cinco pessoas com até três pessoas residindo na propriedade rural.....  | 63 |
| Tabela 16 – Motivos que levaram algum(ns) dos membros do grupo familiar do pequeno agricultor a não morarem na propriedade.....   | 64 |
| Tabela 17 – Pessoas do grupo familiar dos entrevistados concentrados por faixa de pessoas que possuem escolaridade até: o ensino fundamental (9º série) / o ensino médio / o curso superior. .... | 64 |
| Tabela 18 – Pessoas do grupo familiar dos entrevistados que cursam ou concluíram o ensino fundamental até a 9º série / ensino médio / curso superior.....   | 65 |
| Tabela 19 – Alimentos consumidos diariamente pelo grupo familiar dos agricultores entrevistados. ....   | 66 |
| Tabela 20 – Alimentos consumidos diariamente pelo grupo familiar dos agricultores entrevistados, mas que são produzidos em sua propriedade.....   | 67 |
| Tabela 21 – Distância entre a propriedade rural de exploração pelo entrevistado até a cidade de Morrinhos/GO. ....  | 67 |

|   |           |
|---|-----------|
| <b>Tabela 22 – Distância entre a propriedade rural de exploração pelo entrevistado até a cidade de Morrinhos/GO por forma de comercialização. ....</b>                                  | <b>69</b> |
| <b>Tabela 23 – Entrevistados que fazem parte de alguma associação ou cooperativa de produção.....</b>   | <b>70</b> |
| <b>Tabela 24 – Empregados contratados pelos entrevistados (não pertencentes ao grupo familiar).....</b>   | <b>71</b> |
| <b>Tabela 25 – Principal cultura/atividade geradora de renda do entrevistado. ....</b>  | <b>71</b> |
| <b>Tabela 26 – Levantamento do efetivo dos dez municípios com o maior rebanho de vacas ordenhadas do estado de Goiás. ....</b>  | <b>72</b> |
| <b>Tabela 27 – Linhas de crédito Pronaf que os entrevistados possuem.....</b>   | <b>73</b> |
| <b>Tabela 28 – Quantidade de contratos Pronaf concedidos no município de Morrinhos/GO no período de 2000 a 2012.....</b>  | <b>73</b> |
| <b>Tabela 29 – Ano da última contratação do crédito rural Pronaf pelos entrevistados.....</b>   | <b>74</b> |
| <b>Tabela 30 – Tempo em que o entrevistado tem tomando crédito rural Pronaf.....</b>  | <b>75</b> |
| <b>Tabela 31 – Contribuição do crédito rural Pronaf nos últimos treze anos para melhorar a capacidade produtiva dos empreendimentos desenvolvidos pelos entrevistados. ....</b>         | <b>75</b> |
| <b>Tabela 32 – Melhorias que o crédito rural Pronaf na modalidade investimento propiciou para a capacidade produtiva dos empreendimentos desenvolvidos pelos entrevistados. ....</b>    | <b>76</b> |
| <b>Tabela 33 – Melhorias que o crédito rural Pronaf na modalidade custeio propiciou para a capacidade produtiva dos empreendimentos desenvolvidos pelos entrevistados. ....</b>         | <b>77</b> |
| <b>Tabela 34 – Respeito às orientações contidas no projeto elaborado pelo ATER apresentado junto à instituição financeira, quando da solicitação do crédito pelo entrevistado. ....</b> | <b>78</b> |
| <b>Tabela 35 – Percepção do entrevistado sobre a importância do crédito rural Pronaf para impulsionar a produção na propriedade rural. ....</b>   | <b>78</b> |
| <b>Tabela 36 – Número de entrevistados com operação de crédito rural inadimplente.....</b>  | <b>79</b> |
| <b>Tabela 37 – Razões alegadas pelo grupo de entrevistados para justificar a operação de crédito rural inadimplente.....</b>  | <b>79</b> |
| <b>Tabela 38 – Idade dos produtores entrevistados. ....</b>   | <b>80</b> |
| <b>Tabela 39 – Sexo dos entrevistados.....</b>  | <b>80</b> |
| <b>Tabela 40 – Acesso à saúde dos entrevistados no período compreendido entre 2002 e 2015. ....</b>   | <b>81</b> |
| <b>Tabela 41 – Tempo que a propriedade do empreendimento familiar do entrevistado possui energia.....</b>   | <b>81</b> |

|  |           |
|--|-----------|
| <b>Tabela 42 – Tecnologias implantadas pelo entrevistado no período de 2012 a 2015 que julgou como importante para o aumento da produtividade.....</b>                 | <b>82</b> |
| <b>Tabela 43 – Tempo que a propriedade onde o entrevistado desenvolve seu empreendimento possui acesso a Internet.....</b>   | <b>83</b> |
| <b>Tabela 44 – Renda mensal média auferida pelo entrevistado em 2015.....</b>  | <b>83</b> |
| <b>Tabela 45 – Renda mensal média auferida pelo entrevistado em 2002 e seu equivalente deflacionada pelo IGP-DI para igualar o poder de compra no ano de 2015.....</b> | <b>84</b> |

## LISTA DE QUADROS

|   |           |
|---|-----------|
| <b>Quadro 1 - Domínios e facetas do WHOQOL-100.....</b> | <b>45</b> |
|---|-----------|

## LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

|          |  |
|----------|--|
| ATER     | Assistência Técnica e Extensão Rural   |
| BNDES    | Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social                           |
| CDB      | Certificado de Depósito Bancário   |
| CDC      | Crédito Direto ao Consumidor   |
| CDI      | Certificado de Depósito Interbancário  |
| DAP      | Declaração de Aptidão ao Pronaf  |
| DISCO    | Disposição em aceitar algo como compensação pela perda do bem ambiental        |
| DISPA    | Disposição de um indivíduo em pagar pelo ganho da preservação do bem ambiental |
| EMBRAPA  | Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias                                  |
| Embrater | Empresa Brasileira de Extensão Rural   |
| FAT      | Fundo de Amparo ao Trabalhador   |
| FGTS     | Fundo de Garantia por Tempo de Serviço   |
| FNDE     | Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação                                  |
| Funcafé  | Fundo de Defesa da Economia Cafeeira   |
| IDH      | Índice de Desenvolvimento Humano   |
| IMB      | Instituto Mauro Borges   |
| INCRA    | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária                            |
| IPEA     | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada                                       |
| MCR      | Manual de Crédito Rural  |
| MDA      | Ministério do Desenvolvimento Agrário  |
| MDS      | Ministério de Desenvolvimento Social   |
| OGU      | Orçamento Geral da União   |
| OMS      | Organização Mundial de Saúde   |
| PAA      | Programa de Aquisição de Alimentos   |
| Padap    | Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba                            |
| PEA      | População Economicamente Ativa   |
| PGPM     | Política de Garantia de Preço Mínimo   |
| PIB      | Produto Interno Bruto  |

|            |   |
|------------|---|
| PNAE       | Programa Nacional de Alimentação Escolar                    |
| PNCF       | Programa Nacional de Crédito Fundiário                      |
| PNDR       | Política Nacional de Desenvolvimento Regional               |
| PNRA       | Programa Nacional de Reforma Agrária                        |
| PNUD       | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento           |
| Polocentro | Programa de Desenvolvimento dos Cerrados                    |
| Prodecer   | Programa de Desenvolvimento dos Cerrados                    |
| Pronaf     | Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar |
| Pronamp    | Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural          |
| SNCR       | Sistema Nacional de Crédito Rural                           |
| VSR        | Valor Sujeito a Recolhimento                                |

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>10</b> |
| <b>1. METODOLOGIA DE PESQUISA .....</b>   | <b>12</b> |
| 1.1 Seleção da área de estudo .....   | 12        |
| 1.2 Histórico do município de Morrinhos/GO .....  | 14        |
| 1.3 Amostragem .....  | 17        |
| 1.4 Questionário .....  | 19        |
| <b>2 REFERÊNCIAL TEÓRICO .....</b>  | <b>21</b> |
| 2.1 Desenvolvimento .....   | 21        |
| 2.2 Agronegócio .....   | 24        |
| 2.3 Crédito e políticas de crédito .....  | 26        |
| 2.3.1 Linhas de crédito às pessoas físicas.....   | 32        |
| 2.3.2 Linhas de crédito às pessoas jurídicas .....  | 33        |
| 2.3.3 Linhas de crédito ao agronegócio .....  | 34        |
| 2.3.4 Risco .....   | 34        |
| 2.3.4.1 Risco de crédito .....  | 35        |
| 2.3.4.2 Risco de mercado.....   | 35        |
| 2.3.4.3 Risco de taxa de juros .....  | 36        |
| 2.3.4.4 Risco operacional .....   | 36        |
| 2.4 Crédito rural.....  | 37        |
| 2.5 Qualidade de vida .....   | 41        |
| 2.6 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf.....   | 46        |
| <b>3. RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>  | <b>52</b> |
| 3.1 Pesquisa de Campo: aspectos socioeconômicos do beneficiário do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf. .... | 59        |
| 3.1.1 Bloco 1 - Produtor. ....  | 59        |
| 3.1.2 Bloco 2 - Propriedade.....  | 67        |
| 3.1.3 Bloco 3 - Pronaf.....   | 72        |
| 3.1.4 Bloco 4 – Qualidade de vida.....  | 79        |
| 3.1.5 Questão aberta e subjetiva. ....  | 85        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  | <b>87</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>  | <b>89</b> |
| <b>APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO.....</b>   | <b>93</b> |

**APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....104**

## INTRODUÇÃO

O agronegócio tem despontado como um dos setores da economia, que muito tem contribuído para o crescimento da economia mundial. Os avanços tecnológicos conseguiram aumentar a produção no campo sem aumentar as áreas exploradas. Sendo tão importante, o agronegócio exige políticas públicas diferenciadas para financiar a produção no campo, como a criação, em 1964, do Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR e, em 1965, a criação do Crédito Rural, com taxas, condições e regulações diferenciadas do crédito comercial.

Apesar das políticas públicas creditícias diferenciadas ao setor produtivo do campo, no Brasil, país com forte aptidão para a atividade agropecuária, constatou-se a exclusão do pequeno agricultor, que não conseguia acesso ao crédito. Posteriormente, em 1996, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, justamente para tentar corrigir esta disparidade e promover o desenvolvimento rural e a melhoria na qualidade de vida do pequeno produtor rural.

Este trabalho se ateve a um recorte temporal que compreende os anos de 2002 a 2012. O período estudado foi limitado ao ano de 2012 por ser o último ano do anuário estatístico de crédito rural, disponibilizados pelo Banco Central do Brasil até a realização desta pesquisa e iniciado em 2002, primeiro por abarcar dez anos da concessão do crédito rural Pronaf, prazo admitido como suficiente para se analisar os reflexos da linha sobre o pequeno agricultor de Morrinhos e, em segundo para aumentar a confiabilidade das respostas ao questionário aplicado, uma vez que foram incluídas questões em que o produtor fará uma comparação entre sua vida presente e sua vida pregressa e quanto maior este intervalo, mais difícil será para o agricultor realizar esta comparação.

O objetivo geral deste trabalho foi verificar os efeitos da concessão do crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf sobre a geração de renda e qualidade de vida do agricultor familiar do município de Morrinhos/GO. A pesquisa foi importante, visto a evolução ascendente do volume de crédito sendo concedido aos beneficiários que se enquadram no programa.

Os objetivos específicos são:

- Analisar as condições socioeconômicas do produtor e da propriedade dos produtores que fazem uso do Pronaf;
- Analisar se ocorreu melhoria na condição e na qualidade de vida dos participantes do programa Pronaf;

- Avaliar junto aos produtores a relevância do Pronaf na melhoria da atividade econômica na propriedade;
- Avaliar junto aos produtores se houveram melhorias na renda e nas condições de vida na propriedade.

Este trabalho foi dividido em três seções, além de introdução, conclusão e referências. Na primeira seção tratamos da metodologia empregada na pesquisa. Na segunda tratamos do referencial teórico sobre Desenvolvimento, Agronegócio, Crédito Rural, Qualidade de vida e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, enquanto na terceira seção fizemos a análise e discussão dos resultados da pesquisa.

## **1. METODOLOGIA DE PESQUISA**

Foi adotado o método indutivo, partindo de um ponto particular, neste estudo, o crédito rural aplicado ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, caminhando para uma questão mais específica, o processo de geração de renda do pequeno agricultor no município de Morrinhos/GO. Realizou-se revisão bibliográfica e documental: Bibliográfica, para conceitos sobre agronegócio, crédito rural e desenvolvimento. Documental, na revisão de documentos públicos, como o Manual de Crédito Rural, que consolida as normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil sobre o crédito rural no país, como também, o anuário estatístico do crédito rural, que apresenta os dados estatísticos sobre a concessão destas linhas de crédito. São documentos oficiais e norteadores das políticas públicas sobre o tema no Brasil.

A metodologia de pesquisa adotada será baseada na análise de dados estatísticos de órgãos de pesquisa, controle e fiscalização, como Banco Central do Brasil, IBGE, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) entre outros, e na aplicação de questionário fechado, a uma amostra de proprietários de estabelecimento rural, no município de Morrinhos/GO, que sejam detentores da Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP, documento indispensável aos tomadores do crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf. A partir dos dados levantados sobre o crédito rural faremos um comparativo com o crescimento econômico, comparando-o com o Produto Interno Bruto (PIB) rural, índice mais utilizado no mundo para medir o crescimento econômico. Com a aplicação do questionário fechado apura-se, na percepção do pequeno agricultor, se houve melhoria da renda e da qualidade de vida e, se foi em decorrência do crédito rural.

### **1.1 Seleção da área de estudo**

A pesquisa se limita ao município de Morrinhos, localizado no estado de Goiás, na mesorregião do Sul Goiano e na microrregião do Meia Ponte, como ilustrado na figura 1. O município fica a aproximadamente 123 km da capital do estado, Goiânia, e apresenta população de 41.460 habitantes, com área total de 2.846,199 km<sup>2</sup>, conforme estimativas do censo demográfico de 2010 do IBGE (IBGE, 2010). O município de Morrinhos originou-se à partir do desmembramento do município de Piracanjuba. Encontra-se a 789,89 metros acima

do nível do mar e faz divisa com os municípios de Goiatuba, Pontalina, Piracanjuba, Caldas Novas, Marzagão, Água Limpa e Buriti Alegre.

Segundo o censo demográfico de 2010 (IBGE, 2010), o censo agropecuário de 2006 (IBGE, 2006) e o Instituto Mauro Borges – IMB (GOIÁS, 2014), comparando o município com os duzentos e quarenta e cinco demais municípios do estado, Morrinhos é o 45º maior município em PIB *per capita* (ano 2011), 32º maior em extensão territorial (ano 2012), 26º maior índice de desenvolvimento municipal (ano 2010), 25º maior em utilização de terras na agropecuária (ano 2006), 19º em número total de empregos (ano 2012) e 10º maior em número de consumidores de energia elétrica rural (ano 2013).

**Figura 1** – Mapa político do estado de Goiás com destaque para o município de Morrinhos.



Fonte: IBGE.

No ano de 2012, o município acumulou um saldo de seiscentos e quarenta e sete contratos, somando pouco mais de onze milhões e quinhentos mil reais em crédito rural do Programa Nacional da Agricultura Familiar – Pronaf, como pode ser observado na Tabela 1.

**Tabela 1** – Crédito Pronaf concedido no município de Morrinhos/GO em 2012.

| ATIVIDADE    | FINALIDADE |                     |              |                     |                 |             | TOTAL      |                      |
|--------------|------------|---------------------|--------------|---------------------|-----------------|-------------|------------|----------------------|
|              | CUSTEIO    |                     | INVESTIMENTO |                     | COMERCIALIZAÇÃO |             |            |                      |
|              | CONTRATO   | VALOR               | CONTRATO     | VALOR               | CONTRATO        | VALOR       | CONTRATO   | VALOR                |
| Agrícola     | 15         | 490.052,61          | 69           | 411.726,09          | 0               | 0,00        | 84         | 901.778,70           |
| Pecuária     | 294        | 4.697.417,48        | 269          | 5.912.998,78        | 0               | 0,00        | 563        | 10.610.416,26        |
| <b>Total</b> | <b>309</b> | <b>5.187.470,09</b> | <b>338</b>   | <b>6.324.724,87</b> | <b>0</b>        | <b>0,00</b> | <b>647</b> | <b>11.512.194,96</b> |

Fonte: Banco Central do Brasil - Anuário Estatístico do Crédito Rural de 2012

A Tabela 2 demonstra o número de Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAP ativas em julho de 2015 no município de Morrinhos/GO classificadas por emissor, onde constatamos que o principal emissor destas declarações foi a Agência Goiano de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária.

**Tabela 2** – Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ativas por emissor no município de Morrinhos/GO em julho/2015.

| EMISSOR DA DAP  | QTDE        | %              |
|---|-------------|----------------|
| Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária.                      | 679         | 57,59%         |
| Empresa de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária do Estado de Goiás – Emater. | 39          | 3,31%          |
| Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - SR-04/GO.                                     | 6           | 0,51%          |
| Secretaria De Agricultura Pecuária e Abastecimento do Estado De Goiás.                              | 113         | 9,58%          |
| Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morrinhos/GO.   | 300         | 25,45%         |
| Sindicato Rural de Morrinhos.   | 42          | 3,56%          |
| <b>TOTAL</b>  | <b>1179</b> | <b>100,00%</b> |

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário - 2015

## 1.2 Histórico do município de Morrinhos/GO

A história do município inicia no começo do século XIX com a chegada de Antônio Corrêa Bueno e seus irmãos Inácio Corrêa Bueno e Pedro Corrêa Bueno, vindos de Patrocínio-MG, nas terras onde fica atualmente o município de Morrinhos, mas apenas Antônio Corrêa Bueno se fixou na região, atraído pelas belezas naturais e pela fertilidade do solo, desenvolvendo a agricultura e pecuária em pequena escala (IBGE, 2014).

A região recebeu vários nomes ao longo do tempo como, Nossa Senhora do Carmo dos Morrinhos, Vila Bela do Paranaíba e Vila Bela de Nossa Senhora do Carmo de

Morrinhos. Mas através da lei provincial n. 686, de 29 de agosto de 1882, passou da condição de vila à condição de Município, recebendo o nome Morrinhos em menção a três acidentes geográficos na região: Morro do Ovo, Morro da Catraca e Morro da Cruz, que cercam o município (IBGE, 2014).

A então Vila Bela de Morrinhos, que futuramente se tornaria no município de Morrinhos, surgiu como entreposto comercial na região, que devido às longas distâncias da região central do país, a precariedade nos meios de transporte que eram realizados por cavalos ou muares devido à falta de rios navegáveis, formou-se este entreposto comercial oferecendo ponto de apoio no fornecimento de artigos básicos, como: sal, tecido, charque, ferramentas e outras especiarias.

As primeiras bandeiras que vieram para a região dos atuais estados de Goiás e Tocantins datam do ano de 1590 e vinham de São Paulo em canoas pelos rios Paranaíba, Tocantins e Araguaia, com o objetivo de capturar indígenas e as expedições dos jesuítas do Pará, que partiam da região norte para o centro do país pelo Rio Tocantins chegando a Goiás, com o objetivo de catequizar e aculturar os povos indígenas. Contudo não vinham com o objetivo de fixarem-se no estado (PALACIN, MORAES, 2006).

Segundo Palacin (2006, p.10), “A bandeira era uma expedição organizada militarmente, e também uma espécie de sociedade comercial. Cada um dos participantes entrava com uma parcela de capital, que consistia ordinariamente em certo número de escravos”. As viagens das bandeiras eram longas e poderiam durar dois ou três anos.

No período do descobrimento do ouro no Brasil, as expedições das bandeiras fixavam as pessoas nas regiões próxima das minas de exploração do ouro e muitos desses aglomerados transformavam-se em povoados, vilarejos e futuramente cidades.

Com a descoberta de ouro em Minas Gerais em 1690 e nas minas de Cuiabá em 1718, foi que Bartolomeu Bueno Silva, conhecido por Anhanguera, autorizado pelo rei, organizou uma bandeira para o interior de Goiás em busca de ouro. A ideia era que se Minas Gerais e Mato Grosso eram regiões tão prósperas em ouro, Goiás que ficava entres estas duas regiões também deveria ser (PALACIN; MORAES, 2006).

A expedição de Anhanguera partiu de São Paulo em 3 de julho de 1722 e passou por muitos percalços, como desvio de rotas, deserções e mortes. Mas devido sua obstinação, acabou encontrando ouro nas cabeceiras do rio Vermelho, onde atualmente fica a cidade de Goiás e após três anos, em 21 de outubro de 1725, retorna a São Paulo para comunicar a descoberta (PALACIN; MORAES, 2006).

A partir daí inicia-se o processo de povoamento do estado de Goiás, estabelecendo um dos primeiros povoados, justamente na região do Rio Vermelho, onde se fundou o arraial de Sant'Ana, que depois foi chamado de Vila Boa e posteriormente cidade de Goiás, permanecendo como a capital do território por duzentos anos. Naquela época, os povoados eram constituídos de forma irregular, formando aglomerados improvisados nas proximidades das minas:

O povoamento determinado pela mineração do ouro é o povoamento mais irregular e mais instável, sem nenhum planejamento, sem nenhuma ordem. Onde aparece ouro, ali surge uma povoação; quando o ouro se esgota, os mineiros mudam-se para outro lugar e a povoação definha ou desaparece". (PALACIN; MORAES, 2006, p.12).

Por cerca de vinte anos o território goiano foi vasculhado e onde se encontrava ouro surgia um arraial. Praticamente em todos os arraiais que surgiram em função da atividade de mineração, uma atividade básica da agropecuária se desenvolvia paralelamente a mineração para abastecer os mineiros com mantimentos e especiarias, pois devido à distância, nem tudo era possível de ser trazido da capitânia, propiciando no esgotamento do ouro, que muitos povoados persistissem existindo com vocação para a agropecuária.

Com o declínio da atividade aurífera, os municípios que prevaleceram, substituíram a atividade da extração do ouro pela agropecuária, sendo mais predominante nesta época o gado, pois para aquela época era a atividade mais adaptada ao solo pobre do cerrado e de mais fácil manejo e transporte, pois não exigia grande quantidade de mão de obra como a agricultura e se autotransportava para a comercialização. As regiões do estado de Goiás que nesta época não foram descobertas jazidas de ouro, como as regiões sul, sudeste e o norte, foram ocupadas posteriormente com a extensão da atividade pecuária e da agricultura, durante os séculos XIX e XX, graças aos avanços tecnológicos que propiciou correção do solo.

Outro fator de povoamento do estado de Goiás foram os caminhos seguidos pelos tropeiros para escoar a produção aurífera e para transportar as especiarias para essa região no interior do estado. Como o meio de transporte nesse período era feito por cavalos ou muare, em caminhos de difícil acesso, estas viagens eram demoradas sendo necessária a parada para pouso, além da fiscalização nos postos fiscais em pontos estratégicos, como nos pontos de travessia de fronteiras, o que propiciou o surgimento dos povoados nestas localidades.

O município de Morrinhos, desde o fim do século XIX e início do século XX, se estabelece como um entreposto comercial para a região sul do Estado, pois está no caminho

feito pelas caravanas que transportam mercadorias para o interior do estado e funcionava como um posto de trocas comerciais, mas sua economia ainda é alicerçada na atividade agropecuária. Mesmo com o declínio do ouro, o município de Morrinhos manteve sua unidade com a população fixada na região, graças ao fortalecimento do coronelismo pelas alianças firmadas entre um fazendeiro menor e um maior (coronel), à atividade pecuária que evitou o despovoamento e ao estabelecimento do entreposto comercial na sede do município (MELO, 2014).

A transferência da Capital do Estado para Goiânia em 1935, firmando-se como novo centro atacadista, aliado a cenário político-econômico que o país passava, levou o município a reduzir sua atividade comercial. Iniciou-se uma nova fase onde a classe política do município passou a apoiar a agropecuária como nova atividade econômica para a cidade e região: primeiro, porque essa já era à base da economia do município e, segundo devido a política expansionista de Getúlio Vargas que estimulou o avanço da fronteira agrícola (MELO, 2014).

Segundo Ferreira (1958 *apud* MELO, 2014, p.82) a chegada do Banco do Brasil, contribuiu para incrementar a agropecuária através dos financiamentos concedidos, beneficiando inclusive, municípios vizinhos. Com topografia e clima favorável, a atividade agropecuária consolidou-se como importante atividade econômica para o município de Morrinhos, contribuindo para o desenvolvimento da cidade, mesmo as lavouras exploradas em regime de trabalho familiar, o que fixava os laços de permanência com a terra.

### **1.3 Amostragem**

Segundo Ministério do Desenvolvimento Agrário (2015a) existem no município de Morrinhos/GO 1.179 Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAP ativas emitidas às pessoas físicas, 143 em situação inativa, emitidas às pessoas físicas e três ativas emitidas às pessoas jurídicas. Para que o agricultor se torne beneficiário do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, e conseqüentemente tenha acesso ao crédito rural, devem comprovar seu enquadramento no programa apresentando a Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ativa, como determina a legislação pertinente (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2014).

Considerando a obrigatoriedade de apresentar a Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ativa para obter o crédito rural e do universo de estudo deste trabalho sendo os agricultores familiares do município de Morrinhos, estado de Goiás, para efeito estatístico da

pesquisa de campo, admitiu-se como população, os 1.179 agricultores familiares de Morrinhos/GO com a Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ativa que fazem parte dos cadastros do Ministério do Desenvolvimento Agrário, extraídos em 29 de junho de 2015. Morettin (2000) define população dentro da amostragem como o “conjunto formado por indivíduos ou objetos que têm pelo menos uma variável comum e observável”.

Devido a grande quantidade de famílias da população, objeto de estudo, optou-se por extrair uma amostra representativa deste grupo de 1.179 agricultores familiares para a realização da pesquisa de campo. Morettin (2000) define a amostragem como “o processo de seleção de uma amostra, que possibilita o estudo de características da população” e faz a seguinte consideração sobre amostra: “Fixada uma população, qualquer subconjunto formado exclusivamente por seus elementos é denominado amostra desta população”.

O objetivo é, através do estudo de uma amostra, determinar o padrão de comportamento que pode ser atribuído a toda a população, reduzindo custos e tempo para elaboração do estudo de campo. Mas, para atribuir um comportamento a uma população através do estudo de uma amostra faz-se necessário a adoção de técnicas estatísticas para definição do tipo de amostragem.

Definiu-se que a amostra será coletada dentre a população de 1.179 agricultores familiares coma Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP por meio de uma amostragem não probabilística, que segundo Mattar (apud OLIVEIRA, 2001) “é aquela em que a seleção dos elementos da população para compor a amostra depende ao menos em parte do julgamento do pesquisador ou do entrevistador no campo”.

Devido a grande quantidade de agricultores que compõe a população do estudo, considerando a definição de amostragem não probabilística, a dificuldade de acesso aos produtores e por não gerar prejuízo à interpretação dos resultados, será adotada neste estudo a técnica estatística de amostragem por julgamento (intencional) na coleta das amostras, explicado por Oliveira (2001) como: “O pesquisador usa o seu julgamento para selecionar os membros da população que são boas fontes de informação precisa”. A amostragem por julgamento ou intencional permitirá a entrevista dos agricultores em seus encontros junto ao órgão de assistência e extensão rural do município, ou nos encontros das associações e cooperativas dos agricultores familiares e até mesmo nas reuniões do PNHR – programa nacional de habitação rural em andamento no município de Morrinhos/GO.

Definiu-se, portanto, pela adoção de 90 amostras para aplicação do questionário fechado.

## 1.4 Questionário

Para a coleta dos dados de campo adotou-se o questionário, definido por Yaremko, Harari, Harrison & Lynn (1986 apud GUNTHER, 2003, p. 2) como “um conjunto de perguntas sobre um determinado tópico que não testa a habilidade do respondente, mas mede sua opinião, seus interesses, aspectos de personalidade e informação biográfica”. Trabalhando com um público de baixa renda que lida diretamente no campo e abordando conceitos que visam à percepção na qualidade de vida desta população, trabalhando com questões concretas que relacionam conceitos em uma linguagem coloquial visando maior fluidez na comunicação com este público.

Optou-se ainda pelo questionário fechado diante da população-alvo a ser pesquisado, principalmente em consideração a sua dimensão, recursos humanos, tempo e a seu acesso, uma vez que será trabalhada a população rural pertencente ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf do município de Morrinhos que tem a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) emitida e válida até julho de 2015.

O planejamento é para aplicar o questionário em dois momentos possíveis, sendo o primeiro nos encontros organizados pelas entidades agregadoras, como a Empresa de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária do Estado de Goiás - Emater e a Secretaria Municipal de Agricultura Familiar de Morrinhos e o segundo momento, caso necessário, diretamente na propriedade rural do “pronafigano”, que no caso do município de Morrinhos/GO, concentram-se na zona rural do município.

Um grande desafio na aplicação do questionário no processo de pesquisa, além de toda a logística envolvida, é convencer os entrevistados a finalizarem o preenchimento do questionário de forma honesta. Esse desafio poderá ser superado ao demonstrar consideração, apreço e apoio aos valores do grupo, demonstrando que a intenção é verificar se o crédito rural destinado ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf tem contribuído na melhoria da qualidade de vida destas pessoas, oferecendo subsídios para adequação de políticas públicas que atendam a este seguimento.

Reduzir esforço físico, eliminar embaraços, ser objetivo, imparcial e aplicar o questionário em momento oportuno, valoriza suas repostas e também é uma excelente alternativa para minimizar os desvios e erros no preenchimento do questionário, ampliando a lisura da pesquisa.

O questionário foi estruturado em quatro blocos e adotado uma estrutura, onde se partiu do princípio geral para o específico. O primeiro bloco terá um cunho social vinculado

ao produtor, abordando itens como grupo familiar e tempo de permanência na propriedade, alimentação entre outras relacionadas ao produtor. No segundo bloco abordaremos questões de cunho econômico relacionados a propriedade do agricultor familiar. No terceiro bloco abordaremos temas relacionados à perspectiva sobre o crédito rural. Já no quarto bloco abordamos elementos vinculados a qualidade de vida do produtor, como renda, emprego e produção agropecuária.

O questionário consta do apêndice A, sendo que os itens em *itálico e sublinhado* não constarão do questionário a ser aplicado, sendo utilizados como uma ferramenta didática para esclarecer os objetivos das questões formuladas.

## 2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

### 2.1 Desenvolvimento

Veiga (2010) explica que até o fim da década de 1950 e início de 1960 o desenvolvimento era visto como um sinônimo de crescimento econômico, pois os países que se desenvolveram foram os países que enriqueceram devido à industrialização. Mas durante a década de 1950 ocorreu crescimento econômico em países semi-industrializados sem reflexo na qualidade de vida da população mais pobre, como pouco acesso à saúde e educação, diferentemente do que aconteceu nos países classificados como desenvolvidos, dando origem então a um intenso debate sobre o vocábulo desenvolvimento.

A história da humanidade passou a ser determinada pelo crescimento econômico a partir da Revolução Industrial do século XVIII, mas somente no fim do século XIX, que as condições da população mais pobre começaram a melhorar, como por exemplo, com a redução da mortalidade que era grande em tempos de Revolução Industrial devido às péssimas condições de vida da classe trabalhadora.

Apesar de muitos autores atribuírem o marco do crescimento econômico mundial à Revolução Industrial do século XVIII, há autores como North (*apud* VEIGA, 2010, p. 77) que atribuem ao surgimento da agricultura há dez mil anos como o primeiro acelerador do progresso material, a intitulando de primeira revolução econômica e a Revolução Industrial do século XVIII, como a segunda revolução econômica mundial.

Para Sen (*apud* VEIGA, 2010, p.34) o desenvolvimento requer a remoção das principais fontes de privação da liberdade, que são: pobreza, tirania, carência de oportunidades econômicas, corrupção, negligência, entre outras. Segundo Veiga (2010) foi a partir de 1990, quando surgiu o primeiro relatório de Desenvolvimento Humano, que o crescimento econômico de fato parou de ser entendido como um sinônimo de benefícios à população, e passou a ser visto como um elemento que faz parte de um processo maior, onde outras dimensões, além da econômica, deveriam ser consideradas para se chegar ao desenvolvimento.

Segundo a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), o conceito de desenvolvimento regional está ligado a um processo de mudança que articula o desenvolvimento da estrutura produtiva da economia, a elevação da qualidade de vida da população e a conservação ambiental. Segundo Bandeira (1999, p. 8), o desenvolvimento

regional não deve ser centrado no espaço territorial das grandes regiões, mas sim na potencialidade das áreas menores:

Quanto ao escopo, torna-se cada vez mais claro que as abordagens centradas no nível de abrangência territorial das grandes regiões — Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul — devem ser substituídas por iniciativas de abrangência sub-regional ou local, que possam ser melhor calibradas com base em diagnósticos mais precisos da situação e das potencialidades dessas áreas menores, cuja problemática tende a ser mais homogênea.

O desenvolvimento rural, segundo Navarro (2001), é um derivado do tema “desenvolvimento” surgido no período compreendido entre as décadas de 1950 e 1970 logo após a Segunda Guerra, quando o crescimento da época revoluciona o modo de vida e os comportamentos sociais, alimentando esperanças e estimulando iniciativas em todas as sociedades. O desenvolvimento rural, neste período, foi também um dos grandes motores das políticas governamentais e de interesses sociais, sendo que a agricultura se torna hegemônica em todo mundo, alicerçada no movimento “revolução verde” baseada na aplicação da tecnologia no campo.

No Brasil, não foi muito diferente, pois nos anos 1970, sob a condução dos governos militares, os programas implantados a título de desenvolvimento rural também tinham o ímpeto modernizante:

No Brasil, por exemplo, já nos anos 70, sob a condução dos governos militares, um conjunto de programas foi implementado nas regiões mais pobres, o Nordeste em particular, sob a égide do desenvolvimento rural (pois em outras regiões o modelo era o da "modernização agrícola"). Em tal contexto, a transformação social e econômica - e a melhoria do bem-estar das populações rurais mais pobres - foi entendida como o resultado "natural" do processo de mudança produtiva na agricultura. Este último foi meramente identificado como a absorção das novas tecnologias do padrão tecnológico então difundido, acarretando aumentos da produção e da produtividade e, assim, uma suposta e virtuosa associação com aumentos de renda familiar, portanto, “desenvolvimento rural”. (NAVARRO, 2001, p. 84).

Em meados da década de 1990, inicia-se um novo período de debates sobre o tema desenvolvimento e desenvolvimento rural que se caracterizava mais pela dificuldade de sua materialização. Navarro (2001) explica que o tema passa a ser discutido em escala global e fatores, como mudanças climáticas, impactos ambientais, uso predatório da terra, e o bem estar do homem do campo, passam a integrar a discussão. O Brasil acompanha esta tendência com o crescimento de esforços sócio-políticos de revalorização da “sociedade rural” e de suas atividades produtivas. A partir de meados da década de 1980 surge também a discussão sobre

desenvolvimento sustentável e desenvolvimento rural sustentável, incorporando noções de equidade social.

O desenvolvimento rural sustentável deve ser baseado em um planejamento participativo cujas diretrizes se orientem por respeito: ao potencial produtivo dos sistemas ecológicos; ao uso e ocupação do espaço; à produção de bens dirigida às necessidades básicas sociais; aos valores culturais; e a uma produção de riqueza social com foco em uma gestão participativa das comunidades para um desenvolvimento endógeno autodeterminado (PATRÍCIO, GOMES, 2012, p. 105).

O desenvolvimento sustentável reflete a busca pelo desenvolvimento econômico atendendo aos anseios da geração presente, contudo sem esgotar os recursos que seriam herdados pela geração futura. É um conceito ligado à preservação ambiental. ‘Às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das novas gerações atenderem às suas próprias necessidades’ (OLIVEIRA, 2002, p. 42).

Na concepção dos economistas neoclássicos, destacando Slow e Pearce (*apud* VEIGA, 2010), o objeto da ciência econômica é gerenciar racionalmente recursos produtivos finitos em sociedade com necessidades infinitas e dentro dessa concepção, aos recursos escassos são atribuídos preços de mercado de forma a contrabalancear a disponibilidade dos recursos em demandas futuras. Contudo, os recursos naturais ambientais não geram preços relativos à sua escassez e foram classificados como “imperfeições de mercado”. A saída encontrada pelos economistas neoclássicos para o mercado dos bens ambientais no contexto da sustentabilidade foi à precificação destes ativos com técnicas específicas para se calcular a DISPA, que é a disposição de um indivíduo em pagar pelo ganho da preservação do bem ambiental, ou pela DISCO, que é a disposição em aceitar algo como compensação pela perda do bem ambiental.

Neste cenário de busca pelo entendimento de desenvolvimento, em que há diferentes conceitos com esforços em abarcar diferentes elementos nestas conceituações, emerge tentativas de teorização do desenvolvimento regional, que busca a descentralização e estimulam atividades ligadas à aptidão local que reflete nas políticas públicas do Brasil. Ainda sobre a égide do desenvolvimento, desenvolvimento rural, desenvolvimento sustentável, crescimento econômico e das políticas públicas de desenvolvimento, destacamos a utilização do crédito rural como instrumento das políticas públicas para promover o desenvolvimento do setor rural que corrobora para o crescimento econômico de muitos países, como o Brasil, que possui forte aptidão para o setor agropecuário.

## 2.2 Agronegócio

O agronegócio é um segmento econômico de grande relevância de valor em termos mundiais, e sua importância relativa varia para cada país. Em âmbito mundial, o agronegócio participou, em 1999, com US\$ 6,6 trilhões, significando 22% do Produto Interno Bruto Mundial (PIB). As projeções para o ano de 2028 apontam para o valor de US\$ 10,2 trilhões, com crescimento de 1,46% ao ano. Em 2003, o comércio internacional do agronegócio movimentou cerca de US\$ 7,3 trilhões (ARAÚJO, 2013). Segundo CEPEA (2014), o PIB do agronegócio, em 2013, foi de R\$ 1.051.069 milhões e representou 22,54% do PIB do Brasil (R\$ 4.844.815 milhões). Além disso, 10,58% da População Economicamente Ativa (PEA), no ano de 2012, se encontravam em áreas rurais, sendo que o agronegócio emprega cerca de 1/3 (um terço) da População Economicamente Ativa (PEA) do país, visto que residentes do meio urbano também trabalham no agronegócio (IPEA, 2014).

Segundo o IBGE (2013), no 1º trimestre de 2013 o setor da economia no Brasil que mais cresceu foi o da agropecuária, com alta de 9,7%, principal responsável por evitar uma queda no Produto Interno Bruto do país.

Apesar do crescimento do setor de agronegócio, segundo o censo agropecuário do IBGE de 2006, 48,08% dos produtores ou estabelecimentos rurais não obtiveram financiamento rural, sendo os principais motivos: a falta de garantia pessoal (1,83%), não saber como conseguir (1,45%), burocracia (8,36%), falta de pagamento do empréstimo anterior (3,14%), medo de contrair dívidas (20,65%) e outros motivos (12,65%). Acredita-se que o crédito rural não tem atingido toda sua potencialidade, visto que pela estatística apresentada 51,92% dos entrevistados alegaram não precisar do crédito para desenvolver suas atividades, mas 48,08%, quase metade, manifesta desejar a linha de crédito, porém não a conseguiram pelos motivos já elencados. Isolando os produtores ou estabelecimentos rurais pertencentes à agricultura familiar, a situação ainda é pior, pois o número de empreendimentos que não conseguiram o crédito salta de 48,08% para 57,79%, conforme dados do censo agropecuário (IBGE, 2014).

Apesar de o termo agronegócio ser associado aos grandes empreendimentos, seu conceito abarca uma categoria ampla e diversificada de atividades de negócios relacionados à agropecuária envolvendo compras, produção e comercialização da produção realizada tanto pelos pequenos agricultores quanto por grandes empresas (CABRAL *apud* CALLADO, 2011). De acordo com Araújo (2013), a agricultura de antes era somente rural, ou somente agrícola, ou somente primária, mas com a transferência gradual da população do campo para a

cidade o meio rural tinha que produzir para mais pessoas com menos gente no campo, o que foi possível devido à tecnologia. A agricultura passa, então, a depender de serviços, insumos, máquinas que vêm de fora, criando uma interdependência entre outros setores. Ainda segundo Araújo (2013), foi analisando esse processo que Davis e Goldberg, em 1957, criaram o termo *agribusiness* para definir esta nova realidade:

... o conjunto de todas as operações e transações envolvidas desde a fabricação dos insumos agropecuários, das operações de produção nas unidades agropecuárias, até o processamento e distribuição e consumo dos produtores agropecuários ‘in natura’ ou industrializados” (RUFINO, 1999 *apud* ARAÚJO 2013, p. 5).

A partir da década de 1980 o termo *agribusiness* começa a ser difundido e, no Brasil, somente no fim dos anos 1980 o termo passou a ser utilizado. Bourdieu (*apud* SAUER, 2008) também cita a popularização do termo “agronegócio” a partir da década de 1990, como sendo uma tradução do termo em inglês “*agribusiness*” e designando negócios agropecuários propriamente ditos abrangendo os produtores rurais, os negócios da indústria de comércio de insumos e a comercialização da produção.

O agronegócio tem participação forte na geração de riquezas do país e conseqüentemente merece atenção especial, exigindo uma análise sobre sua participação no desenvolvimento regional e rural, uma vez que o Brasil possui forte aptidão para a agropecuária.

Crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento, pois o crescimento econômico pode ocorrer em um determinado setor produtivo, ou em uma determinada microrregião enquanto as demais ficam estagnadas, além da possibilidade de se evidenciar o crescimento da economia, mantendo-se as disparidades sociais evidenciadas nestas regiões, como o acesso à saúde, educação, saneamento, emprego, segurança pública por apenas uma minoria da população.

Para Furtado (*apud* VEIGA, 2010, p.81) o crescimento econômico não se confunde com desenvolvimento, sendo o crescimento econômico uma forma de satisfazer o afã das elites pela modernização e o desenvolvimento ocorre se existir um projeto social subjacente. Mas apesar do crescimento econômico não ser sinônimo de desenvolvimento, a indagação é: haveria desenvolvimento sem crescimento econômico? Segundo Oliveira (2002, p. 38), “O desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida”. Para Furtado (*apud* VEIGA, 2010, p.81), “quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento”.

O crescimento da agropecuária no Brasil foi possível graças a fatores como nossos recursos naturais que apresentam clima diversificado, chuvas regulares, energia solar abundante, grande concentração de água – cerca de 13% da água doce do planeta – somados ao desenvolvimento tecnológico com a criação de equipamentos e insumos mais apropriados à atividade rural, bem como pela pesquisa de novas variedades de sementes e animais mais adaptados às condições brasileiras e o crédito rural financiando a atividade agropecuária do país.

Neste contexto, a política de Crédito Rural, enquanto mecanismo de concessão de crédito à agropecuária a taxas de juros e condições de pagamentos diferenciadas mostra-se como um dos principais instrumentos da Política Agrícola brasileira para apoiar o setor agropecuário (RAMOS; MARTHA JUNIOR, 2010).

Sabendo que o agronegócio é parte imprescindível do desenvolvimento econômico, responsável por 22,54% do PIB brasileiro em 2013 (CEPEA, 2014) é compreensível que tenhamos políticas públicas que estimulem estas atividades, dentre elas as políticas de crédito que trataremos adiante.

### **2.3 Crédito e políticas de crédito**

Todas as relações entre partes que necessite de um determinado período de tempo entre a posse do bem, ou ativo, e do seu pagamento, incorrem em uma condição de crédito e, conseqüentemente, o envolvimento em uma relação de confiança entre as partes, onde de um lado existe a convicção que o bem seja entregue e do outro a convicção que o pagamento seja efetuado, ambos os casos no prazo acordado.

Esta relação se tornou tão comum, que está presente na vida de todas as pessoas e permite a população em geral adquirir bens mediante a promessa de pagamento futuro quando não dispõe de recursos financeiros suficientes para seu pagamento à vista, fazendo parte de um processo que movimenta a economia de uma nação.

Assim, o crédito pode ser entendido como um mecanismo que viabiliza recursos para o crescimento econômico, alicerçando o desenvolvimento de um país quando bem gerido e subsidiando políticas públicas para melhoria da qualidade de vida da população.

O crédito pode ocorrer pelo financiamento direto do fabricante, ou lojista, ou pela sua intermediação junto a uma instituição financeira. A intermediação financeira veio a se tornar o principal produto das instituições financeiras, que é o resultado da intermediação entre as pessoas que possuem recursos financeiros excedentes e as pessoas que têm

necessidade destes recursos, remunerando a parte fornecedora e cobrando juros da parte tomadora.

Dependendo do contexto empregado, o termo crédito pode ter vários significados. Para Santos (2012, p. 1) “crédito, em finanças, é definido como a modalidade de financiamento destinada a possibilitar a realização de transações comerciais entre empresas e seus clientes”.

Para Perera (2013, p. 75) “a palavra crédito vem do latim *credo* e significa *eu acredito* ou *eu confio*”. Uma relação de confiança entre partes, baseado na boa fé entre fornecedor e adquirente dos produtos ou serviços.

Segundo Blatt (1999), crédito é derivado do termo latino *credere*, que significa crer ou confiar, ou mesmo do termo *creditum*, que significa confiança. Expressa uma demonstração de confiança entre credor e devedor.

Dentre outras conceituações, predomina a ideia que crédito trata da troca de um valor por uma expectativa de recebimento futuro que, em função do fator risco, não é certa. A incerteza do cumprimento das condições geram uma necessidade de realizar a análise de crédito, na tentativa de mitigar o risco inerente a sua concessão.

Perera (2013) explica que na promessa de pagamento de um crédito, o que existe é uma probabilidade de que a promessa seja cumprida e que seu descumprimento pode se dar de forma involuntária e pela deterioração de variáveis externas ou internas.

Fatores internos estão geralmente relacionados a fatores de natureza administrativa, enquanto os fatores externos estão relacionados a fatores de natureza macroeconômica. Santos (2012) exemplifica fatores internos com profissionais desqualificados, controle de riscos inadequados, ausência de modelos estatísticos e concentração de crédito com clientes de alto risco e exemplifica os fatores externos com a concorrência, carga tributária, caráter dos clientes, inflação, taxas de juros e paridade cambial.

Segundo Santos (2012) para qualificar a concessão do crédito existem técnicas objetivas norteadas em métodos estatísticas, desenvolvidos graças aos avanços tecnológicos da informática a partir da década de 1970, baseadas em pontuações atribuídas às propostas de crédito:

A pontuação de crédito é um instrumento estatístico desenvolvido para que o analista avalie a probabilidade de que determinado cliente venha a tornar-se inadimplente no futuro. Trata-se de um modelo de avaliação do crédito baseado em um fórmula estatística desenvolvida com base em dados cadastrais, financeiros, patrimoniais e de idoneidade dos clientes. Os dados dos clientes referem-se aos Cs do crédito. (SANTOS, 2012, p. 192).

Para Perera (2013) e Santos (2012) a qualificação da concessão do crédito também deve ser feita a partir de técnicas subjetivas norteadas a partir da experiência de crédito e informações sobre o tomador, além da perspicácia do analista sobre os riscos da operação pleiteada. Esta metodologia é baseada na análise de alguns fatores conhecidos como os seis “Cs” do crédito:

**Caráter:** refere-se a reputação do comprador e sua pontualidade no mercado. Baseia-se no histórico do cliente em operações internas e na consulta de entidades de proteção ao crédito em busca de informações que possam desabonar o proponente.

**Capacidade:** trata-se da capacidade de endividamento do proponente. Certificar-se que o compromisso de parcelamento a ser assumido não vai extrapolar um margem de segurança estipulada para a renda auferida.

**Capital:** verificar a veracidade, a procedência e a composição dos recursos que o proponente apresenta.

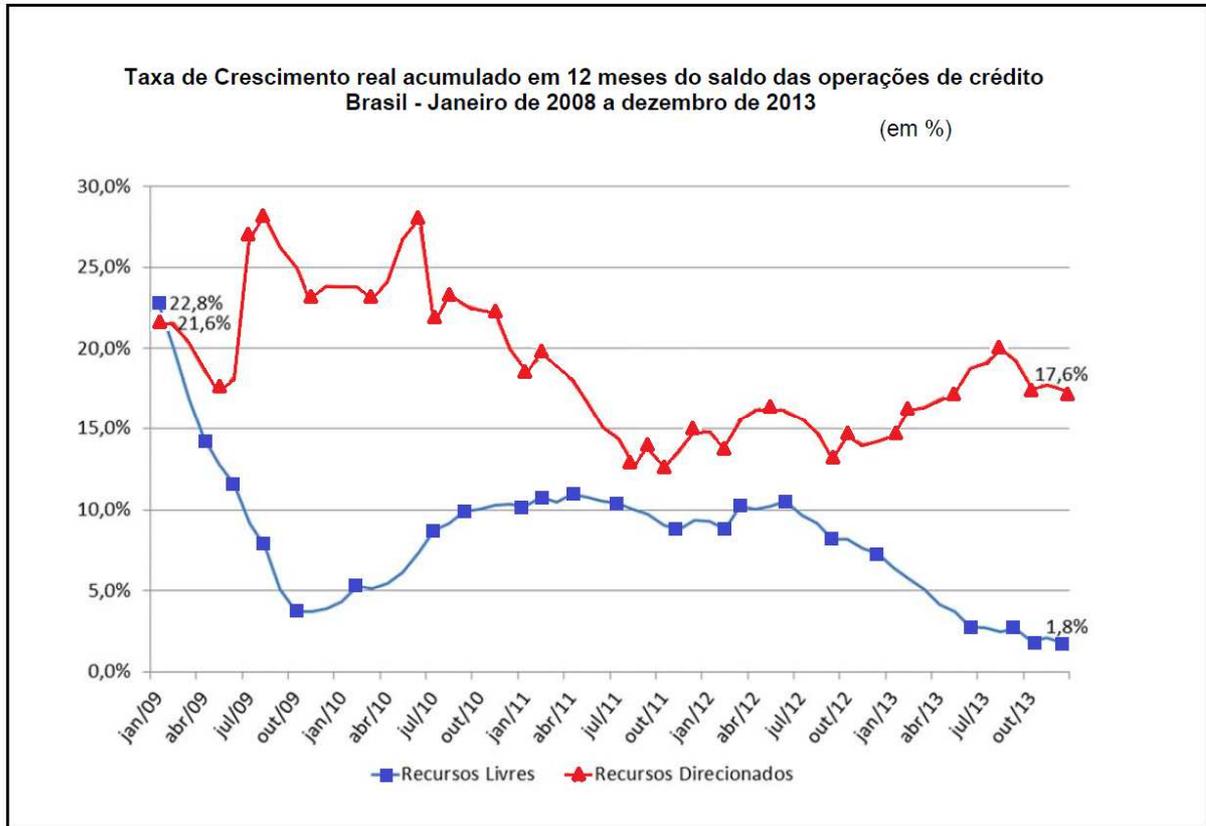
**Colateral:** refere-se ao patrimônio do tomador. Exigir a apresentação de bens para dar em garantia em operações de crédito, na tentativa de evitar a inadimplência. Também é conhecido como “garantia assessória”.

**Condições:** trata-se de fatores externos, macroeconômicos, que podem afetar a capacidade de pagamento do tomador do crédito, como inflação, taxa de juros, crises econômicas no Brasil, ou em países que se relacionam com ele.

**Conglomerado:** considera o grupo econômico no qual o proponente está inserido, sendo, este último fator, usual para empresas.

As operações de crédito realizadas no sistema financeiro nacional, inclusive operações de crédito rural, podem ocorrer com recursos livres, quando as taxas de juros são livremente pactuadas entre os tomadores e as instituições financeiras, ou com recursos direcionados, quando destinados a determinados setores ou atividades onde as taxas e os recursos, como volumes mínimos das operações com base nos saldos de captação e taxas a serem praticadas, são previamente definidos por normas governamentais. Segundo DIEESE (2014), em um estudo sobre a evolução do crédito compreendendo o período de janeiro de 2008 a dezembro de 2013, atribuiu o crescimento do crédito no Brasil nos últimos doze meses de seu estudo ao desempenho dos empréstimos com recursos direcionados, e a desaceleração no crescimento à redução da contratação de operações com recursos livres desde 2008. Enquanto as operações de crédito com recursos direcionados tiveram um decréscimo de 21,6% para 17,6%, os créditos com recursos livres tiveram um decréscimo de 22,8% para 1,8%, como ilustrado na Figura 2.

**Figura 2** – Taxa de Crescimento real acumulado em 12 meses do saldo das operações de crédito Brasil - Janeiro de 2008 a dezembro de 2013.



Fonte: DIEESE (2014): Banco Central do Brasil com elaboração do DIEESE – Rede Bancários

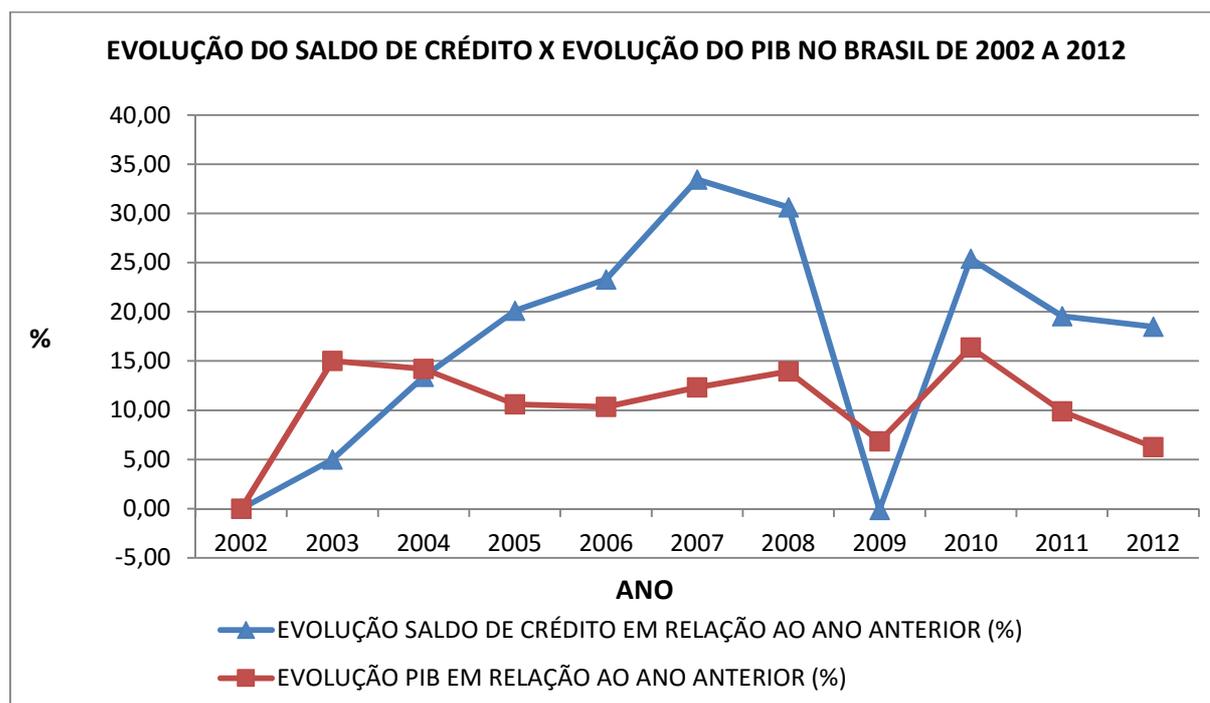
Na comparação entre a evolução do saldo de crédito e PIB para o período de 2002 a 2012, consolidado na tabela 3, verifica que a evolução do saldo de crédito em relação ao ano imediatamente anterior apresenta comportamento muito semelhante à evolução do PIB em relação ao ano imediatamente anterior, conforme ilustrado na figura 3, o que sugere o crédito como um importante instrumento para dinamizar o crescimento econômico de uma nação.

Na compensação entre o saldo de crédito total e o PIB, pode-se perceber que a proporção do crédito em relação ao PIB cresceu no período de 2002 a 2012, o que mostra que o crédito além de ter crescido em valores absolutos, também cresceu em relação ao PIB, variando de 25,85% do PIB em 2002 para 47,30% em 2012, conforme demonstrado na Tabela 4 e na Figura 4.

**Tabela 3** – Evolução do saldo de crédito x evolução do PIB de 2002 a 2012

| ANO  | SALDO DE CREDITO X 1000.000,00 | EVOLUÇÃO SALDO DE CRÉDITO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR (%) | PIB X 1.000.000,00 | EVOLUÇÃO PIB EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR (%) |
|------|--------------------------------|--|--------------------|---|
| 2002 | R\$ 381.954,24                 | 0,00   | R\$ 1.477.822,00   | 0,00  |
| 2003 | R\$ 401.012,63                 | 4,99   | R\$ 1.699.948,00   | 15,03                                       |
| 2004 | R\$ 454.700,96                 | 13,39  | R\$ 1.941.498,00   | 14,21                                       |
| 2005 | R\$ 546.088,16                 | 20,10  | R\$ 2.147.239,00   | 10,60                                       |
| 2006 | R\$ 673.285,16                 | 23,29  | R\$ 2.369.484,00   | 10,35                                       |
| 2007 | R\$ 898.519,12                 | 33,45  | R\$ 2.661.344,00   | 12,32                                       |
| 2008 | R\$ 1.173.658,05               | 30,62  | R\$ 3.032.203,00   | 13,94                                       |
| 2009 | R\$ 1.172.091,61               | -0,13  | R\$ 3.239.404,00   | 6,83  |
| 2010 | R\$ 1.469.879,72               | 25,41  | R\$ 3.770.085,00   | 16,38                                       |
| 2011 | R\$ 1.757.443,87               | 19,56  | R\$ 4.143.013,00   | 9,89  |
| 2012 | R\$ 2.082.498,84               | 18,50  | R\$ 4.402.537,00   | 6,26  |

Fonte: BACEN/Estban e IBGE

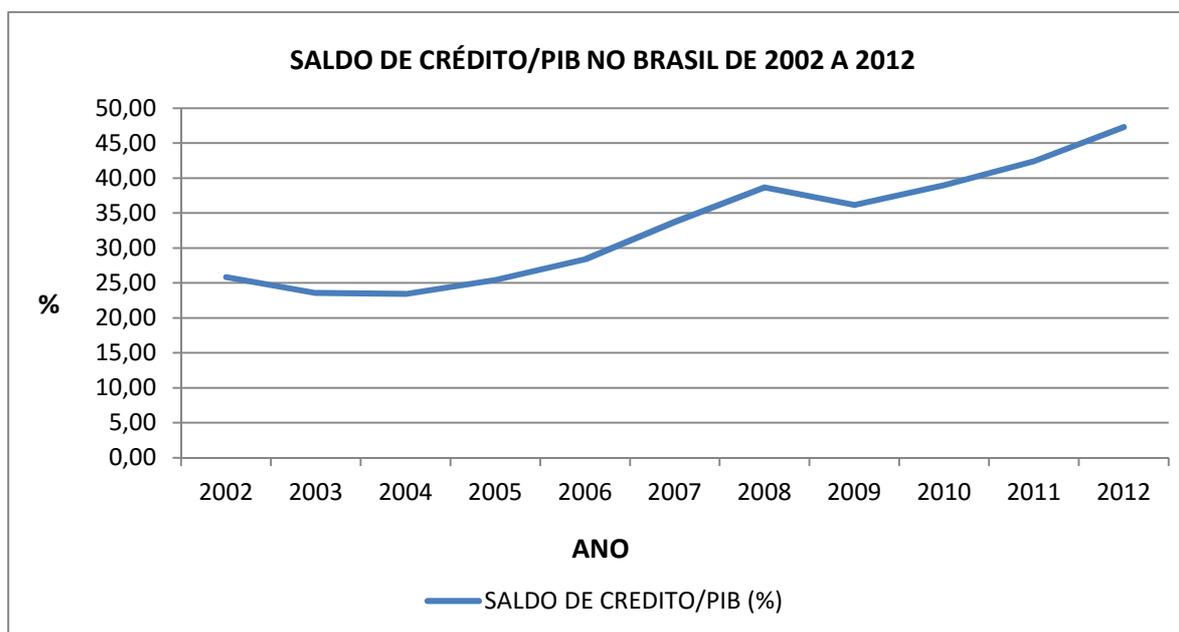
**Figura 3** – Evolução do saldo de crédito em comparação a evolução do PIB no período de 2002 a 2012.

Fonte: BACEN/Estban e IBGE

**Tabela 4** – Saldo de Crédito Total / PIB no Brasil de 2002 a 2012

| ANO  | SALDO DE CREDITO X<br>1.000.000,00 | PIB X 1.000.000,00 | SALDO DE CREDITO/PIB (%) |
|------|------------------------------------|--------------------|--------------------------|
| 2002 | R\$ 381.954,24                     | R\$ 1.477.822,00   | 25,85                    |
| 2003 | R\$ 401.012,63                     | R\$ 1.699.948,00   | 23,59                    |
| 2004 | R\$ 454.700,96                     | R\$ 1.941.498,00   | 23,42                    |
| 2005 | R\$ 546.088,16                     | R\$ 2.147.239,00   | 25,43                    |
| 2006 | R\$ 673.285,16                     | R\$ 2.369.484,00   | 28,41                    |
| 2007 | R\$ 898.519,12                     | R\$ 2.661.344,00   | 33,76                    |
| 2008 | R\$ 1.173.658,05                   | R\$ 3.032.203,00   | 38,71                    |
| 2009 | R\$ 1.172.091,61                   | R\$ 3.239.404,00   | 36,18                    |
| 2010 | R\$ 1.469.879,72                   | R\$ 3.770.085,00   | 38,99                    |
| 2011 | R\$ 1.757.443,87                   | R\$ 4.143.013,00   | 42,42                    |
| 2012 | R\$ 2.082.498,84                   | R\$ 4.402.537,00   | 47,30                    |

Fonte: Fonte: BACEN - ESTBAN e IBGE

**Figura 4** – Gráfico do Saldo de Crédito Total / PIB no Brasil de 2002 a 2012

Fonte: Fonte: BACEN - ESTBAN e IBGE

Assim sendo, a relação crédito/PIB mais alta tende a uma renda *per capita* mais alta, com uma variação menor entre a taxa de captação e a taxa de aplicação, ou *spread* bancário. Contudo alguns fatores que se inter-relacionam influenciam na decisão das instituições financeiras, sobre o custo a ser atribuído ao *spread*: a) custo do Fundo Garantidor de Crédito – FGC; b) despesa com inadimplência; c) custo total do compulsório; d) custo

administrativo; e) cunha tributária; f) inadimplência; e g) resíduo ou lucro do banco (OLIVEIRA; CARVALHO, 2007).

A finalidade do crédito deve estar alinhada a necessidade do tomador, devendo lhe ser ofertada uma linha adequada ao seu perfil. Para Santos (2012) as linhas de crédito podem atender três necessidades básicas: pessoas físicas, pessoas jurídicas, agronegócio.

### 2.3.1 Linhas de crédito às pessoas físicas

As linhas de crédito mais comuns ofertadas por bancos comerciais às pessoas físicas são:

**Cheque especial:** trata-se de crédito rotativo com avaliação prévia de risco do tomador, geralmente disponibilizado limites compatíveis com o valor da renda mensal auferida pelo tomador. São linhas de crédito com taxas mais elevadas que um empréstimo comum, pois na sua implantação, a instituição se compromete a disponibilizar os recursos financeiros, assumindo as incertezas de liquidez e captação.

**Cartão de crédito:** sua concessão antecede de avaliação de risco do tomador e é destinada a saques e compra de bens e serviços, respeitando o limite de crédito concedido.

**Contratos de crédito:** Nesta modalidade a amortização do principal e dos juros ocorre de forma parcelada. Para Santos (2012) pode ser direcionada para o financiamento de projetos pessoais, moradia, saúde, educação e aquisição de bens como veículos, imóveis dentre outros.

**Crédito direto ao consumidor (CDC):** linha de crédito destinada à aquisição de bens de consumo duráveis, como veículos, equipamentos de informática, eletrodomésticos, máquinas, dentre outros. O *funding* para estas operações advém de valores mobiliários como CDB, CDI ou Letras de Câmbio. Geralmente a garantia exigida é fidejussória, mas também pode ser real, como a alienação do bem adquirido com a linha de crédito.

**Empréstimo de consignação:** são operações de crédito destinado a empregados, servidores, aposentados de caráter permanente de entidades que firmem convênio consignado em folha de pagamento com alguma instituição financeira. Sua principal característica é o desconto das parcelas na folha de pagamento pela conveniente e seu posterior repasse à instituição financeira, o que oferece maior segurança do risco de crédito ao concessor, permitindo a prática de taxas de juros baixas. Esta modalidade é regulamentada pela Lei n. 10.820 de 17 de dezembro de 2013.

**Financiamento imobiliário:** O *funding* para esta modalidade de crédito vem do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, Orçamento Geral da União – OGU, do

Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e dos recursos captados em poupança e letras hipotecárias, de acordo com Fortuna (2008). Podem ser adotadas taxas de juros pré ou pós-fixadas. Sua destinação pode ser para aquisição, construção, reforma ou ampliação de imóvel.

### 2.3.2 Linhas de crédito às pessoas jurídicas

Segundo Santos (2012) as linhas destinadas às empresas são para financiamento de capital de giro e de investimento:

As necessidades de capital de giro compreendem os gastos operacionais para financiar a produção (exemplo: matéria-prima e mão de obra direta). As necessidades de investimento compreendem os gastos com imobilizações (instalações, máquinas, equipamentos e veículos). (SANTOS, 2012, p. 13).

Destaque para algumas das principais linhas de crédito destinadas às pessoas jurídicas:

**Contratos para capital de giro:** São contratos de crédito celebrados para curto prazo. A garantia exigida dependerá da política de risco da instituição, podendo ser exigido nota promissória, aval, alienação fiduciária, hipoteca entre outras. A taxa de juros pode variar em função da garantia.

**Desconto de recebíveis:** Modalidade de crédito que permite a antecipação do recebimento de um crédito por meio da cessão de seus direitos a um mutuante. É uma modalidade que visa disponibilizar recursos para capital de giro. A taxa de desconto cobrada na antecipação depende da política de risco da instituição.

**Compror:** Trata-se de uma operação que possibilita ao fornecedor o recebimento à vista, enquanto o comprador efetua o pagamento a prazo. Esta linha de crédito permite que comprador adquira produtos e/ou serviços com maior prazo para pagamento, uma vez que será a instituição financeira quem concederá o prazo adequado a sua realidade do comprador. Neste caso a garantia será responsabilidade do comprador e não do fornecedor.

**Vendor:** Nesta operação, as instituições realizam suas vendas a prazo, mas recebem à vista da instituição financeira, conforme o limite previamente estabelecido. Nesta modalidade a garantia será responsabilidade do fornecedor e não do comprador.

**Adiantamento sobre contratos de câmbio (ACC/ACE):** Esta operação visa antecipar recursos ao exportador, com o objetivo de fazer frente às despesas na fase de produção e comercialização. Esta modalidade pode ocorrer em duas etapas, sendo a primeira, que recebe o nome de adiantamento sobre contratos de câmbio (ACC) é caracterizada pela concessão até 180 dias antes do embarque da mercadoria e a segunda, que recebe o nome de

adiantamento sobre cambiais entregues (ACE), é caracterizada pela concessão após o embarque da mercadoria.

**Resolução nº 63:** Segundo Fortuna (2008) e Santos (2012) permite a concessão de empréstimos com recursos captados no exterior. Os recursos são contraídos no exterior por meio de empréstimos ou por lançamento de Bônus/Eurobônus com o objetivo de emprestá-los no mercado interno. O repasse no mercado interno é feito em moeda nacional, com a aplicação de juros pré ou pós-fixados à variação cambial.

**Cartão BNDES:** Segundo BNDES (2014) é uma modalidade de crédito rotativo, pré-aprovado, baseado no conceito de cartão de crédito, destinado à micro, pequenas e médias empresas, além de microempreendedores individuais, para aquisição de produtos credenciados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, produzidos por empresas com fabricação parcial ou total no Brasil. O cartão é emitido por instituições financeiras credenciadas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, cabendo a estas instituições a definição do limite, concessão e cobrança.

### 2.3.3 Linhas de crédito ao agronegócio

Para Fortuna (2008), esta modalidade tem por objetivo suprir os produtores rurais com recursos financeiros para o desenvolvimento da atividade agropecuária. Segundo a Lei 4.829, de 05 de novembro de 1965, os objetivos do crédito rural são estimular os investimentos rurais, fomentar o custeio da produção e comercialização de gêneros agropecuários, fortalecer os produtores rurais e estimular a adoção de técnicas racionais de produção.

Esta linha será abordada em seções adiante onde suas características serão mais bem detalhadas. Vale ressaltar que princípios como aplicação de taxas, prazo, sistemas de amortização, riscos, exigência de garantias, instrumentos de crédito, entre outros, são semelhantes às adotadas nas linhas de crédito para pessoa física e pessoa jurídica, porém adequadas às particularidades deste seguimento.

### 2.3.4 Risco

O risco está presente no dia a dia de todas as pessoas, é inerente a vida de todos. Ao atravessar a rua, ou passear de carro, ou mesmo ficar parado no ponto de ônibus, sujeita as pessoas há algum tipo de acidente, ou seja, a exposição ao risco é constante. Contudo pode-se reduzir o risco ou seus impactos, com medidas preventivas. Olhar para os lados antes de

atravessar a rua, não tomar bebida alcóolica antes de dirigir o carro, ou ficar atento ao seu redor no ponto de ônibus pode reduzir sua exposição ao risco.

A definição de risco está associada às incertezas e ao desconhecimento de resultados futuros esperados para um determinado evento. Giltman (*apud* TRAPP; CORRAR, 2005) conceitua risco como “a possibilidade de prejuízo financeiro [...] ou, mais formalmente, o termo risco é usado alternativamente com incerteza, ao referir-se à variabilidade de retornos associada a um dado ativo”. O conceito de risco é diferente da incerteza, pois o risco ocorre quando através de dados podemos estimar a probabilidade dos resultados decorrentes das decisões tomadas, enquanto a incerteza ocorre quando não se dispõe de dados históricos para se chegar a estimativas aceitáveis, levando a tomada de decisão a partir da percepção de quem está frente ao processo decisório.

As operações de crédito envolvem muitos riscos potenciais, sendo importante, para os entes concessionários envolvidos, a avaliação e administração destes riscos. Destaca-se o risco de crédito, o risco de mercado, o risco de taxa de juros e o risco operacional, como os mais relevantes.

#### **2.3.4.1 Risco de crédito**

O risco de crédito decorre da incerteza de recebimento, ou do recebimento com atraso, de uma operação de crédito. Para mitigar este risco são realizadas avaliações, a partir de dados fiéis, para identificar a realidade econômico-financeira do proponente. No processo de avaliação, não se busca eliminar o risco, mas sim decidir se o risco inerente à operação é aceitável ou não.

Técnicas de mensuração de risco somado aos recursos tecnológicos auxiliam na tomada de decisão para sobrepujar as incertezas de um cenário futuro, estimar o risco a partir de dados passado.

O crédito rural do Programa Nacional para Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, assim como todas as demais linhas de crédito, também estão sujeitas aos riscos e incertezas de retorno e por isso é importante adotar critérios na concessão para se tentar mitigar estes riscos, principalmente em uma atividade que além de todas as variáveis mercadológicas e econômicas, ainda precisa se precaver a fenômenos naturais que pode comprometer a produção.

#### **2.3.4.2 Risco de mercado**

O risco de mercado decorre da possibilidade de perdas em função da flutuação nos valores de mercado, como oscilações nas taxas de juros, câmbio, preço de ações e mercadorias (*commodities*).

O desenvolvimento tecnológico aliado a instrumentos financeiros e ao dinamismo do mercado financeiro possibilitou a criação de mecanismos que auxiliam na gestão das tesourarias das instituições financeiras, contribuindo para melhor controle do risco de mercado, o que é fundamental no mercado financeiro moderno.

#### **2.3.4.3 Risco de taxa de juros**

O risco de taxas de juros decorre de movimentações adversas nas taxas de juros, podendo impactar tanto nos ganhos das instituições financeiras, quanto no valor de seus ativos, passivos e instrumentos extrabalanço. Muitos dos itens dos balanços patrimoniais das instituições financeiras geram custos e receitas que são indexados às taxas de juros. Portanto o princípio é simples: se as taxas de juros são instáveis, os ganhos da instituição financeira também o são.

Os principais tipos de risco de taxa de juros são:

- Risco de apreciação ou depreciação: decorre de diferenças nos períodos de tempo de maturação nas taxas fixas e reprecificação nas taxas variáveis;
- Risco da curva de retorno: decorre de mudanças na inclinação e no perfil da curva de retorno de uma operação;
- Risco de base: decorre de correlações imperfeitas no ajustamento de taxas recebidas e pagas nos diversos instrumentos;
- Risco de opções: decorre da possibilidade do exercício de opções implícitas e explícitas vinculadas aos ativos, aos passivos e às carteiras extrabalanço dos bancos.

#### **2.3.4.4 Risco operacional**

O risco operacional advém de falhas operacionais, falta de controles internos, inobservância das normas, ou mesmo em dolo quando da concessão do crédito que podem gerar perdas financeiras. Deloach (*apud* TRAPP; CORRAR, 2005) atribui o risco operacional a operações ineficazes na execução do plano de negócios da empresa. Já Lima e Lopes, além de Saunders (*apud* TRAPP; CORRAR, 2005) associam o risco operacional a deficiências tecnológicas. A preocupação com este tipo de risco é relativamente recente, sendo que sua

discussão iniciou no Novo Acordo de Basiléia em 2004, tendo sido definido neste acordo a necessidade de alocação de capital para esse tipo de risco.

## 2.4 Crédito rural

Inicialmente, foi criado o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) por meio da Lei n. 4.595, de 31.12.1964 e, segundo o Manual de Crédito Rural (MCR) do Banco Central do Brasil, seu objetivo é de conduzir os financiamentos, sob as diretrizes da política creditícia formulada pelo Conselho Monetário Nacional, em consonância com a política de desenvolvimento agropecuário. O SNCR é controlado pelo Banco Central do Brasil. Em seguida, a Lei 4.829, de 05.11.1965, baseada em preceitos de ordem pública, institucionalizou o crédito rural, definido no Manual de Crédito Rural (MCR), como o suprimento de recursos financeiros, por instituições do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), para aplicação exclusiva nas finalidades e condições estabelecidas naquele manual (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2014).

Segundo Marques (apud MORAIS E BERNARDINO, 2010), a finalidade das normas que regulam o crédito rural é a geração de um ambiente propício à estruturação e fortalecimento da produção agropecuária nacional:

Vislumbra-se que o crédito rural, diferentemente das demais linhas de crédito é de natureza especialíssima e, por isso mesmo, requer melhor ordenamento jurídico que resguarde e proteja, tanto pela finalidade que encerra como pela área de aplicação, onde o escopo maior é o fomento da produção, exigindo cautelas especiais na sua distribuição. Essa linha de crédito especializada busca atingir as diferentes atividades ligadas à economia rural, por isso que o seu disciplinamento, na ordem jurídica, reclama regras peculiares (MARQUES, *apud* MORAIS E BERNARDINO, 2010, p. 24).

Segundo normas compiladas pelo Banco Central do Brasil (2014) no Manual do Crédito Rural (MCR), o crédito rural brasileiro está estruturado da seguinte forma:

**Quanto à modalidade:** crédito rural corrente – que visa o suprimento de recursos sem a concomitante prestação de assistência técnica em nível de empresa; crédito rural educativo – que visa o suprimento de recursos conjugado com a prestação de assistência técnica, compreendendo a elaboração de projeto ou plano e a orientação ao produtor; e crédito rural especial – quando o crédito é destinado às cooperativas de produtores rurais, para aplicações próprias, ou dos associados, ou destinado a programas de colonização ou reforma agrária, na forma da Lei nº 4.504, de 30/11/1964.

**Quanto à finalidade:** custeio – destinado a cobrir despesas normais dos ciclos produtivos; investimento – destinado a aplicações em bens ou serviços cujo desfrute se estenda por vários períodos de produção; comercialização – destinado a cobrir despesas próprias da fase posterior à coleta da produção ou a converter em espécie os títulos oriundos de sua venda ou entrega pelos produtores ou suas cooperativas.

O crédito para custeio rural classifica-se ainda como agrícola, pecuário e de beneficiamento ou industrialização. O crédito para investimento permite investimentos fixos como benfeitorias na propriedade rural, aquisição de equipamentos com vida útil superior a cinco anos, obras de irrigação e drenagem, florestamento, formação de lavouras permanentes, recuperação de pastagens, eletrificação, telefonia rural e recuperação de solos, podendo o prazo para pagamento ser em até doze anos; e investimento semifixos como aquisição de animais para cria, recria e engorda, ou de serviço, aquisição de equipamentos com vida útil inferior a cinco anos, aquisição de tratores, colheitadeiras, embarcações e aeronaves, aquisição de equipamentos empregados na medição de lavouras, podendo o prazo para pagamento ser em até seis anos (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2014, p. 43).

Ainda segundo as disposições do referido Manual é beneficiário do crédito rural o produtor rural – pessoa física ou pessoa jurídica – e cooperativas de produtores rurais. Pode ainda se beneficiar do crédito rural pessoa física ou jurídica que, embora sem conceituar-se como produtor rural, se dedique às seguintes atividades vinculadas ao setor: pesquisa ou produção de mudas ou sementes fiscalizadas ou certificadas; pesquisa ou produção de sêmen para inseminação artificial e embriões; prestação de serviços mecanizados, de natureza agropecuária, em imóveis rurais, inclusive para proteção do solo; prestação de serviços de inseminação artificial, em imóveis rurais; medição de lavouras; atividades florestais (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2014, p. 16).

Nota-se que ao beneficiar entes que atuam na pesquisa agropecuária percebe-se que há a preocupação de incentivar o desenvolvimento tecnológico e científico que tem propiciado o aumento da produtividade do meio rural estimulando o uso racional dos recursos naturais por meio da orientação técnica rural, fato evidente com a criação da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA), em 26 de abril de 1973.

Segundo Coelho (2001), a criação do SNCR justificou-se, sobretudo, pela forte expansão das taxas de inflação durante as décadas de 1950 e 1960 e pelo efeito do modelo de industrialização adotado pelo Brasil para a agropecuária, que culminou com a crise de abastecimento de 1962. Diante disso, o governo iniciou, em 1965, um amplo processo de modernização da agropecuária nacional, que contou, além da criação do SNCR, com a

reformulação da Política de Garantia de Preço Mínimo (PGPM), com a ampliação dos investimentos em pesquisa e extensão rural – criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e da Empresa Brasileira de Extensão Rural (Embrater), na década de 1970 – e com a implementação de vários programas de desenvolvimento, a exemplo do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer), do Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (Padap) e do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro).

Para Pires (2000) os programas Prodecer, Padap e Polocentro foram os principais programas agrícolas de cunho governamental que influenciaram a ocupação produtiva recente do cerrado brasileiro após 1970. Essa região era considerada por muitos sem potencialidade para exploração agrícola, devido a acidez do solo. Mas com o desenvolvimento tecnológico criando técnicas para correção da acidez do solo, aliado a outros fatores como, a estabilidade das condições climáticas, sua localização geográfica, a política econômica da época, que pregava o preenchimento dos espaços vazios do interior do país, a visão alternativa à ocupação da Amazônia, já que naquele período se iniciara os discursos ambientalistas, o cerrado tornou-se foco de política para sua incorporação produtiva na economia do país. Foram criados, então, os programas Prodecer implantado pelo governo federal em 1989, onde houve a participação direta do governo japonês, o Padap implementado pelo governo de Minas Gerais em 1973, e que consistia na instalação de quatro núcleos de colonização em municípios do Alto Paranaíba; e o Polocentro implantado pelo governo federal em 1975, muito semelhante ao Padap, diferenciando-se pelo fato dos investimentos terem sido distribuídos por quatro estados.

Outro personagem de extrema importância previsto na política de crédito rural é a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), que, segundo o Manual de Crédito Rural (MCR), buscarão viabilizar com o produtor rural, suas famílias e organizações, soluções adequadas para os problemas de produção, gerência, beneficiamento, armazenamento, comercialização, industrialização, eletrificação, consumo, bem-estar e preservação do meio ambiente. Contudo a elaboração de projetos de assistência técnica e extensão rural deveria ser uma prática frequente e não apenas no momento da concessão do crédito rural, como observado por Araújo (2013, P. 45) ao criticar a etapa da elaboração de projetos:

Essa etapa é uma etapa muito importante precedente à produção agropecuária. É nela que são definidos os objetivos, as metas, os processos e os meios de produção, bem como os mercados e a comercialização. Porém, a grande maioria dos empreendimentos agropecuários somente faz uso dos projetos técnicos e econômico-

financeiros quando quer ter acesso a financiamentos bancários e, mesmo assim, se o agente financeiro o exigir.

O Estado exerce forte controle sobre a política de crédito rural, evidente com a regra em que fica vedada a concessão de crédito rural a taxas inferiores às praticadas nos financiamentos com recursos obrigatórios – àquele correspondente a 34% (trinta e quatro por cento) da média aritmética do Valor Sujeito a Recolhimento (VSR) relativo aos recursos à vista das instituições financeiras participantes do SNCR, a exceção da Caixa Econômica Federal, entrante nesse mercado e que ficará sujeita a percentuais gradativos atingindo este percentual a partir de 1/07/2016 – salvo normas expressas do Banco Central do Brasil, além da fiscalização a que os empreendimentos ficam submetidos. Outro forte exemplo de controle sobre o crédito rural refere-se à condições diferenciadas para empreendimentos localizados no semiárido da área de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), como taxas inferiores às das demais regiões.

O crédito rural possui ainda linhas específicas ao médio produtor, denominado Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) para produtores que comprovem, pelo menos, 80% (oitenta por cento) de sua renda bruta anual ser proveniente da atividade agropecuária ou extrativa vegetal e detentores de renda bruta anual de até R\$1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais). Considerando já incorporado a este limite: 100% (cem por cento) do Valor Bruto de Produção (VBP), 100% do valor da receita repassada pela entidade integradora e das outras rendas provenientes de atividades desempenhadas na propriedade e fora dela, e 100% das demais rendas não agropecuárias que farão jus a taxas reduzidas (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2014, p. 98).

Outras linhas específicas previstas são o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), Programas com Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), sendo esta última destinada a ampliar a geração de renda e qualificar a mão de obra familiar, por meio de linhas de crédito para financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas, sendo esta linha o foco de nosso estudo.

Vale ressaltar que as regras aqui expostas e listadas no Manual de Crédito Rural (MCR), possuem parâmetros que podem ser alterados a cada calendário-safra que se inicia no primeiro dia útil do mês de julho e termina no último dia útil do mês de junho do ano seguinte, pois a política de crédito rural é dinâmica e influenciada pelo cenário nacional e

internacional. Contudo, a essência do crédito rural se mantém, que é o desenvolvimento rural sustentável.

## 2.5 Qualidade de vida

O vocábulo qualidade de vida teve sua origem na área da saúde, mas passou a ter uma discussão interdisciplinar, adaptando-se a um mundo em evolução, com países com economias emergindo, um planeta que vem se conectando de forma virtual, interesses econômicos e políticos pautando as relações mundiais, mudanças climáticas, impactos ambientais, identidades culturais distintas, entre outros vários fatores que reportam o conceito de qualidade de vida a valores que vão além da educação, saúde, conforto e alimentação. Ter qualidade de vida passa a agregar valores como meio ambiente, tecnologia, segurança pública, tempo e atenção, intercalando sensações de medo, trauma e bem-estar.

O conceito de qualidade de vida ainda está em formação, apesar de ser usada para definir um elevado padrão de bem-estar, como explica ALMEIDA, GUTIERRES e MARQUES (2012, p. 13):

O senso comum se apropriou desse objeto de forma a resumir melhorias ou um alto padrão de bem-estar na vida das pessoas, sejam elas de ordem econômica, social ou emocional. Todavia, a área de conhecimento em qualidade de vida encontra-se numa fase de construção de identidade. Ora identificam-na em relação à saúde, ora à moradia, ao lazer, aos hábitos de atividade física e alimentação, mas o fato é que essa forma de saber afirma que todos esses fatores levam a uma percepção positiva de bem-estar.

Segundo Nahas (*apud* BRUM *et al.*, 2012) o entendimento de qualidade de vida será inerente a cada pessoa, mesmo reconhecendo que é formada por variáveis múltiplas como estado de saúde, longevidade, realização no trabalho, lazer, família, disposição, prazer e até mesmo espiritualidade.

Para Gonçalves (*apud* ALMEIDA; GUTIERRES; MARQUES, 2012) qualidade de vida é definida como o “a percepção subjetiva do processo de produção, circulação e consumo de bens e riquezas. A forma pela qual cada um de nós vive seu dia-a-dia”.

No passado a qualidade de vida era associada a aspectos materiais, mas com a evolução de seu conceito, há uma valorização de elementos subjetivos, como a satisfação e realização pessoal, qualidade nos relacionamentos, lazer, acesso eventos culturais, bem-estar geral, entre outros (Rodrigues e Alvers, *apud* BRUM *et al.*, 2012).

Apesar dos aspectos subjetivos, como bem-estar, felicidade, sonhos, dignidade, trabalho e cidadania, compõem o conceito de qualidade de vida, Nahas (*apud* BRUM *et al.*, 2012) entende que o componente fundamental da qualidade de vida é o atendimento às necessidades básicas, como alimento, moradia, educação e trabalho.

Para a Organização Mundial da Saúde – OMS (*apud* ALMEIDA; GUTIERRES; MARQUES, 2012), é “a percepção do indivíduo de sua inserção na vida no contexto da cultura e sistemas de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações”.

Entendendo a qualidade de vida como a busca pelo bem-estar, parece desnecessário identificar elementos para mensuração devida sua subjetividade. Contudo é através destes indicadores que poderemos entender os graus de desigualdade social existentes entre diferentes segmentos para traçar políticas públicas que visem amparar os mais vulneráveis. Exemplificamos com o programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar – Pronaf, que foi criado para tentar ajustar uma imperfeição, visto que o crédito rural chegava ao grande e médio produtor, mas não chegava ao pequeno agricultor familiar, que sem recursos, não conseguia ampliar sua capacidade produtiva e, conseqüentemente, não ampliava sua renda e nem gozava de bem-estar.

Vale ratificar que a ideia de qualidade de vida e bem-estar varia de acordo com a experiência de vida de cada indivíduo. O entendimento de qualidade de vida e bem-estar para o grande produtor rural e para o agricultor familiar, apesar de elementos comuns (Saúde, alimentação, educação, etc.), podem ter níveis de satisfação diferentes. O que é pouco para um, pode ser muito para o outro. O que representa boa qualidade de vida para alguém, não necessariamente o é para outra pessoa (BETTI *apud* ALMEIDA; GUTIERRES; MARQUES 2012, p. 16).

Tendo o conceito de qualidade de vida tanta subjetividade, com elementos como felicidade, satisfação pessoal, cultura, torna-se difícil mensura-la. Existem autores que inclusive são avessos a converter dados de qualidade de vida em números ou indicadores, como a filósofa Martha Nussbaum que considera a mensuração de ciências sociais como pseudociência, e que os indicadores sempre virão ao sabor das intenções, sendo, portanto, pouco confiáveis (NUSSBAUM *apud* HERCULANO *et al.*, 2000).

Outros autores defendem a mensuração de indicadores que sinalizem a qualidade de vida, como Cobb que defende a criação de indicadores ou índices que permitam nortear políticas públicas para construir um futuro desejável e seguro, mas critica indicadores

alternativos que não são expressos em termos monetários, como o PIB: "O que não é contado, não conta, não é percebido" (COOB *apud* HERCULANO *et al.*, 2000).

Apesar da discussão polêmica, há consenso que dados estatísticos, mesmos das ciências sociais, sintetizam as informações, o que é muito favorável para tomada de decisões e para as escolhas de políticas públicas, além de refletir os caminhos que a coletividade toma. Há, entretanto, de se preocupar com a veracidade destes dados para que se tenha uma real interpretação do que a parte representa no todo. Os dados sendo verídicos caberão aos pesquisadores sua interpretação perante a área do conhecimento que desenvolvem os estudos. Um exemplo é o aumento da mecanização do campo, que para o empregador representa aumento da produção, enquanto para o trabalhador rural representa desemprego. Outro exemplo seria o aumento do consumo de veículos, que para a indústria pode representar aumento do poder aquisitivo do trabalhador, mas para o meio-ambiente pode representar mais poluição atmosférica.

Resta, portanto, o questionamento: quais são os indicadores para medir a qualidade de vida mundial? Para tentar responder a esta pergunta temos que nos remeter ao histórico destes indicadores. Veiga (2010) e Herculano (2000) explicam que nas décadas de 1950 a meados de 1960 o indicador que media o desenvolvimento, e conseqüentemente o que estaria mais próximo da qualidade de vida, era o Produto Interno Bruto – PIB. Havia-se o entendimento que uma nação se desenvolvia quando havia o crescimento econômico, ou seja, crescimento do PIB *per capita*. Herculano (2000) explica que a partir de meados de 1960 os indicadores sociais foram instituídos, com a incorporação de conceitos como necessidades básicas, equidade, autonomia, comunidades, movimentos sociais, entre outros, pois se percebeu que crescimento econômico não era sinônimo de desenvolvimento e nem de melhoria da qualidade de vida.

Sen (*apud* VEIGA, p. 43) defende que se têm dois processos para promover a melhoria da qualidade de vida: os conduzidos pelo custeio público, com a adoção de programas hábeis para manter serviços de atenção à saúde, educação, entre outros programas sociais em períodos de lento crescimento econômico; e os mediados pelo crescimento econômico, onde somente após um rápido crescimento econômico haverá expansão de serviços sociais relevantes.

Em 1990 a Organização das Nações Unidas – ONU, através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, criou a partir dos trabalhos do economista paquistanês Mahbub UI Haq e do economista indiano Amartya Sen o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. Este índice “sintetiza quatro indicadores (expectativa de

vida, taxa de alfabetização, anos de escolaridade e PIB/capita) e dispõe os cerca de 160 países em um ranking” (HERCULANO, 2000, p. 15). O IDH mundial é calculado anualmente, enquanto o IDH dos municípios brasileiros é calculado a partir dos dados do censo demográfico que ocorre a cada dez anos. Seu valor vai de zero a um, e quanto mais próximo de zero, pior é o desenvolvimento humano, quanto mais próximo de um, melhor. A tabela 5 ilustra este indicador demonstrando o IDH do Brasil, Goiás e de Morrinhos/GO nos décadas de 1970 a 1991, denotando uma evolução na qualidade de vida nestas décadas para todas as unidades.

**Tabela 5 – IDH do Brasil, Goiás e Morrinhos em 1970, 1980 e 1991.**

| UNIDADE      | ANO   |       |       |
|--------------|-------|-------|-------|
|              | 1970  | 1980  | 1991  |
| BRASIL       | 0,462 | 0,685 | 0,742 |
| GOIÁS        | 0,404 | 0,66  | 0,722 |
| MORRINHOS/GO | 0,39  | 0,671 | 0,703 |

Fonte: IPEA

No fim da década de 1980 inicia-se o estudo sobre os aspectos ambientais com a formação de grupo de trabalho pela ONU para discutir o tema. A premissa do estudo, relativamente recente, é descrever as formas de interação humana com o meio ambiente e seus impactos sobre o mesmo. Fonte de recursos naturais, rejeitos, suporte à vida humana e biodiversidade ficam no cerne da problemática destes indicadores (HERCULANO, 2000). Estes indicadores também visam nortear políticas públicas para preservação do meio ambiente, com uso racional dos recursos naturais, para a manutenção da qualidade de vida da espécie humana.

Outro instrumento que objetiva mensurar a qualidade de vida é o questionário WHOQOL-100 elaborado pela Organização Mundial de Saúde – OMS e parte da “premissa de que qualidade de vida é uma construção subjetiva, multidimensional e composta por elementos positivos (mobilidade) e negativos (dor)” (MINAYO *et al. apud* ALMEIDA; GUTIERRES; MARQUES 2012, p. 30). O questionário foi desenvolvido visando adaptar-se às diferentes culturas mundiais e é composto por cem questões referentes a seis domínios (físico, psicológico, independência, relações sociais, meio ambiente e religiosidade) divididos em vinte e quatro facetas com quatro perguntas cada. Uma vigésima quinta faceta ainda aborda questões gerais sobre qualidade de vida. O quadro 1 resume os domínios e facetas do WHOQOL-100.

**Quadro 1** - Domínios e facetas do WHOQOL-100.

|  |   |
|--|---|
| <p>DOMÍNIO 1 – Domínio físico</p> <p>1. Dor / 2. Energia e fadiga / 3. Sono e repouso</p>  | <p>DOMÍNIO 4 – Relações sociais</p> <p>13. Relações pessoais / 14. Suporte (apoio) social / 15. Atividade sexual</p>  |
| <p>DOMÍNIO 2 – Domínio psicológico</p> <p>4. Sentimentos positivos / 5. Pensar, aprender, memória e concentração / 6. Autoestima / 7. Imagem corporal e aparência / 8. Sentimentos negativos</p> | <p>DOMÍNIO 5 – Meio ambiente</p> <p>16. Segurança física e proteção / 17. Ambiente do lar / 18. Recursos financeiros / 19. Cuidados de saúde e sociais: disponibilidade e qualidade / 20. Oportunidades de adquirir novas informações e habilidades / 21. Participação em e oportunidades de recreação e lazer / 22. Ambiente físico: (poluição, ruído, trânsito, clima) / 23. Transporte</p> |
| <p>DOMÍNIO 3 – Nível de independência</p> <p>9. Mobilidade / 10. Atividades da vida cotidiana / 11. Dependência de medicação ou de tratamentos / 12. Capacidade para o trabalho</p>              | <p>DOMÍNIO 6 – Aspectos espirituais, religião, crenças pessoais</p> <p>24. Espiritualidade / religiosidade / crenças pessoais.</p>  |

Fonte: (FLECK *apud* ALMEIDA; GUTIERRES; MARQUES, 2012)

Neste estudo sobre o agricultor familiar pertencente ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, para estimar a geração de renda e melhoria na qualidade de vida do agricultor, será adotado um questionário fechado onde são abordadas questões objetivas sobre bem-estar, como atribuição de renda, consumo, bens e serviços, como também são abordados questões subjetivas, como satisfação de estar no campo, realização pessoal e cultura no recorte temporal deste estudo. Aspectos elementares como acesso ao alimento, moradia, educação e trabalho, para este estudo, resumirão os fatores básicos para determinação da qualidade de vida, sendo complementado pelo fator subjetivo sobre a satisfação pessoal do agricultor com o estilo de vida que leva.

## 2.6 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf

Há muito que o agronegócio tem se consolidado como um forte instrumento gerador de riquezas para o Brasil, o que vem estimulando a regulação do setor com políticas que deem suporte ao setor, estimulando ainda mais o crescimento econômico. Segundo Oliveira (*apud* CAPOBIANGO *et al.*, 2012), até a década de 1990, as políticas para o desenvolvimento do campo no Brasil, favoreciam um pequeno número de propriedades de grande porte em detrimento dos pequenos produtores rurais. Essa disparidade no acesso ao crédito, somada a pressões de movimentos sociais, que há anos, reivindicavam políticas específicas para o pequeno produtor trás os olhares para a necessidade de políticas voltadas a esse seguimento.

A demora por políticas públicas específicas para o pequeno produtor rural foi tamanha que apesar da criação do Crédito Rural ter ocorrido no ano de 1965, pela Lei nº 4.829, de 05 de novembro de 1965, para estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais, inclusive para armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuados por cooperativas ou pelo produtor em seu imóvel rural, somente em 1996, trinta e um anos depois, é criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, por meio do Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído por agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria da renda (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2014, p. 2).

Em 24 de julho de 2006 foi criada a Lei nº 11.326, que estabelece, segundo o Ministério de Desenvolvimento Agrário (2014), os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, e que são à base das regras atuais, consolidadas no Manual do Crédito Rural – MCR. Destaca-se a participação da Agricultura Familiar na produção do país: segundo o Censo Agropecuário 2006, existem 4.366.267 estabelecimentos de agricultura familiar no Brasil, que representa 84,4% do total de estabelecimentos, produzindo cerca de 70% de alguns tipos de alimentos consumidos no País, em apenas 24,3% da área ocupada (IBGE, 2006).

O Banco Central do Brasil define como beneficiário do programa:

São beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf os agricultores e produtores rurais que compõem as unidades familiares de

produção rural e que comprovem seu enquadramento mediante apresentação da “Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)” válida (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2014, p. 120).

Ressaltamos que segundo o Banco Central do Brasil (2014, p. 120), para se enquadrar como beneficiário ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, deve-se também ser observado se o agricultor reside no estabelecimento ou em local próximo e seja proprietário, comodatário, arrendatário, posseiro, permissionário de áreas públicas ou pertença ao Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). O proponente, também não poderá ser proprietário, ou detentor de fração ideal, de áreas com tamanho superior a quatro módulos fiscais<sup>1</sup>, além de demonstrar que 50% (cinquenta por cento) da renda bruta familiar sejam provenientes do estabelecimento e que predomine o trabalho familiar na propriedade rural, sendo permitidos empregados permanentes, desde que em número inferior aos indivíduos da família que ocupa a propriedade.

O Manual do Crédito Rural (MCR) também limita a renda anual:

f) tenham obtido renda bruta familiar nos últimos doze meses de produção normal, que antecedem a solicitação da DAP, de até R\$360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), considerando neste limite a soma de 100% (cem por cento) do Valor Bruto de Produção (VBP), 100% (cem por cento) do valor da receita recebida de entidade integradora e das demais rendas provenientes de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, recebida por qualquer componente familiar, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2014, p. 120).

Ainda, segundo o Manual de Crédito Rural (MCR), mediante a apresentação da DAP válida, e atendendo o enquadramento anterior, também são equiparados beneficiários ao Programa Nacional para Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, os pescadores artesanais com fins comerciais, os autônomos, os aquicultores que explorem área não superior a dois hectares de lâmina d’água, ou ocupem até quinhentos metros cúbicos de água e os silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam seu manejo sustentável. Também podem ser beneficiários os extrativistas artesanais (excluindo-se os garimpeiros e faiscaadores), os quilombolas rurais, os povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2014, p. 120).

---

<sup>1</sup> Área mínima necessária a uma propriedade rural para que sua exploração seja viável economicamente. Esta é expressa em hectares e fixada para cada município levando em consideração suas particularidades locais, como tipo de exploração, renda obtida na exploração, presença de outros tipos de explorações e a propriedade familiar, conforme estabelecido na Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979. Segundo o INCRA, em Morrinhos/GO, um módulo fiscal é igual a 40 hectares.

Os créditos destinados ao Programa Nacional para Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf têm a finalidade de custeio, investimento ou para integralização de cotas-partes pelos beneficiários nas cooperativas de produção agropecuária. Sua carteira pode ainda ser subdividida em Créditos de Custeio, Créditos de Investimento (Pronaf Mais Alimentos), Crédito de Investimento para Agregação de Renda (Pronaf Agroindústria), Crédito de Investimento para Sistemas Agroflorestais (Pronaf Floresta), Crédito de Investimento para Convivência com o Semiárido (Pronaf Semiárido), Crédito de Investimento para Mulheres (Pronaf Mulher), Crédito de Investimento para Jovens (Pronaf Jovem), Crédito de Custeio para Agroindústria Familiar (Pronaf Custeio de Agroindústria Familiar), Crédito para Integralização de Cotas-Partes por Beneficiários do Pronaf Cooperativados (Pronaf Cotas-Partes), Microcrédito Produtivo Rural (Grupo “B”), Crédito de Investimento para Agroecologia (Pronaf Agroecologia), Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF), Crédito para Investimento em Energia Renovável e Sustentabilidade Ambiental (Pronaf Eco) e Créditos para os Beneficiários do PNCF e do PNRA (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2014, p. 120).

Conforme a resolução nº 2.629, de 10 de agosto de 1999, o público do crédito rural era dividido até o ano de 2.006 em cinco grupos de agricultores: “A”, “B”, “C”, “D” e “E”, mas a partir do ano de 2.008 ocorreram agrupamentos destes grupos e atualmente, segundo BANCO CENTRAL DO BRASIL (2015) o beneficiário do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf são as pessoas que apresentem a declaração de aptidão ao programa (DAP) e enquadre-se em um dos grupos:

*I - Grupo "A": Agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que não contrataram operação de investimento sob a égide do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procer) ou que ainda não contrataram o limite de operações ou de valor de crédito de investimento para estruturação no âmbito do Pronaf.*

*II - Grupo "B": Beneficiários que possuam renda bruta familiar nos últimos 12 meses de produção normal, que antecedem a solicitação da DAP, não superior a R\$20.000,00 (vinte mil reais) e que não contratem trabalho assalariado permanente.*

*III - Grupo "A/C": Agricultores familiares assentados pelo PNRA ou beneficiários do PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário que:*

*a) tenham contratado a primeira operação no Grupo "A";*

*b) não tenham contratado financiamento de custeio, exceto no próprio Grupo "A/C"*

*IV - Agricultores familiares que:*

*a) explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, comodatário, parceiro, concessionário do PNRA ou permissionário de áreas públicas;*

*b) residam no estabelecimento ou em local próximo, considerando as características geográficas regionais;*

- c) não detenham, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, contíguos ou não, quantificados conforme a legislação em vigor;
- d) obtenham, no mínimo, 50% da renda bruta familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;
- e) tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando mão de obra de terceiros de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária, podendo manter empregados permanentes em número menor que o número de pessoas da família ocupadas com o empreendimento familiar;
- f) tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 meses de produção normal, que antecedem a solicitação da DAP, de até R\$360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), considerando neste limite a soma de 100% do Valor Bruto de Produção (VBP), 100% do valor da receita recebida de entidade integradora e das demais rendas provenientes de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, recebida por qualquer componente familiar, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais;

*V – Demais beneficiários*

São também beneficiários do Pronaf, mediante apresentação de DAP válida, as pessoas que:

a) atendam, no que couber, às exigências previstas no tópico IV e que sejam:

1 - pescadores artesanais que se dediquem à pesca artesanal, com fins comerciais, explorando a atividade como autônomos, com meios de produção próprios ou em regime de parceria com outros pescadores igualmente artesanais;

2 - aquicultores que se dediquem ao cultivo de organismos que tenham na água seu normal ou mais frequente meio de vida e que explorem área não superior a dois hectares de lâmina d'água ou ocupem até 500 m<sup>3</sup> de água, quando a exploração se efetivar em tanque-rede;

3 - silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

b) se enquadrem nas alíneas "a", "b", "d", "e" e "f" do tópico IV - Agricultores familiares - e que sejam:

1 - extrativistas que exerçam o extrativismo artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscadores;

2 - integrantes de comunidades quilombolas rurais;

3 - povos indígenas;

4 - demais povos e comunidades tradicionais.

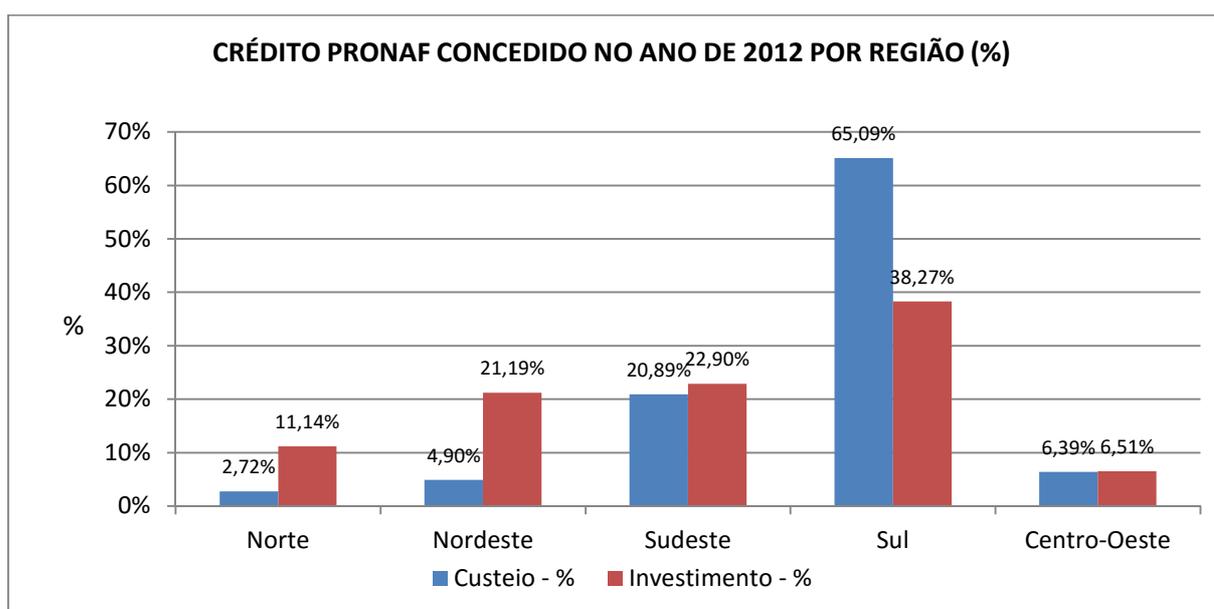
(BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015, p.1).

No ano de 2012, a região Sul do Brasil foi responsável pelo maior volume de concessão de crédito rural do Programa Nacional para Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, chegando à importância de R\$ 4,78 bilhões em custeio e R\$ 3,39 bilhões em investimento, que correspondem respectivamente a 65,09% e 38,27% do crédito RURAL Pronaf concedido no país naquele ano. A região Norte teve o menor volume de concessão na finalidade custeio com R\$ 200 milhões, enquanto a região Centro-Oeste teve o menor volume de concessão na finalidade investimento com R\$ 576 milhões, correspondendo respectivamente a 2,72% e 6,51% do crédito concedido no país nesta modalidade, como pode ser visto na figura 5.

Nos anos iniciais do programa, observou-se a concentração desta linha nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. Ao longo dos anos o Pronaf passa por mudanças institucionais e financeiras para ampliar o programa ao maior número de agricultores familiares (Silva *apud*

OLIVEIRA, 2014). Mesmo com a ampliação do programa para atingir mais agricultores familiares, a região Sul do Brasil continua sendo a região com o maior volume de concessão do crédito rural do Programa Nacional para Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf. Segundo o Censo Agropecuário de 2006, a região Norte detém em seu território cerca de 50% do total de estabelecimentos familiares, concentrando a maior parcela de agricultores familiares do país. A região Sul abriga 20% do total de estabelecimentos familiares, o que a deixa com o segundo maior número de agricultores familiares dentre as demais regiões e na terceira posição vem a região Sudeste, com 16% do total de estabelecimentos da agricultura familiar e em seguida a região Norte com 9% a região Centro-Oeste com 5% dos estabelecimentos da agricultura familiar do Brasil (IBGE, 2006).

**Figura 5** – Crédito rural do Programa Nacional para Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, concedido no ano de 2012, por região em %.



Fonte: Elaborado a partir do anuário estatístico de crédito rural – BACEN

A região Nordeste, apesar de abrigar a maior parcela dos empreendimentos da agricultura familiar em seu território, é uma das regiões com o menor número de crédito rural concedido em valores. Esse fato pode ser justificado por fatores climáticos (seca), pobreza, falta de iniciativa política local, baixo nível de escolaridade dos produtores rurais, dificuldades em ofertar garantia para a linha de crédito, entre outros, que denota um grupo em situação de vulnerabilidade.

A área de estudo desta pesquisa localiza-se na região Centro-Oeste do Brasil, que apresenta baixos índices de ocupação dos empreendimentos familiares em seu território, mas que não reduz sua importância para compreensão desta linha de crédito na geração de renda e qualidade de vida do agricultor familiar.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Comparando-se as concessões de crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar nos anos de 2002 e 2012 constatamos uma evolução na casa de 577,43% no Brasil, como demonstrado na Tabela 6, de 592,90% no estado de Goiás, como registrado na Tabela 7 e de 1.630,39% na cidade de Morrinhos/GO, como percebido na Tabela 8. Notamos que a evolução na concessão do crédito rural no Programa Nacional para Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, no período de dez anos, foi muito elevada no Brasil e no Estado de Goiás, e ainda mais surpreendente sua evolução no município de Morrinhos/GO, tendo um crescimento quase três vezes mais que no estado de Goiás ou no Brasil.

**Tabela 6** – Volume de concessão crédito rural Pronaf no Brasil

| ANO  | TOTAL GERAL |                   | TAXA DE CRESCIMENTO<br>(%) EM RELAÇÃO AOS<br>VALORES DE 2002 |
|------|-------------|-------------------|--|
|      | CONTRATO    | VALOR (R\$)       |  |
| 2002 | 829.433     | 2.414.869.518,80  | 0,00   |
| 2003 | 1.003.837   | 3.158.400.036,64  | 30,79  |
| 2004 | 1.345.713   | 4.388.790.541,58  | 81,74  |
| 2005 | 2.208.198   | 5.785.745.810,94  | 139,59   |
| 2006 | 2.551.497   | 7.166.030.577,33  | 196,75   |
| 2007 | 1.923.317   | 7.122.941.867,34  | 194,96   |
| 2008 | 1.550.749   | 8.664.729.050,80  | 258,81   |
| 2009 | 1.704.947   | 11.218.847.098,49 | 364,57   |
| 2010 | 1.585.486   | 11.988.637.390,45 | 396,45   |
| 2011 | 1.539.901   | 13.304.696.799,44 | 450,95   |
| 2012 | 1.823.210   | 16.358.978.153,12 | 577,43   |

Fonte: Banco Central do Brasil – Anuário Estatístico do Crédito Rural de 2014

Muitas vezes o programa permite ampliar a capacidade produtiva dos agricultores familiares, possibilitando aumentar a área para culturas de subsistência, que propiciaria uma menor dependência de alimentos, ou produtos vindos de fora da unidade produtiva. Mas para atender os objetivos do programa, ainda seria necessário que a capacidade produtiva fosse ampliada para gerar excedentes que pudessem ser comercializados pelo pequeno produtor, o que teria reflexo direto para aumento da renda do produtor.

**Tabela 7** – Volume de concessão crédito rural Pronaf em Goiás

| ANO  | TOTAL GERAL |                | TAXA DE CRESCIMENTO<br>(%) EM RELAÇÃO AO ANO<br>DE 2002 |
|------|-------------|----------------|---|
|      | CONTRATO    | VALOR (R\$)    |   |
| 2002 | 12.522      | 62.138.081,22  | 0,00  |
| 2003 | 22.870      | 108.053.932,55 | 73,89   |
| 2004 | 31.143      | 198.959.661,82 | 220,19  |
| 2005 | 31.565      | 221.015.941,13 | 255,69  |
| 2006 | 32.548      | 232.822.675,26 | 274,69  |
| 2007 | 30.959      | 229.831.278,49 | 269,87  |
| 2008 | 29.848      | 271.005.218,78 | 336,13  |
| 2009 | 30.594      | 395.619.751,48 | 536,68  |
| 2010 | 28.252      | 430.054.101,61 | 592,09  |
| 2011 | 25.193      | 430.607.225,88 | 592,98  |
| 2012 | 23.787      | 430.557.290,28 | 592,90  |

Fonte: Banco Central do Brasil – Anuário Estatístico do Crédito Rural de 2014

**Tabela 8** – Volume de concessão crédito rural Pronaf em Morrinhos/GO

| ANO  | TOTAL GERAL |               | TAXA DE CRESCIMENTO<br>(%) EM RELAÇÃO AO ANO<br>DE 2002 |
|------|-------------|---------------|---|
|      | CONTRATO    | VALOR         |   |
| 2002 | 136         | 665.293,17    | 0,00  |
| 2003 | 182         | 803.100,08    | 20,71   |
| 2004 | 273         | 1.593.273,92  | 139,48  |
| 2005 | 266         | 1.593.263,35  | 139,48  |
| 2006 | 322         | 2.648.139,21  | 298,04  |
| 2007 | 417         | 3.083.121,01  | 363,42  |
| 2008 | 475         | 3.783.255,50  | 468,66  |
| 2009 | 682         | 8.193.870,14  | 1.131,62  |
| 2010 | 536         | 8.102.299,47  | 1.117,85  |
| 2011 | 606         | 11.022.287,93 | 1.556,76  |
| 2012 | 647         | 11.512.194,96 | 1.630,39  |

Fonte: Banco Central do Brasil – Anuário Estatístico do Crédito Rural de 2014

Na cidade de Morrinhos/GO, existem seis entidades credenciadas junto ao Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, com registro de Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP emitida a agricultores do município, documento indispensável para concessão do crédito rural nesta modalidade e que também habilita os agricultores familiares junto aos programas federais que visam o fortalecimento da agricultura familiar, como os programas Mais alimentos, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Estas entidades são: a Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária; a Empresa de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária do Estado de Goiás - Emater GO; o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - SR-04/GO; a Secretaria de Agricultura Pecuária e Abastecimento do Estado de Goiás; o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morrinhos/GO; e o Sindicato Rural de Morrinhos. Segundo Ministério do Desenvolvimento Agrário (2015a) existem no município de Morrinhos/GO 1.179 Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAP ativas, emitidas às pessoas físicas, 143 inativas, emitidas às pessoas físicas e três ativas, emitidas às pessoas jurídicas.

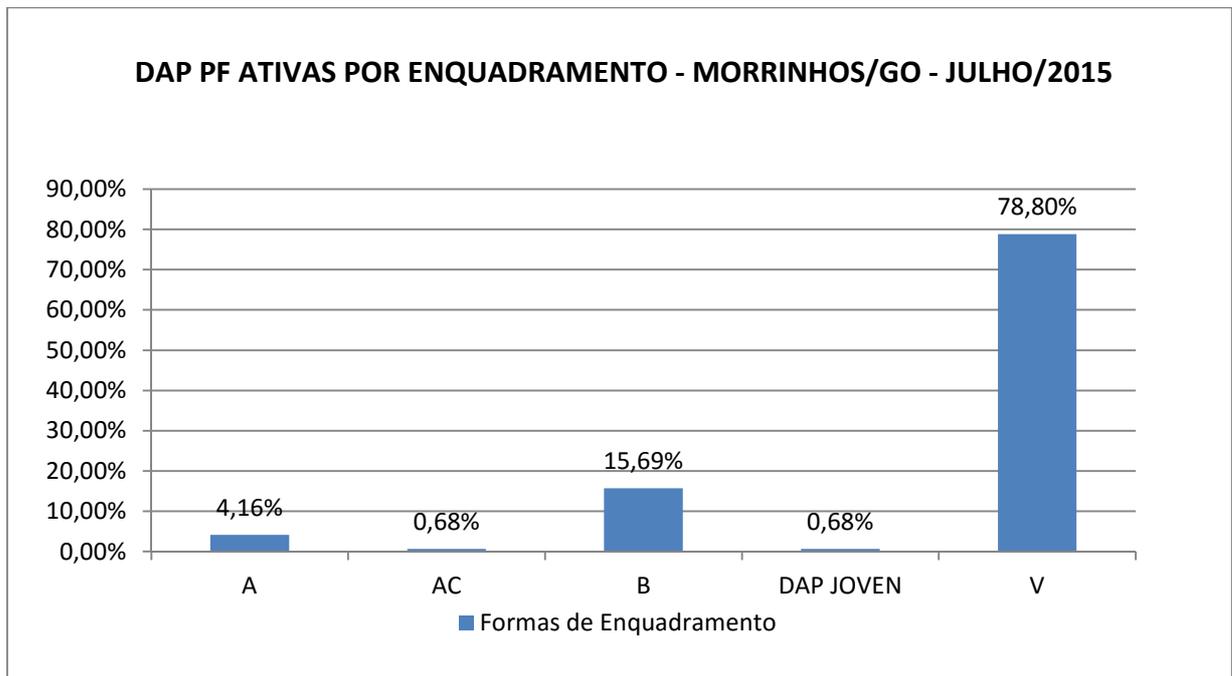
Segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morrinhos/GO, Uelson Narciso Dias, que em 2015, período desta pesquisa, também era apto ao Programa Nacional para Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, o problema da geração de renda da agricultura após a tomada do crédito, é a falta de orientação técnica na condução do empreendimento, da não reaplicação dos recursos na atividade após a comercialização da produção, e o desvio do recurso para atividades diferentes das apresentadas no projeto, uma vez que as baixas taxas da linha acabam se tornando tentadoras para aquisição de bens não vinculados ao empreendimento. Também existe a preocupação com situações de fraude, onde as declarações de Aptidão ao Pronaf – DAP são falsificadas para participação nos programas federais para comercialização da produção de agropecuaristas que não se enquadram no programa (informação verbal)<sup>2</sup>.

É possível observar pela figura 6 que 78,8% das Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAP, são do enquadramento “V”, que contempla os casos mais flexíveis do enquadramento do beneficiário ao Programa Nacional para Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, enquanto apenas 4,16%, menor parcela, contempla o enquadramento “A”, onde estão os agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

---

<sup>2</sup> Entrevista concedida por DIAS, Uelson Narciso. **Entrevista I.** Entrevistador: Herrivelto Afonso de Oliveira. Morrinhos, 2014. Concedida na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morrinhos/GO em 08 de julho de 2014.

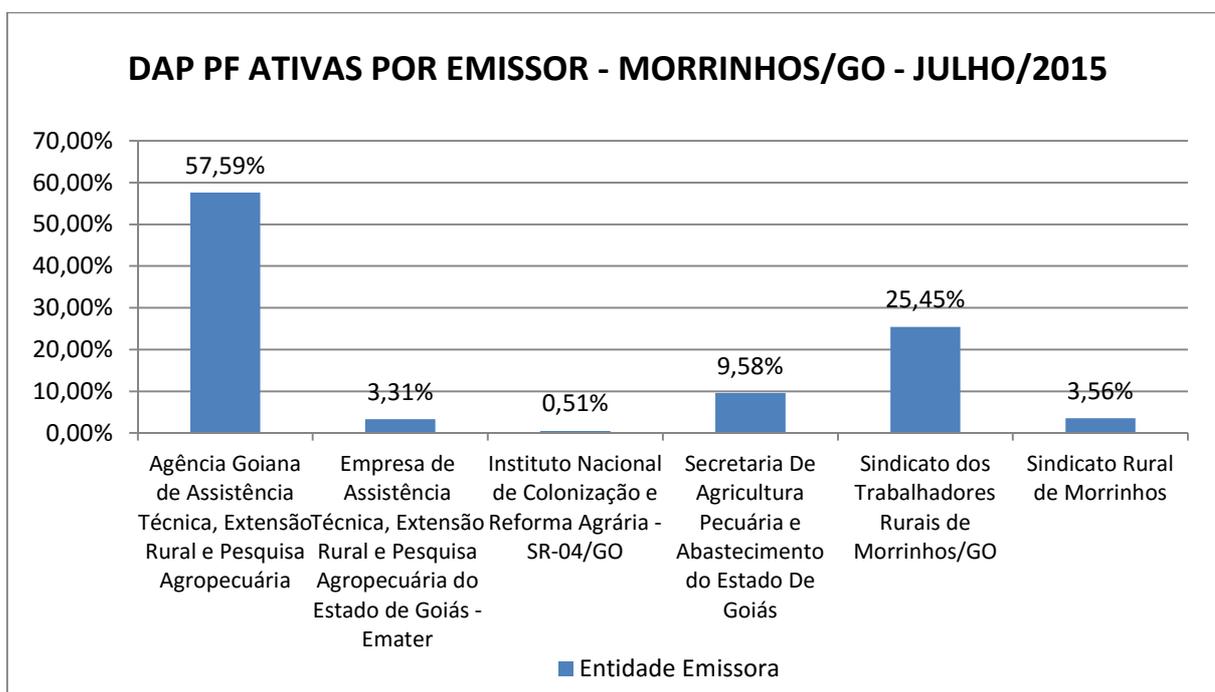
**Figura 6** – Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAP Pessoa Física ativas em julho/2015, totalizadas por enquadramento.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA - 2015

Pela figura 7, podemos visualizar a participação de cada entidade credenciada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, na emissão das Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAP para os agricultores familiares do município de Morrinhos. Esta estatística também reflete o baixo número de declarações emitidas para as famílias beneficiadas pelos programas de reforma agrária e crédito fundiário, uma vez que o Instituto de Colonização e Reforma Agrária – SR-04/GO foi quem menos emitiu declarações, e por regulamentação do MDA as DAP do enquadramento “A” deveriam ser emitidas apenas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, ou pelas Secretarias de Reordenamento Agrário estaduais ou regionais.

**Figura 7** – Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAP Pessoa Física ativas em julho/2015, totalizadas por entidade emissora.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA - 2015

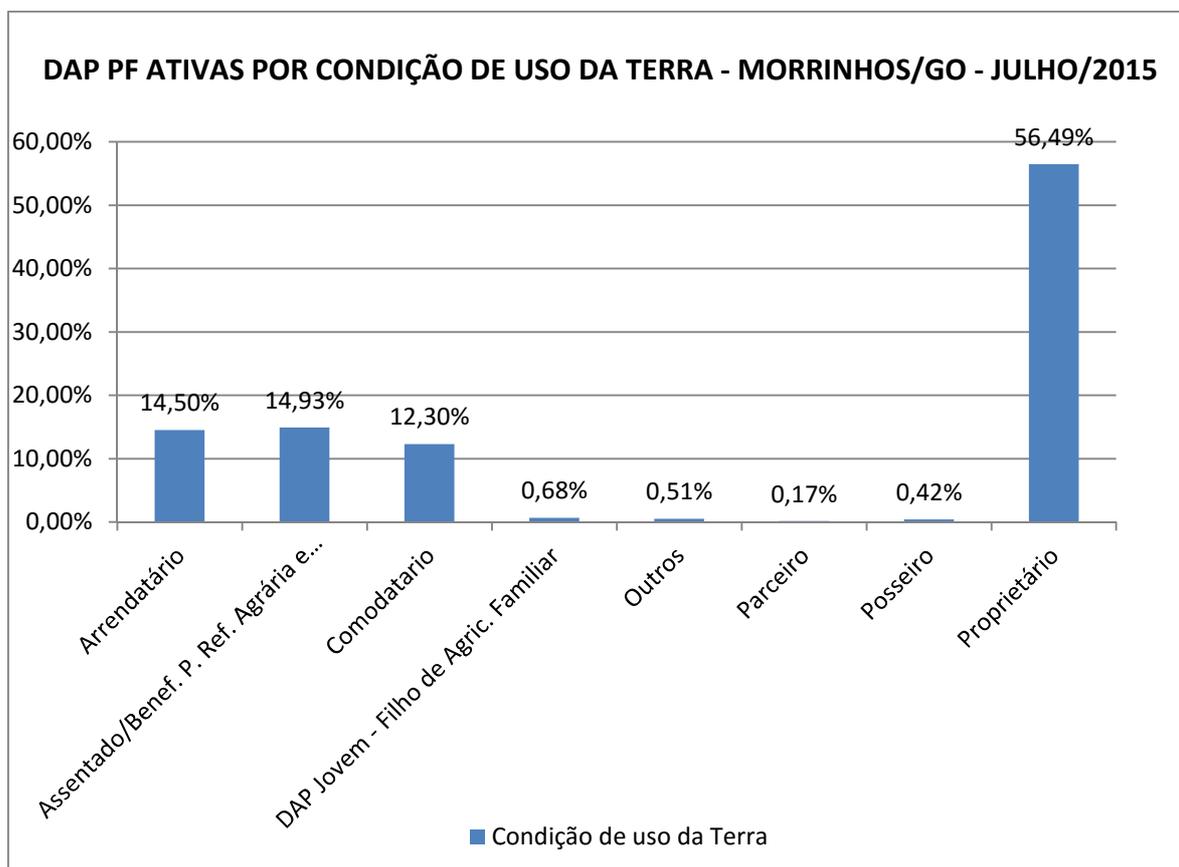
Quanto à condição de uso da terra, mais da metade das Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAP, 56,49%, emitidas para famílias do município de Morrinhos/GO, foram a proprietários de terra, como pode ser evidenciado na figura 8.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi instituído pela Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, por meio de seu artigo 19 e é um importante programa para fortalecimento da agricultura familiar, pautado em dois fundamentos: promover às pessoas em condição de fragilidade nutricional o acesso à alimentação, em quantidade e qualidade necessária a esta população em situação de insegurança alimentar; fortalecer a agricultura familiar com fomento à produção, comercialização e sustentabilidade mediante a exclusividade no fornecimento de alimentos para este programa (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2015b).

Este programa prevê a utilização de recursos provenientes do Ministério de Desenvolvimento Social – MDS e do Ministério de Desenvolvimento Agrário, para a aquisição de alimentos da agricultura familiar a preços mais justo ao produtor, com dispensa de licitação, e destinados à formação de estoques governamentais e consumo por pessoas que integrem programas sociais participantes das redes sócio-assistenciais, como escolas,

associações, creches e asilos (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2015b).

**Figura 8** – Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAP Pessoa Física ativas em julho/2015, totalizadas por condição de uso da terra.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA - 2015

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) que foi instituído por meio do Decreto nº 37.106, de 31 de março de 1955 do Ministério da Educação e Cultura, com o objetivo de reduzir a desnutrição escolar e melhorar os hábitos alimentares dos estudantes (TURPIN, 2008 *apud* OLIVEIRA, 2014, p. 26). Este foi outro importante programa de apoio da agricultura familiar, principalmente após a Lei Federal 11.947 de 16 de junho de 2009 que determinou que ao menos 30% dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) aos Estados e Municípios, para compra de alimentos, deveriam ser utilizados na aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar, priorizando assentamentos, comunidades indígenas e quilombolas (OLIVEIRA, 2014).

Analisando o Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes da cidade de Morrinhos, notamos um crescimento de 174,85% do Valor Adicionado (VA) da agropecuária

deste indicador no período de 2002 a 2011, demonstrado na Tabela 9, enquanto neste mesmo período, percebemos um crescimento de 1.556,76% na concessão do crédito rural do Programa Nacional para Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, verificado na Tabela 8, ou seja, o crescimento da concessão do Pronaf foi mais que oito vezes superior ao crescimento do Valor Adicionado da agropecuária do PIB, o que demonstra que o crescimento econômico do município, não acompanhou o crescimento da concessão do crédito rural Pronaf no mesmo ritmo, reforçando a ideia que o crédito rural, apesar de oferecer recursos para estimular a produção do campo, não é suficiente para promover o crescimento econômico e conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida do agropecuarista.

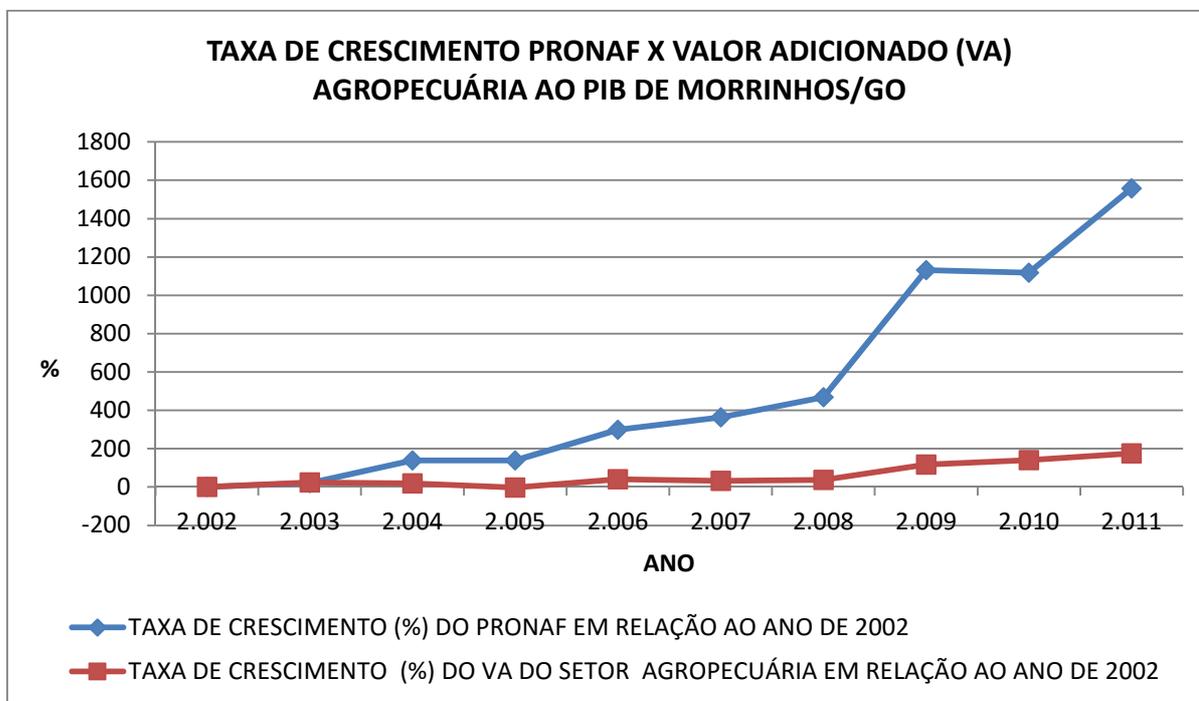
**Tabela 9** – Produto Interno Bruto a preços correntes, Valor Adicionado (VA) por setor e Taxa de Crescimento do VA Agropecuária de Morrinhos/Goiás - 2002 a 2011.

| ANO  | Agropecuária<br>(R\$ mil) | Indústria<br>(R\$ mil) | Serviços<br>(R\$ mil) | VA<br>(agrop. +<br>ind. +<br>Serv.)<br>(R\$ mil) | Impostos<br>(R\$ mil) | PIB<br>(R\$ mil) | TAXA DE<br>CRESCIMENTO (%) DO<br>VA DO SETOR<br>AGROPECUÁRIA EM<br>RELAÇÃO AO ANO DE<br>2002 |
|------|---------------------------|------------------------|-----------------------|--|-----------------------|------------------|--|
| 2002 | 89.200                    | 44.698                 | 135.151               | 269.049  | 23.988                | 293.036          | 0,00   |
| 2003 | 110.524                   | 50.269                 | 137.038               | 297.831  | 24.144                | 321.975          | 23,91  |
| 2004 | 106.870                   | 53.897                 | 144.201               | 304.967  | 23.800                | 328.767          | 19,81  |
| 2005 | 87.308                    | 59.647                 | 161.022               | 307.976  | 26.710                | 334.686          | -2,12  |
| 2006 | 125.429                   | 77.534                 | 190.870               | 393.833  | 32.307                | 426.140          | 40,62  |
| 2007 | 117.832                   | 88.487                 | 207.876               | 414.194  | 35.710                | 449.905          | 32,10  |
| 2008 | 123.024                   | 94.697                 | 231.893               | 449.613  | 42.794                | 492.407          | 37,92  |
| 2009 | 193.382                   | 134.278                | 259.741               | 587.401  | 47.144                | 634.545          | 116,80   |
| 2010 | 215.175                   | 129.325                | 286.745               | 631.245  | 51.870                | 683.115          | 141,23   |
| 2011 | 245.165                   | 162.993                | 345.748               | 753.907  | 72.864                | 826.771          | 174,85   |

Fonte: Instituto Mauro Borges - GO / Segplan / Gerência de Contas Regionais e Indicadores - 2014

Fica evidente no gráfico da Figura 9, que a Taxa de crescimento do Programa Nacional para Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf é bem superior a Taxa de Crescimento do Valor Adicionado da Agropecuária no Produto Interno Bruto (PIB) de Morrinhos-Goiás, no período de 2002 a 2011 e, portanto, que a referida linha de crédito isoladamente não justifica o crescimento econômico, que apesar de não ser o único elemento, é primordial para sustentar o desenvolvimento regional, e promover a geração de renda do pequeno agropecuarista, reforçando ainda, o entendimento da necessidade de políticas públicas complementares, para uma boa utilização do crédito no empreendimento rural familiar.

**Figura 9** – Gráfico: Taxa de crescimento do Programa Nacional para Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf e Taxa de Crescimento do Valor Adicionado Agropecuária de Morrinhos/Goiás - 2002 a 2011.



Fonte: Banco Central do Brasil – Anuário Estatístico do Crédito Rural / Instituto Mauro Borges – GO - 2014

### 3.1 Pesquisa de Campo: aspectos socioeconômicos do beneficiário do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf.

A demonstração dos resultados obtidos com a aplicação do formulário de pesquisa a uma amostra de 90 produtores rurais pertencentes ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf do município de Morrinhos, que tenham a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) emitida e válida até julho de 2015, serão apresentados na ordem do questionário, sendo dividido em cinco blocos: Produtor, Propriedade, Pronaf, Qualidade de Vida e Questão aberta e subjetiva.

#### 3.1.1 Bloco 1 - Produtor.

As informações relativas ao produtor foram apuradas a partir das respostas da questão 1 a questão 10, compreendendo informações como escolaridade, forma de aquisição

da propriedade, pessoas que compõe o grupo familiar, escolaridade e alimentação do produtor.

Na Tabela 10 constata-se que os produtores entrevistados, líderes do grupo familiar, possuem baixa escolaridade. Mais da metade, ou 60% dos entrevistados patriarcas ou matriarcas da família, possuem apenas até a 4º série do ensino fundamental. Somando as três primeiras faixas da tabela, observa-se que 82,22% do grupo entrevistado possuem no máximo o ensino fundamental - até a 9º série. A baixa escolaridade destes produtores rurais pertencentes à agricultura familiar pode influenciar diretamente na gestão do empreendimento, pois quanto menor a escolaridade, mais resistentes a mudanças, a novas tecnologias e a uma gestão empreendedora o agricultor tende a ser.

**Tabela 10** – Escolaridade dos entrevistados.

| <b>ESCOLARIDADE DO TITULAR DA DAP</b> | <b>NÚMERO DE PRODUTORES</b> | <b>(%) EM RELAÇÃO AO TOTAL</b> |
|---------------------------------------|-----------------------------|--------------------------------|
| Não alfabetizado                      | 3                           | 3,33                           |
| Ensino Fundamental – de 1º a 4º série | 51                          | 56,67                          |
| Ensino Fundamental – de 5º a 9º série | 20                          | 22,22                          |
| Ensino Médio (2º grau)                | 13                          | 14,44                          |
| Ensino Superior                       | 3                           | 3,33                           |
| <b>Total</b>                          | <b>90</b>                   | <b>100,00</b>                  |

Fonte: Dados de pesquisa, elaborado pelo autor (2015).

Pouco mais de um terço dos entrevistados, 36,67%, declararam que a posse de sua gleba se deu pela redistribuição de terras da Reforma Agrária e um terço, 33,33%, alegou ter adquirido suas áreas comprando, conforme constatado na Tabela 11. Apesar da redistribuição de terras pela reforma agrária ser maioria na forma de aquisição das propriedades do grupo pesquisado, é importante observar que somando o número de agricultores que compraram com o número de agricultores que herdaram sua propriedade, atingiremos a marca de 47,7% do grupo, superando o número de propriedades adquiridas pela reforma agrária. Essa condição demonstra que a agricultura familiar no município de Morrinhos não é uma exclusividade da Reforma Agrária, ainda que no município localizem-se dois dos assentamentos deste movimento: São Domingos d'olhos d'água e Tijunheiro.

**Tabela 11** – Forma de aquisição da Propriedade.

| <b>FORMA DE AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE</b> | <b>NÚMERO DE PRODUTORES</b> | <b>% EM RELAÇÃO AO TOTAL</b> |
|--|-----------------------------|------------------------------|
| Comprando                                | 30                          | 33,33                        |
| Herança                                  | 13                          | 14,44                        |
| Reforma Agrária                          | 33                          | 36,67                        |
| De outra forma                           | 11                          | 12,22                        |
| Não é proprietário                       | 3                           | 3,33                         |
| <b>Total</b>                             | <b>90</b>                   | <b>100,00</b>                |

Fonte: Dados de pesquisa, elaborado pelo autor (2015).

O tempo de posse da propriedade rural apurado neste estudo tem objetivo de verificar o tempo de permanência do produtor rural no campo. De acordo com a Tabela 12 as faixas de maior incidência de produtores foram de 6 a 15 anos, com 36,67% e de 16 a 30 anos, com 32,22% dos entrevistados. Estas duas faixas de tempo juntas representam 68,89% do total dos produtores e mostra que os agricultores familiares, chefes de família, tendem a se fixar no campo.

**Tabela 12** – Tempo que a propriedade pertence à família dos entrevistados.

| <b>TEMPO DE POSSE DA PROPRIEDADE</b> | <b>NÚMERO DE PRODUTORES</b> | <b>% EM RELAÇÃO AO TOTAL</b> |
|--------------------------------------|-----------------------------|------------------------------|
| Não sou o proprietário               | 3                           | 3,33                         |
| De 1 a 5 anos                        | 15                          | 16,67                        |
| De 6 a 15 anos                       | 33                          | 36,67                        |
| De 16 a 30 anos                      | 29                          | 32,22                        |
| Mais de 30 anos                      | 10                          | 11,11                        |
| <b>Total</b>                         | <b>90</b>                   | <b>100,00</b>                |

Fonte: Dados de pesquisa, elaborado pelo autor (2015).

A média de pessoas que compõe o grupo familiar dos agricultores familiares pesquisados é de 4,3 pessoas por grupo familiar, que é um pouco mais alto que a média dos lares brasileiros apurados no censo de 2010. O censo demográfico de 2010 do IBGE (IBGE, 2010) estimou que cada lar brasileiro possui 3,3 moradores em média. Na Tabela 13 demonstramos que a faixa de maior concentração de pessoas compondo o grupo familiar é de quatro e cinco pessoas, com 34,44% e 26,67% dos entrevistados respectivamente. Este resultado demonstra que há uma tendência pela formação de famílias cada vez menores também entre os membros da agricultura familiar, o que pode representar uma falta da mão-

de-obra familiar para condução dos empreendimentos familiares do campo. Contudo, tal ausência vem sendo suprida pela organização dos pequenos agricultores em cooperativas e associações que lhes permite unir esforços e recursos para condução dos empreendimentos e, também, pela incorporação de novas tecnologias que permitem produzir cada vez mais, com menos recursos, inclusive mão-de-obra.

**Tabela 13** – Composição do grupo familiar.

| COMPOSIÇÃO DO GRUPO FAMILIAR | NÚMERO DE PESSOAS | % EM RELAÇÃO AO TOTAL |
|------------------------------|-------------------|-----------------------|
| 1 pessoa - apenas você       | 1                 | 1,11                  |
| 2 pessoas                    | 9                 | 10,00                 |
| 3 pessoas                    | 12                | 13,33                 |
| 4 pessoas                    | 31                | 34,44                 |
| 5 pessoas                    | 24                | 26,67                 |
| 6 pessoas                    | 5                 | 5,56                  |
| 7 pessoas                    | 5                 | 5,56                  |
| 8 pessoas                    | 1                 | 1,11                  |
| 9 pessoas                    | 1                 | 1,11                  |
| Mais de 9 pessoas            | 1                 | 1,11                  |
| <b>Total</b>                 | <b>90</b>         | <b>100</b>            |

Fonte: Dados de pesquisa, elaborado pelo autor (2015).

Podemos visualizar pela Tabela 14 que a maior parte das propriedades rurais, 71,11%, possui até três pessoas residindo na propriedade. Comparando a Tabela 13 com a Tabela 14 percebemos sinais do êxodo de componentes do grupo familiar, uma vez que a média de pessoas que compõem o grupo familiar é de 4,3 pessoas, e que a maior parte das famílias, 60%, possui de quatro a cinco integrantes do grupo familiar, ou seja, se o grupo familiar é composto em sua maioria de quatro a cinco pessoas e residem na maioria três pessoas na propriedade, pode-se deduzir que em média há a saída de uma a duas pessoas da propriedade.

Filtrando os entrevistados que responderam pertencer a um grupo familiar entre quatro e cinco integrantes, têm-se cinquenta e cinco pessoas e analisando a resposta apenas deste grupo temos que trinta e três destas famílias alegam possuir até três pessoas residindo na propriedade, conforme ilustrado na Tabela 15, o que dá a marca de 60% deste grupo com menos pessoas residindo na propriedade se comparado ao número de pessoas que compõe o grupo familiar.

**Tabela 14** – Pessoas do grupo familiar que moram na propriedade rural.

| <b>INTEGRANTES DO GRUPO FAMILIAR MORADORES NA PROPRIEDADE RURAL</b> | <b>NÚMERO DE PRODUTORES</b> | <b>% EM RELAÇÃO AO TOTAL</b> |
|---|-----------------------------|------------------------------|
| até 3 pessoas   | 64                          | 71,11                        |
| de 3 até 5 pessoas  | 23                          | 25,56                        |
| de 6 até 10 pessoas   | 2                           | 2,22                         |
| mais de 10 pessoas  | 1                           | 1,11                         |
| <b>Total</b>  | <b>90</b>                   | <b>100,00</b>                |

Fonte: Dados de pesquisa, elaborado pelo autor (2015).

**Tabela 15** – Pessoas com o grupo familiar composto por quatro ou cinco pessoas com até três pessoas residindo na propriedade rural.

| <b>Nº DE INTEGRANTES DO GRUPO FAMILIAR MORADORES DA PROPRIEDADE RURAL</b> | <b>Nº DE FAMÍLIAS</b> | <b>FAMÍLIAS COM ATÉ TRÊS MORADORES NA PROPRIEDADE</b> | <b>% DE FAMÍLIAS EM RELAÇÃO PROPRIEDADES C/ ATÉ 3 MORADORES</b> |
|---|-----------------------|---|---|
| 4 pessoas   | 31                    | 22  | 70,96 %   |
| 5 pessoas   | 24                    | 11  | 45,83 %   |
| <b>Total</b>  | <b>55</b>             | <b>33</b>   | <b>60,00 %</b>  |

Fonte: Dados de pesquisa, elaborado pelo autor (2015).

Outro importante indicador sobre a saída de membros da família da agricultura familiar da propriedade rural está demonstrado na Tabela 16. Quando o grupo entrevistado foi questionado sobre o principal motivo que leva os familiares a não residirem na propriedade rural, apenas 27,78% responderam que todos os familiares ainda residem na propriedade e 72,22% dos entrevistados apontaram um motivo para a saída de membros da propriedade.

O motivo mais apontado pelos entrevistados para evasão dos familiares da propriedade, 30% do grupo, foi “para trabalhar” e em seguida, com 21,11%, foi “outros motivos”, sendo que ao questionar que outro motivo foi este, mesmo não fazendo parte do questionário oficial, houve unanimidade em apontarem o casamento de membros do grupo familiar. Em terceiro lugar, o motivo mais apontado, com 18,89%, foi “para estudar”.

**Tabela 16** – Motivos que levaram algum(ns) dos membros do grupo familiar do pequeno agricultor a não morarem na propriedade.

| <b>MOTIVO PARA EVASÃO DO PEQUENO PRODUTOR DO CAMPO</b>                        | <b>NÚMERO DE PRODUTORES</b> | <b>% EM RELAÇÃO AO TOTAL</b> |
|---|-----------------------------|------------------------------|
| Isso não aconteceu e todos os familiares moram na propriedade rural           | 25                          | 27,78                        |
| Para estudar  | 17                          | 18,89                        |
| Para trabalhar  | 27                          | 30,00                        |
| Para ter acesso a itens de conforto como TV, Internet, diversão, entre outros | 2                           | 2,22                         |
| Por outros motivos  | 19                          | 21,11                        |
| <b>Total</b>  | <b>90</b>                   | <b>100,00</b>                |

Fonte: Dados de pesquisa, elaborado pelo autor (2015).

A Tabela 17 demonstra o perfil de escolaridade do grupo familiar dos pequenos agricultores entrevistados. Sete entrevistados, ou 7,78% do total de entrevistados, alegaram que nenhuma pessoa de seu grupo familiar chegou a concluir o ensino fundamental e que 92,22% dos entrevistados possuem ao menos uma pessoa com ensino fundamental concluído ou em curso. Para o ensino médio 28,89% do total de entrevistados alegaram que nenhuma pessoa de seu grupo familiar chegou a concluir o ensino médio, contra 71,11% dos entrevistados possuem ao menos uma pessoa com ensino médio concluído ou em curso. Já para o ensino superior, 74,44% do total de entrevistados, alegaram que seu grupo familiar não possui membros cursando ou que concluíram curso superior, contra 25,56% que alegaram possuir membro do grupo familiar cursando ou com ensino superior concluído.

**Tabela 17** – Pessoas do grupo familiar dos entrevistados concentrados por faixa de pessoas que possuem escolaridade até: o ensino fundamental (9º série) / o ensino médio / o curso superior.

| <b>FAIXA DE PESSOAS DO GRUPO FAMILIAR</b> | <b>ATÉ O ENSINO FUNDAMENTAL</b> |               | <b>ATÉ O ENSINO MÉDIO</b> |               | <b>ATÉ O ENSINO SUPERIOR</b> |               |
|---|---------------------------------|---------------|---------------------------|---------------|------------------------------|---------------|
|   | <b>QTD PROD</b>                 | <b>% PROD</b> | <b>QTD PROD</b>           | <b>% PROD</b> | <b>QTD PROD</b>              | <b>% PROD</b> |
| Nenhuma                                   | 7                               | 7,78          | 26                        | 28,89         | 67                           | 74,44         |
| 1 pessoa                                  | 30                              | 33,33         | 40                        | 44,44         | 19                           | 21,11         |
| 2 pessoas                                 | 28                              | 31,11         | 17                        | 18,89         | 3                            | 3,33          |
| 3 pessoas                                 | 16                              | 17,78         | 6                         | 6,67          | 1                            | 1,11          |
| mais de 3 pessoas                         | 9                               | 10,00         | 1                         | 1,11          | 0                            | 0,00          |
| <b>Total</b>                              | <b>90</b>                       | <b>100</b>    | <b>90</b>                 | <b>100</b>    | <b>90</b>                    | <b>100</b>    |

Fonte: Dados de pesquisa, elaborado pelo autor (2015).

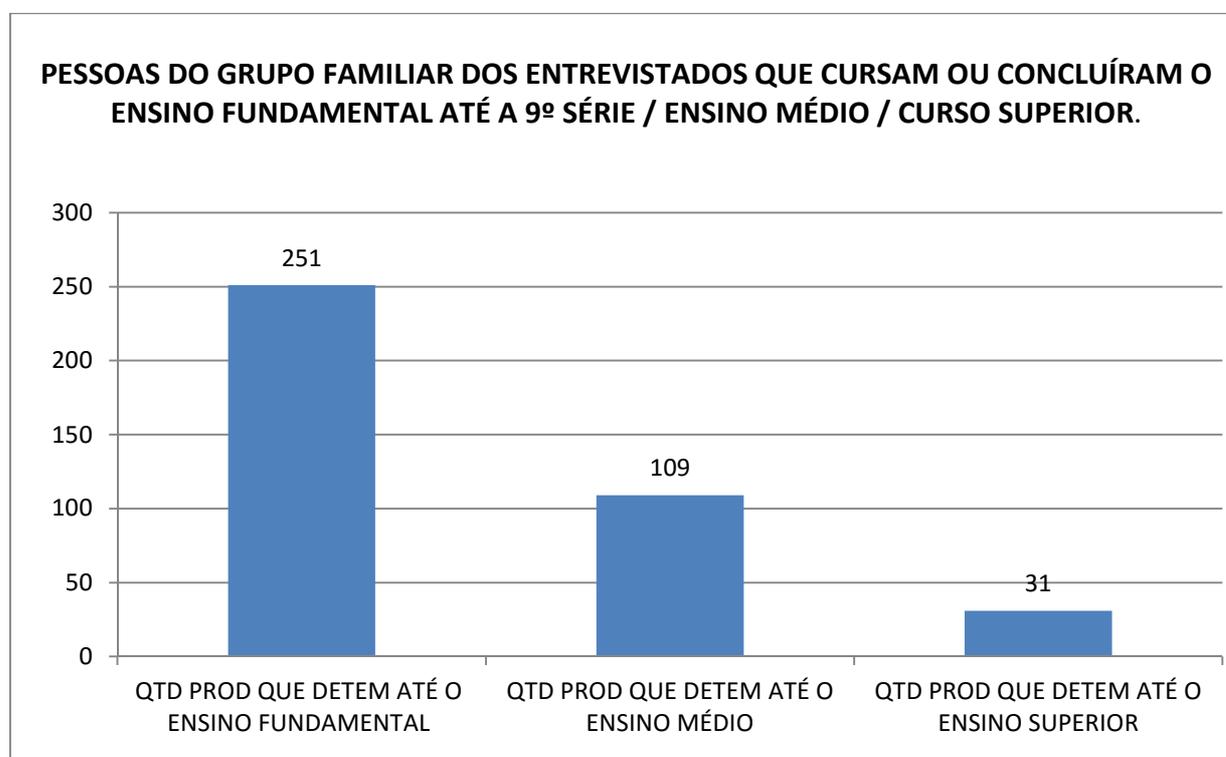
Considerando todas as pessoas que compõem o grupo familiar dos noventa produtores rurais da agricultura familiar entrevistados, contabilizamos o total de 391 pessoas. Classificando as pessoas das famílias dos agricultores entrevistados por escolaridade chegamos a Tabela 18, onde constatamos que a grande maioria das pessoas que compõe estas famílias, 64,19%, possui no máximo o ensino fundamental. Quase um terço, 27,88%, possui até o ensino médio e a minoria, 7,93%, possui curso superior. O gráfico da Figura 10 sintetiza esta disparidade entre a escolaridade dos produtores do grupo entrevistado.

**Tabela 18** – Pessoas do grupo familiar dos entrevistados que cursam ou concluíram o ensino fundamental até a 9ª série / ensino médio / curso superior.

| ATÉ O ENSINO FUNDAMENTAL |        | ATÉ O ENSINO MÉDIO |        | ATÉ O ENSINO SUPERIOR |        |
|--------------------------|--------|--------------------|--------|-----------------------|--------|
| QTD PROD                 | % PROD | QTD PROD           | % PROD | QTD PROD              | % PROD |
| 251                      | 64,19  | 109                | 27,88  | 31                    | 7,93   |

Fonte: Dados de pesquisa, elaborado pelo autor (2015).

**Figura 10** – Gráfico: Pessoas do grupo familiar dos entrevistados que cursam ou concluíram o ensino fundamental até a 9ª série / ensino médio / curso superior.



Fonte: Dados de pesquisa, elaborado pelo autor (2015).

Segundo o censo demográfico 2010, IBGE (2010), 79,6% da população rural brasileira, composta de pessoas de 25 anos ou mais idade, não possui instrução ou possui o ensino fundamental incompleto, 9,7% possui ensino fundamental completo e médio incompleto, 8,7% possui ensino médio completo e superior incompleto e 1,8% possui curso superior completo. Adotando os dados do censo demográfico 2010, sobre a escolaridade da população brasileira, como parâmetro, evidenciamos que a escolaridade do grupo pesquisado encontra-se em uma situação um pouco melhor que a média brasileira.

A Tabela 19 retrata os hábitos alimentares do grupo familiar dos entrevistados, assim caracterizado: pelo baixo consumo de doces industrializados, pelo consumo por todas as famílias dos entrevistados de grãos como o “arroz com feijão” – tradicional alimento consumido no país; além de um consumo pela maioria dos entrevistados de hortaliças, frutas e carnes. Estes hábitos alimentares mostram que há uma boa qualidade na alimentação do agricultor familiar, contudo a Tabela 20 mostra que há um grande percentual de alimentos que são consumidos pela família do agricultor familiar que não são produzidos em sua propriedade. 24,44% dos entrevistados alegaram que no máximo 25% dos alimentos consumidos pelo grupo familiar são produzidos na propriedade e 48,89% alegaram que produzem entre 25% e 50% dos alimentos consumidos na propriedade, ou seja, 73,33% dos entrevistados alegam produzir no máximo até 50% do alimento consumido em suas propriedades.

**Tabela 19** – Alimentos consumidos diariamente pelo grupo familiar dos agricultores entrevistados.

| <b>ALIMENTOS CONSUMIDOS PELO AGRICULTOR FAMILIAR</b> | <b>NÚMERO DE PRODUTORES</b> | <b>% EM RELAÇÃO AO TOTAL</b> |
|--|-----------------------------|------------------------------|
| Grãos como arroz, feijão, milho etc.                 | 90                          | 100,00                       |
| Hortaliças como alface, cenoura, tomate, etc.        | 88                          | 97,78                        |
| Frutas como laranja, mamão, abacate, mexerica, etc.  | 64                          | 71,11                        |
| Carnes como gado, frango, porco, ovos e leite.       | 83                          | 92,22                        |
| Doces como chocolate, balas, bolachas, etc.          | 3                           | 3,33                         |

Fonte: Dados de pesquisa, elaborado pelo autor (2015).

**Tabela 20** – Alimentos consumidos diariamente pelo grupo familiar dos agricultores entrevistados, mas que são produzidos em sua propriedade.

| <b>ALIMENTOS CONSUMIDOS PELO AGRICULTOR QUE SÃO PRODUZIDOS EM SUA PROPRIEDADE</b> | <b>NÚMERO DE PRODUTORES</b> | <b>% EM RELAÇÃO AO TOTAL</b> |
|---|-----------------------------|------------------------------|
| até 25% (cerca de um quarto do que é consumido)                                   | 22                          | 24,44                        |
| de 25% a 50% (cerca de metade do que é consumido)                                 | 44                          | 48,89                        |
| de 50% a 75% (cerca de três quartos do que é consumido)                           | 21                          | 23,33                        |
| de 75% a 100% (quase a totalidade do que é consumido)                             | 3                           | 3,33                         |
| <b>Total</b>  | <b>90</b>                   | <b>100,00</b>                |

Fonte: Dados de pesquisa, elaborado pelo autor (2015).

### 3.1.2 Bloco 2 - Propriedade.

As informações relativas à propriedade e a forma de produção onde o agricultor familiar desenvolve suas atividades foram apuradas a partir das respostas da questão 11 a questão 17, compreendendo informações como nome da propriedade, distância da cidade de Morrinhos/GO, filiação a associações, culturas desenvolvidas, consumidas, comercializadas e a forma de comercialização.

A Tabela 21 demonstra que 3,33% dos entrevistados declararam que a propriedade onde desenvolvem seus empreendimentos encontra-se até 5 km da cidade de Morrinhos/GO; 42,22% dos entrevistados declararam que a propriedade encontra-se entre 10 e 20 km da cidade de Morrinhos; 15,56% declararam que a propriedade encontra-se entre 20 e 30 km de Morrinhos, enquanto 38,89% alegaram que a propriedade está há mais de 30 km da cidade.

**Tabela 21** – Distância entre a propriedade rural de exploração pelo entrevistado até a cidade de Morrinhos/GO.

| <b>DISTÂNCIA ENTRE A PROPRIEDADE RURAL E MORRINHOS</b> | <b>NÚMERO DE PRODUTORES</b> | <b>% EM RELAÇÃO AO TOTAL</b> |
|--|-----------------------------|------------------------------|
| até 5 km   | 0                           | 0,00                         |
| Entre 5 e 10 km  | 3                           | 3,33                         |
| Entre 10 e 20 km                                       | 38                          | 42,22                        |
| Entre 20 e 30 km                                       | 14                          | 15,56                        |
| Mais de 30 km  | 35                          | 38,89                        |
| <b>Total</b>   | <b>90</b>                   | <b>100,00</b>                |

Fonte: Dados de pesquisa, elaborado pelo autor (2015).

Fazendo a relação entre a distância da propriedade rural e a forma de comercialização, percebemos que as propriedades localizadas entre 10 e 20 km são as que possuem formas mais diversificadas para comercialização da produção da agricultura familiar, sendo que sua produção é tanto entregue em cooperativas, quanto comercializadas em feiras livres ou vendidas para o comércio geral, como também são entregues na CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento (Programa Aquisição de Alimentos – PAA), como também entregues em programas municipais, para atender escolas, asilos, etc. (Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae), podendo esse comportamento ser visualizado na Tabela 22.

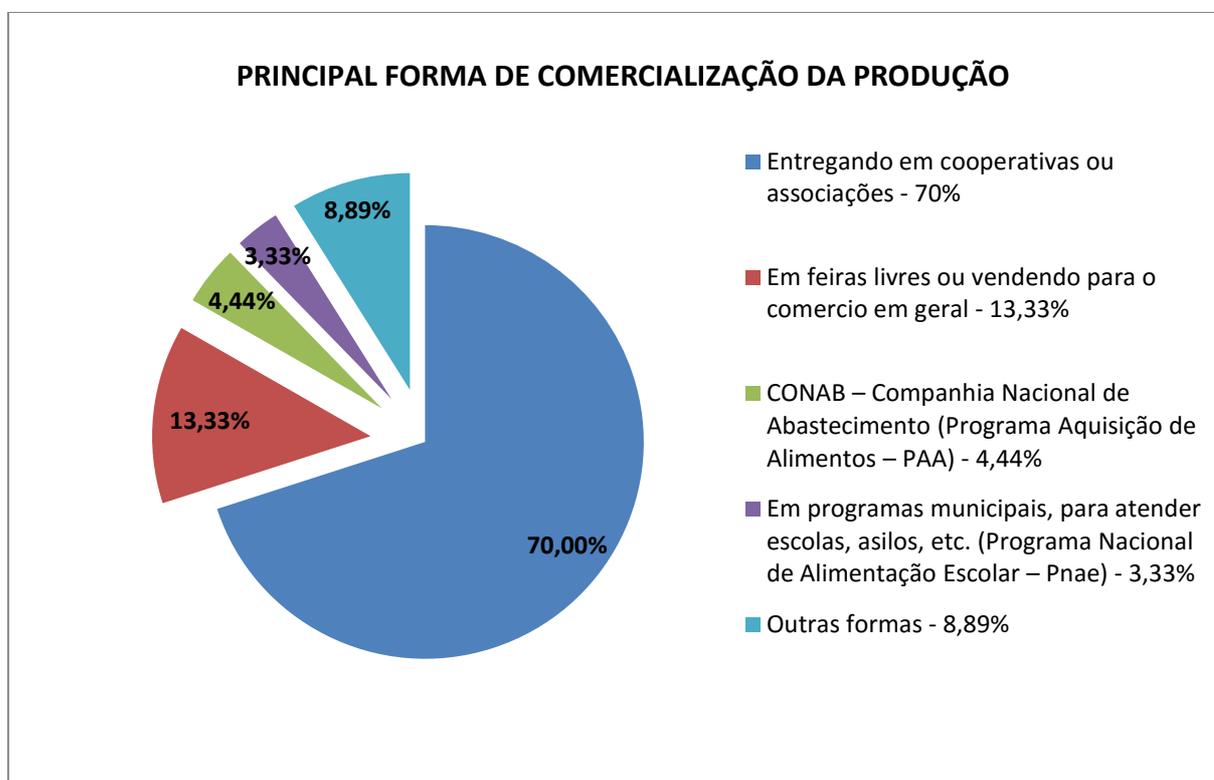
No gráfico da Figura 11, o grupo de entrevistados foi distribuído apenas pela forma de comercialização, onde fica visível que a grande maioria do grupo, 70%, alegou que a principal forma de comercialização de sua produção é entregando suas mercadorias em cooperativas ou associações, o que demonstra que o grupo tem se organizado buscando melhores condições para negociar sua produção junto aos distribuidores que compram seus produtos. Outros 13,33% dos entrevistados preferem vender sua produção diretamente ao consumidor final em feiras livres ou no comércio em geral e a maioria deste público, oito de doze, tem a propriedade onde desenvolve seu empreendimento há menos de 20 km da cidade de Morrinhos/GO, o que favorece a comercialização nas feiras ou diretamente no comércio municipal. Apenas 4,44% dos entrevistados alegaram como principal forma de comercialização de seus produtos o programa para aquisição de alimentos – PAA e somente 3,33% alegaram comercializar a produção no programa de alimentação escolar – Pnae.

**Tabela 22** – Distância entre a propriedade rural de exploração pelo entrevistado até a cidade de Morrinhos/GO por forma de comercialização.

| DISTÂNCIA ENTRE A PROPRIEDADE RURAL E MORRINHOS | FORMA DE COMERCIALIZAÇÃO    | NÚMERO DE PRODUTORES | % EM RELAÇÃO AO TOTAL |
|---|-----------------------------|----------------------|-----------------------|
| Entre 5 e 10 km                                 | Cooperativas ou associações | 3                    | 3,33                  |
| Entre 10 e 20 km                                | Cooperativas ou associações | 21                   | 23,33                 |
|   | Feiras livres               | 8                    | 8,89                  |
|   | CONAB - Programa PAA        | 4                    | 4,44                  |
|   | Programas municipais - PNAE | 3                    | 3,33                  |
|   | Outras Formas               | 2                    | 2,22                  |
| Entre 20 e 30 km                                | Cooperativas ou associações | 13                   | 14,44                 |
|   | Outras Formas               | 1                    | 1,11                  |
| Mais de 30 km                                   | Cooperativas ou associações | 26                   | 28,89                 |
|   | Feiras livres               | 4                    | 4,44                  |
|   | Outras Formas               | 5                    | 5,56                  |
| <b>Total</b>                                    |                             | <b>90</b>            | <b>100,00</b>         |

Fonte: Dados de pesquisa, elaborado pelo autor (2015).

**Figura 11** – Gráfico: Principal forma de comercialização da Produção pelos entrevistados.



Fonte: Dados de pesquisa, elaborado pelo autor (2015).

Outro balizador da boa organização do grupo entrevistado está demonstrado na Tabela 23, pois mesmo 70% dos entrevistados terem alegado entregar sua produção em cooperativa ou associações como sendo sua principal forma de comercialização, 91,11% do grupo entrevistado declarou que pertence a alguma associação ou cooperativa de produção.

**Tabela 23** – Entrevistados que fazem parte de alguma associação ou cooperativa de produção.

| <b>PERTENCENTES A ASSOCIAÇÃO OU COOPERATIVA</b> | <b>NÚMERO DE PRODUTORES</b> | <b>% EM RELAÇÃO AO TOTAL</b> |
|---|-----------------------------|------------------------------|
| <b>SIM</b>                                      | 82                          | 91,11                        |
| <b>NÃO</b>                                      | 8                           | 8,89                         |
| <b>Total</b>                                    | <b>90</b>                   | <b>100,00</b>                |

Fonte: Dados de pesquisa, elaborado pelo autor (2015).

A Tabela 24 traz o número de empregados, não pertencentes ao grupo familiar, que os entrevistados declararam possuir na propriedade onde desenvolvem seus empreendimentos. Segundo Manual do Crédito Rural é permitido ao agricultor familiar beneficiário do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf possuir empregados, desde que em número menor que o número de pessoas da família que trabalham no empreendimento. Entretanto 100% dos entrevistados declararam não possuir empregados em suas propriedades. Esse fato pode ser justificado pelo empreendimento familiar ser desenvolvido em pequenas propriedades, pela falta de recursos financeiros para manter um empregado na propriedade (encargos sociais), pela organização dos agricultores em associação e pela atuação conjunta na forma de mutirão nos períodos como colheita e plantio, além do crescimento da “tecnificação” no campo.

e) tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando mão de obra de terceiros de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária, podendo manter empregados permanentes em número menor que o número de pessoas da família ocupadas com o empreendimento familiar; (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2014, p. 111).

**Tabela 24** – Empregados contratados pelos entrevistados (não pertencentes ao grupo familiar).

| <b>Nº DE EMPREGADOS NÃO PERTENCENTES AO GRUPO FAMILIAR</b> | <b>NÚMERO DE PRODUTORES</b> | <b>% EM RELAÇÃO AO TOTAL</b> |
|--|-----------------------------|------------------------------|
| 1 (um)   | 0                           | 0,00                         |
| 2 (dois)   | 0                           | 0,00                         |
| 3 (três)   | 0                           | 0,00                         |
| 4 (quatro)   | 0                           | 0,00                         |
| Mais de 4 (quatro) empregados                              | 0                           | 0,00                         |
| Nenhum   | 90                          | 100,00                       |
| <b>Total</b>   | <b>90</b>                   | <b>100</b>                   |

Fonte: Dados de pesquisa, elaborado pelo autor (2015).

Quase metade, 46,67%, do grupo de agricultores familiares entrevistado declarou que sua principal atividade geradora de renda é a produção de leite e derivados. Em segundo lugar, com 30% dos entrevistados, foi indicado o misto de culturas como a principal atividade geradora de renda, conforme demonstrado na Tabela 25. Este quadro está em sintonia com a região onde estes produtores estão alocados, visto que o Município de Morrinhos/GO detém o 6º maior rebanho de vacas ordenhadas no estado, segundo dados do IBGE transcritos na Tabela 26, que traz os dez municípios com o maior rebanho de vacas ordenhadas no estado de Goiás.

Quarenta e dois produtores tem a produção de leite e derivados como sua principal atividade geradora de renda e destes, trinta e nove produtores, ou 92,85%, também alegaram que a principal forma de comercialização de sua produção é entregando em cooperativas ou associações.

**Tabela 25** – Principal cultura/atividade geradora de renda do entrevistado.

| <b>PRINCIPAL CULTURA/ATIVIDADE GERADORA DE RENDA</b>                   | <b>NÚMERO DE PRODUTORES</b> | <b>%</b>   |
|--|-----------------------------|------------|
| Produção de grãos (arroz, milho, soja, outros)                         | 3                           | 3,33       |
| Produção carne ou derivados (gado, frangos, ovos, suínos, etc.)        | 2                           | 2,22       |
| Produção de leite e derivados (leite in natura, queijos, etc.)         | 42                          | 46,67      |
| Produção de frutas (laranja, mexerica, banana, acerola, etc.)          | 12                          | 13,33      |
| Misto de culturas (várias atividades são desenvolvidas na propriedade) | 4                           | 4,44       |
| Misto de culturas (várias atividades são desenvolvidas na propriedade) | 27                          | 30,00      |
| <b>Total</b>   | <b>90</b>                   | <b>100</b> |

Fonte: Dados de pesquisa, elaborado pelo autor (2015).

**Tabela 26** – Levantamento do efetivo dos dez municípios com o maior rebanho de vacas ordenhadas do estado de Goiás.

| MUNICÍPIO   | EFETIVO DE REBANHO<br>(CABEÇA) | % DO ESTADO |
|-------------|--------------------------------|-------------|
| Piracanjuba | 86.000                         | 3,24        |
| Jataí       | 52.700                         | 1,98        |
| Orizona     | 50.500                         | 1,90        |
| Catalão     | 50.000                         | 1,88        |
| Rio Verde   | 49.000                         | 1,84        |
| Morrinhos   | 44.500                         | 1,67        |
| Ipameri     | 40.000                         | 1,50        |
| Luziânia    | 40.000                         | 1,50        |
| Itaberaí    | 38.369                         | 1,44        |
| Corumbáiba  | 38.000                         | 1,43        |

Fonte: IBGE (2014).

### 3.1.3 Bloco 3 - Pronaf.

As informações relativas às linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf dos entrevistados foram apuradas a partir das respostas da questão 18 a questão 27, compreendendo informações como quais linhas de crédito, há quanto tempo, quais melhorias e atraso destas operações de crédito.

Conforme demonstrado na Tabela 27, 55,56% dos entrevistados alegaram que contrataram o crédito rural Pronaf na modalidade Custeio; em seguida 27,78% dos entrevistados contrataram na modalidade Investimento; 4,44% contrataram na modalidade Pronaf Mulher; e 12,22% alegaram não ter tomado o crédito Pronaf. Como a modalidade Pronaf Mulher também é para investimento, e considerando apenas os setenta e nove entrevistados que tiveram operação contratada, podemos considerar que a proporção de tomadores do crédito rural ficou em 63,29% para Custeio e de 36,70% para Investimento. Segundo o anuário estatístico de crédito rural do Banco Central do Brasil, representado na Tabela 28, nas operações contratadas e somadas no período de 2002 a 2012, a proporção de contratos de crédito rural Pronaf na modalidade custeio e investimento, foi de 59,23% para 40,77% respectivamente.

**Tabela 27** – Linhas de crédito Pronaf que os entrevistados possuem.

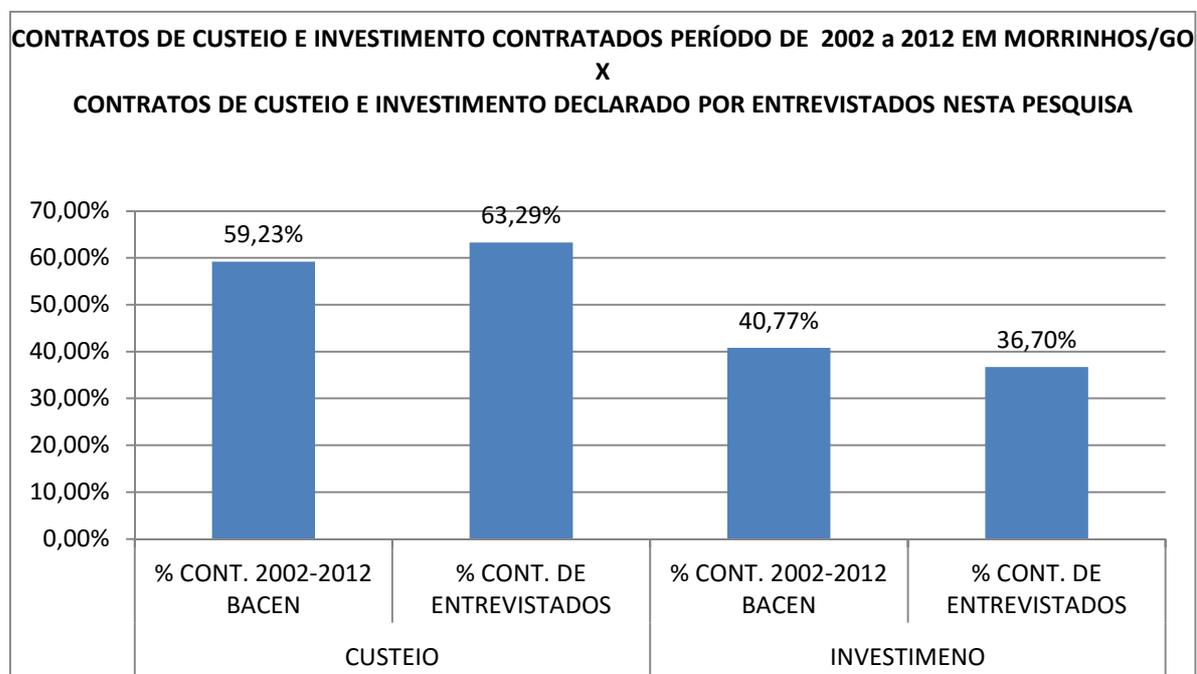
| LINHAS DE CRÉDITO                  | NÚMERO DE PRODUTORES | % EM RELAÇÃO AO TOTAL |
|------------------------------------|----------------------|-----------------------|
| Não sou tomador de crédito Pronaf  | 11                   | 12,22                 |
| Pronaf Custeio                     | 50                   | 55,56                 |
| Pronaf Mais Alimentos-Investimento | 25                   | 27,78                 |
| Pronaf Mulher                      | 4                    | 4,44                  |
| <b>Total</b>                       | <b>90</b>            | <b>100</b>            |

Fonte: Dados de pesquisa, elaborado pelo autor (2015).

**Tabela 28** – Quantidade de contratos Pronaf concedidos no município de Morrinhos/GO no período de 2000 a 2012.

| CUSTEIO       |                 | INVESTIMENTO  |                 |
|---------------|-----------------|---------------|-----------------|
| QTD CONTRATOS | % QTD CONTRATOS | QTD CONTRATOS | % QTD CONTRATOS |
| 2690          | 59,23           | 1852          | 40,77           |

Fonte: Elaborado a partir do anuário estatístico de crédito rural – BACEN.

**Figura 12** – Gráfico: Proporção de contratos de custeio e investimento contratados no período de 2002 a 2012 no município de Morrinhos/GO e proporção de contratos de custeio e investimento conforme declarado por entrevistados nesta pesquisa.

Fonte: Dados de pesquisa, elaborado pelo autor (2015).

A Figura 12 traz o gráfico comparando a proporção de contratos de custeio e investimento contratados no período de 2000 a 2012, segundo o anuário estatístico de crédito rural (BACEN, 2012) e segundo os entrevistados. Constata-se que a representatividade da amostra está muito próxima do comportamento observado nos registros do anuário estatístico de crédito rural do Banco Central. Vale ressaltar que apesar do número de contratos de custeio ser maior que o número de contratos para investimento, o valor dos contratos para investimento, em geral no município de Morrinhos, foram maiores.

A Tabela 29 mostra que 68,89% dos entrevistados fizeram sua última contratação de crédito rural anterior a 2013, que demonstra um comportamento atípico, uma vez que 55,56% do grupo de entrevistados, ou 63,29%, se não considerarmos aqueles que alegaram nunca ter tomado o crédito rural Pronaf, declararam que tomaram o crédito rural na modalidade custeio. Como o crédito para custeio vem financiar as despesas relativas ao ciclo produtivo da cultura que em geral não passa de um ano, o natural seria que o tomador do crédito tentasse novas contratações a cada ano, e não em um interstício de dois ou três anos.

**Tabela 29** – Ano da última contratação do crédito rural Pronaf pelos entrevistados.

| <b>ANO DA ÚLTIMA CONTRATAÇÃO DO CRÉDITO RURAL PRONAF</b> | <b>NÚMERO DE PRODUTORES</b> | <b>% EM RELAÇÃO AO TOTAL</b> |
|--|-----------------------------|------------------------------|
| Nunca tomei crédito rural Pronaf                         | 11                          | 12,22                        |
| Neste ano de 2015  | 8                           | 8,89                         |
| em 2014  | 3                           | 3,33                         |
| em 2013  | 6                           | 6,67                         |
| Anterior a 2013  | 62                          | 68,89                        |
| <b>Total</b>   | <b>90</b>                   | <b>100,00</b>                |

Fonte: Dados de pesquisa, elaborado pelo autor (2015).

A Tabela 30, que traz o tempo em que o entrevistado tem contratado o crédito rural Pronaf, mostra boa aceitação desta modalidade de crédito entre os entrevistados, vez que 67,78% dos produtores tomam o crédito rural Pronaf há mais de quatro anos. Diante do longo tempo em que estes produtores vêm tomando o crédito rural Pronaf, aliado ao alto percentual de tomadores desta linha de crédito, 87,78% dos entrevistados, como demonstrado na Tabela 27, reforça a ideia de boa aceitação dos pequenos produtores para esta modalidade de crédito.

**Tabela 30** – Tempo em que o entrevistado tem tomando crédito rural Pronaf.

| <b>TEMPO EM QUE O PRODUTOR TEM TOMADO O CRÉDITO RURAL</b> | <b>NÚMERO DE PRODUTORES</b> | <b>% EM RELAÇÃO AO TOTAL</b> |
|---|-----------------------------|------------------------------|
| Nunca tomei crédito rural Pronaf                          | 11                          | 12,22                        |
| Há um ano   | 6                           | 6,67                         |
| Há dois anos  | 2                           | 2,22                         |
| Há três anos  | 10                          | 11,11                        |
| Há quatro ou mais anos                                    | 61                          | 67,78                        |
| <b>Total</b>  | <b>90</b>                   | <b>100,00</b>                |

Fonte: Dados de pesquisa, elaborado pelo autor (2015).

A Tabela 31 traz o registro dos entrevistados de qual seria a maior contribuição do crédito rural Pronaf, tomado por eles nos período de 2002 a 2015 para a melhoria de sua capacidade produtiva, onde se evidencia que a maior contribuição está na atividade ligada à pecuária. As principais melhorias indicadas pela maioria dos entrevistados foi o custeio pecuário com 27,78% dos entrevistados e o investimento para aquisição de animais com 25,56% dos entrevistados. Somando-se estas duas categorias, temos 53,54% dos entrevistados apontando a pecuária como a maior beneficiada. Tal resultado alinha-se com o perfil do município e do pequeno produtor familiar, visto que o município tem forte aptidão para a pecuária de leite, além da principal atividade geradora de renda para os entrevistados ser a produção de leite e derivados, conforme já demonstrado na Tabela 25.

**Tabela 31** – Contribuição do crédito rural Pronaf nos últimos treze anos para melhorar a capacidade produtiva dos empreendimentos desenvolvidos pelos entrevistados.

| <b>MELHORIAS CONSEGUIDAS MEDIANTE CRÉDITO RURAL PRONAF ENTRE 2002 E 2015</b>    | <b>NÚMERO DE PRODUTORES</b> | <b>% EM RELAÇÃO AO TOTAL</b> |
|---|-----------------------------|------------------------------|
| Nunca tomei o crédito rural Pronaf  | 11                          | 12,22                        |
| Custeio agrícola (compreende do plantio a colheita e armazenamento)             | 5                           | 5,56                         |
| Custeio pecuário (compreende atividades no trato de animais)                    | 25                          | 27,78                        |
| Investimento para aquisição de animais  | 23                          | 25,56                        |
| Investimento para aquisição de equipamentos, implementos, tratores ou similares | 8                           | 8,89                         |
| Investimento para aquisição de veículo utilitário ou motocicletas               | 0                           | 0,00                         |
| Outras  | 18                          | 20,00                        |
| <b>Total</b>  | <b>90</b>                   | <b>100</b>                   |

Fonte: Dados de pesquisa, elaborado pelo autor (2015).

Quando questionados sobre quais melhorias foram conseguidas mediante o crédito rural Pronaf na modalidade investimento, 30% dos entrevistados alegaram outras melhorias, conforme a Tabela 32. A segunda maior indicação foi aquisição de animais com 25,56% dos entrevistados e em terceiro, aquisição de tanques de expansão, resfriadores e ordenhas, com 15,56% dos entrevistados, que reforça o perfil dos produtores entrevistados como sendo da pecuária, além de mostrar a deficiência de animais para reforçar a atividade do agricultor familiar.

**Tabela 32** – Melhorias que o crédito rural Pronaf na modalidade investimento propiciou para a capacidade produtiva dos empreendimentos desenvolvidos pelos entrevistados.

| <b>MELHORIAS CONSEGUIDAS MEDIANTE CRÉDITO RURAL PRONAF INVESTIMENTO</b> | <b>NÚMERO DE PRODUTORES</b> | <b>% EM RELAÇÃO AO TOTAL</b> |
|---|-----------------------------|------------------------------|
| Implementos agrícolas (pulverizadores, motores estacionários, etc.).    | 5                           | 5,56                         |
| Tratores, caminhões, motos, veículos utilitários ou similares.          | 3                           | 3,33                         |
| Tanques de expansão, resfriadores, ordenhas, etc.                       | 14                          | 15,56                        |
| Animais de alto padrão genético (reprodutores ou matrizes).             | 23                          | 25,56                        |
| Construção de silos, galpões, celeiros, abrigos, cercas e currais.      | 4                           | 4,44                         |
| Outras melhorias.   | 27                          | 30,00                        |
| Não propiciou melhorias ou nunca contratei.                             | 14                          | 15,56                        |
| <b>Total</b>  | <b>90</b>                   | <b>100</b>                   |

Fonte: Dados de pesquisa, elaborado pelo autor (2015).

A Tabela 33 traz as melhorias conseguidas pelos entrevistados com a contratação do crédito rural na modalidade custeio, reforça a exploração da pecuária e do baixo interesse em concessão do crédito para estimular a produção de culturas anuais, como o plantio de grãos, ou culturas perenes, como a produção de frutas. Dos entrevistados, 50%, alegaram que o crédito rural Pronaf na modalidade custeio propiciou outras melhorias que não relacionadas na tabela. Contudo o segundo maior percentual foi 24,44% dos entrevistados que alegaram a aquisição de insumos como vacinas, vermífugos, minerais que permitam a qualidade de saúde dos animais de forma a preservar sua produtividade como a principal melhoria conseguida com o crédito rural Pronaf. Apenas 10% alegaram a aquisição de insumos como calcário ou defensivos para correção de solo como a principal melhoria conseguida com o crédito rural Pronaf na modalidade custeio.

**Tabela 33** – Melhorias que o crédito rural Pronaf na modalidade custeio propiciou para a capacidade produtiva dos empreendimentos desenvolvidos pelos entrevistados.

| MELHORIAS CONSEGUIDAS MEDIANTO CRÉDITO RURAL PRONAF CUSTEIO   | NÚMERO DE PRODUTORES | % EM RELAÇÃO AO TOTAL |
|---|----------------------|-----------------------|
| Aquisição de sementes, mudas ou similares com elevado padrão de germinação.   | 0                    | 0,00                  |
| Aquisição de sementes transgênicas.   | 0                    | 0,00                  |
| Aquisição de insumos (calcário, defensivos, etc.) para correção de solo e aumento de produtividade.                                     | 9                    | 10,00                 |
| Aquisição de insumos (vacinas, vermífugos, minerais, etc.) que permitam a qualidade da saúde dos animais preservando sua produtividade. | 22                   | 24,44                 |
| Outras melhorias.   | 45                   | 50,00                 |
| Não propiciou melhorias ou nunca contratei.   | 14                   | 15,56                 |
| <b>Total</b>  | <b>90</b>            | <b>100</b>            |

Fonte: Dados de pesquisa, elaborado pelo autor (2015).

A tabela 34 traz o percentual de entrevistados que declaram respeitar as orientações técnicas do ATER, quando da elaboração do projeto técnico para concessão do crédito rural junto às instituições financeiras. 78% dos entrevistados alegaram respeitar as orientações técnicas do projeto; 1,11% alegaram não atender todas as orientações contidas no projeto elaborado pelo ATER e 12,22% declararam não ter contratado operações de crédito rural. Considerando apenas os entrevistados que já contrataram o crédito rural Pronaf, passamos a ter 98,73% dos entrevistados respeitando todas as orientações do projeto elaborado pelo ATER contra 1,27% que alegaram não respeitar integralmente as orientações do projeto.

Entenda-se projeto elaborado pelo ATER o estudo técnico que pode compreender plano simples, projeto ou projeto integrado e a orientação em nível de imóvel. Caberá a instituição financeira exigí-la ou não, conforme preconiza o Manual de Crédito Rural (MCR) do Banco Central do Brasil (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2014). Apesar de ser facultativo, este estudo é de suma importância, pois traz tanto informações de cunho técnico, como tempo, ciclo produtivo e fases de implantação do empreendimento, como informações econômico-financeiras, como custos, orçamento, previsão de produção e receita, que nortearão o produtor na condução técnica e financeira de seu empreendimento.

**Tabela 34** – Respeito às orientações contidas no projeto elaborado pelo ATER apresentado junto à instituição financeira, quando da solicitação do crédito pelo entrevistado.

| <b>ATENDE AS RECOMENDAÇÕES DO PROJETO ELABORADO PELO ATER NA SOLICITAÇÃO DO CRÉDITO RURAL</b> | <b>NÚMERO DE PRODUTORES</b> | <b>% EM RELAÇÃO AO TOTAL</b> |
|---|-----------------------------|------------------------------|
| Sim   | 78                          | 86,67                        |
| Não   | 1                           | 1,11                         |
| Nunca tomei crédito rural   | 11                          | 12,22                        |
| <b>Total</b>  | <b>90</b>                   | <b>100</b>                   |

Fonte: Dados de pesquisa, elaborado pelo autor (2015).

Questionado se o entrevistado entende que o crédito rural é importante para impulsionar a produção na propriedade rural, 91,11% declararam “sim”, 1,11% declaram “não” e 7,78% declararam não ter opinião formada, conforme Tabela 35. O agricultor mostra que aprova a política do crédito para financiar a atividade rural com condições diferenciadas e condizentes com a realidade que vivenciam.

**Tabela 35** – Percepção do entrevistado sobre a importância do crédito rural Pronaf para impulsionar a produção na propriedade rural.

| <b>CONSIDERA O CRÉDITO RURAL IMPORTANTE PARA IMPULSIONAR A PRODUÇÃO DO PEQUENO AGRICULTOR</b> | <b>NÚMERO DE PRODUTORES</b> | <b>% EM RELAÇÃO AO TOTAL</b> |
|---|-----------------------------|------------------------------|
| Sim   | 82                          | 91,11                        |
| Não   | 1                           | 1,11                         |
| Não tenho opinião formada   | 7                           | 7,78                         |
| <b>Total</b>  | <b>90</b>                   | <b>100</b>                   |

Fonte: Dados de pesquisa, elaborado pelo autor (2015).

A tabela 36 traz a estatística de entrevistados com operações de crédito rural inadimplente, sendo que 77,78% dos entrevistados declaram não possuir contrato em atraso. 12% dos entrevistados alegaram não ter crédito contratado e 10% alegaram possuir contrato em atraso. Esta estatística é importante por não dispormos de um índice oficial sobre a inadimplência do crédito rural pelos órgãos oficiais de regulação. Pela Tabela 37, observam-se os motivos que levaram os produtores a inadimplência, sendo 55,56% dos entrevistados alegaram problemas de ordem pessoal, como doenças na família; 22,22% dos entrevistados alegaram juros elevados e/ou prazo curto para pagamento; 11,11% declararam problemas com frustração de safra; e 11,11% declararam empreendimento sem aceitação no mercado, como, por exemplo, uma cultura agrícola sem espaço comercial no mercado.

**Tabela 36** – Número de entrevistados com operação de crédito rural inadimplente.

| <b>POSSUI CRÉDITO RURAL EM ATRASO</b> | <b>NÚMERO DE PRODUTORES</b> | <b>% EM RELAÇÃO AO TOTAL</b> |
|---------------------------------------|-----------------------------|------------------------------|
| Sim                                   | 9                           | 10,00                        |
| Não                                   | 70                          | 77,78                        |
| Não tenho crédito contratado          | 11                          | 12,22                        |
| <b>Total</b>                          | <b>90</b>                   | <b>100</b>                   |

Fonte: Dados de pesquisa, elaborado pelo autor (2015).

**Tabela 37** – Razões alegadas pelo grupo de entrevistados para justificar a operação de crédito rural inadimplente.

| <b>RAZÃO DO ATRASO DO EMPRÉSTIMO DE CRÉDITO RURAL</b>  | <b>NÚMERO DE PRODUTORES</b> | <b>% EM RELAÇÃO AO TOTAL</b> |
|--|-----------------------------|------------------------------|
| Problemas de ordem pessoal, como doenças na família.   | 5                           | 55,56                        |
| Frustração de safra, como perda de produção.   | 1                           | 11,11                        |
| Empreendimento sem aceitação no mercado, com, por exemplo, uma cultura agrícola sem espaço comercial no mercado. | 1                           | 11,11                        |
| Juros elevados e/ou prazo curto para pagamento.  | 2                           | 22,22                        |
| Falta de assistência técnica adequada.   | 0                           | 0,00                         |
| Ter empregado o recurso tomado em destino diferente do programado no projeto.                                    | 0                           | 0,00                         |
| Não possuo empréstimo de crédito rural ou não possuo atraso.   | 0                           | 0,00                         |
| <b>Total</b>   | <b>9</b>                    | <b>100</b>                   |

Fonte: Dados de pesquisa, elaborado pelo autor (2015).

### 3.1.4 Bloco 4 – Qualidade de vida.

As informações relativas à qualidade de vida dos entrevistados foram apuradas a partir das respostas da questão 28 a questão 35, compreendendo informações como sexo, acesso a saúde, conforto na propriedade rural, tecnologia, e renda.

A Tabela 38 traz a distribuição de frequência das idades do grupo pesquisado, que apresenta média de idade igual a 51,6 anos, calculada a partir do rol. As famílias são lideradas por pessoas experientes que em geral trabalham a terra entre seis e trinta anos, como foi demonstrado na Tabela 12: 36,67% dos entrevistados são proprietários da propriedade rural entre seis e quinze anos e 32,22% são proprietários da propriedade rural entre dezesseis e

trinta anos. A maioria dos entrevistados, 82,22%, é do sexo masculino, enquanto 17,78% são do sexo feminino, como demonstrado na Tabela 39. O grupo das mulheres apresenta média de idade de 48,44 anos, enquanto o grupo dos homens apresenta média de idade de 52,28 anos.

**Tabela 38** – Idade dos produtores entrevistados.

| <b>IDADE</b> | <b>NÚMERO DE PRODUTORES</b> | <b>% EM RELAÇÃO AO TOTAL</b> |
|--------------|-----------------------------|------------------------------|
| 20  — 30     | 3                           | 3,33                         |
| 30  — 40     | 9                           | 10,00                        |
| 40  — 50     | 29                          | 32,22                        |
| 50  — 60     | 22                          | 24,44                        |
| 60  — 70     | 21                          | 23,33                        |
| 70  — 80     | 6                           | 6,67                         |
| <b>Total</b> | <b>90</b>                   | <b>100</b>                   |

Fonte: Dados de pesquisa, elaborado pelo autor (2015).

**Tabela 39** – Sexo dos entrevistados.

| <b>SEXO DOS ENTREVISTADOS</b> | <b>NÚMERO DE PRODUTORES</b> | <b>% EM RELAÇÃO AO TOTAL</b> |
|-------------------------------|-----------------------------|------------------------------|
| Masculino                     | 74                          | 82,22                        |
| Feminino                      | 16                          | 17,78                        |
| <b>Total</b>                  | <b>90</b>                   | <b>100</b>                   |

Fonte: Dados de pesquisa, elaborado pelo autor (2015).

Pela Tabela 40, no período de 2002 a 2015, 62,22% dos entrevistados declararam que seu acesso à saúde melhorou, enquanto 12,22% dos entrevistados declararam que seu acesso à saúde piorou e 25,56% dos entrevistados alegaram que não houve alteração. Ressalta-se que 52,22% dos entrevistados que declararam que a saúde melhorou atribuíram como causa à melhoria da qualidade da saúde pública e gratuita e 10% atribuíram a melhoria à possibilidade de pagar parcialmente ou integralmente os tratamentos médicos. Por esta estatística verifica-se que a melhoria ao acesso à saúde pela maioria dos entrevistados foi atribuída a política pública de melhoria do sistema único de saúde - SUS e não a melhoria da renda do entrevistado possibilitando pagar pelos tratamentos médicos. Portanto, a melhoria do acesso à saúde pelos entrevistados não se comunica com a concessão do crédito que financiaria os meios de produção e contribuiria para elevar a renda do trabalhador.

**Tabela 40** – Acesso à saúde dos entrevistados no período compreendido entre 2002 e 2015.

| <b>AUTO CLASSIFICAÇÃO PELO PRODUTOR DE SEU ACESSO À SAÚDE</b>                              | <b>NÚMERO DE PRODUTORES</b> | <b>% EM RELAÇÃO AO TOTAL</b> |
|--|-----------------------------|------------------------------|
| Não houve alteração.   | 23                          | 25,56                        |
| Melhorou, pois nossos tratamentos médicos são pagos parcialmente ou integralmente por nós. | 9                           | 10,00                        |
| Melhorou, pois a qualidade da saúde pública e gratuita também melhorou.                    | 47                          | 52,22                        |
| Piorou, pois não dispomos de recursos para despesas médicas e a saúde pública é ruim.      | 11                          | 12,22                        |
| <b>Total</b>   | <b>90</b>                   | <b>100</b>                   |

Fonte: Dados de pesquisa, elaborado pelo autor (2015).

A presença da energia elétrica na propriedade rural pode ser entendida como um termômetro para o conforto do produtor rural e da qualidade de vida no campo. A Tabela 41 mostra que 90% das propriedades rurais dos entrevistados possuem eletrificação rural, sendo que 76,67 possuem energia elétrica em suas propriedades há mais de dez anos; 13,34% possuem energia elétrica na propriedade há dez anos ou menos e 10% ainda não possuem eletrificação rural. Apesar de 10% dos entrevistados não possuírem eletrificação rural, o índice de 90% das propriedades com eletrificação rural é um bom índice de alcance para propriedades pequenas de produtores da agricultura familiar e de baixa renda na sua maioria.

**Tabela 41** – Tempo que a propriedade do empreendimento familiar do entrevistado possui energia.

| <b>TEMPO QUE A PROPRIEDADE POSSUI ELETRIFICAÇÃO RURAL</b> | <b>NÚMERO DE PRODUTORES</b> | <b>% EM RELAÇÃO AO TOTAL</b> |
|---|-----------------------------|------------------------------|
| Não possuímos eletrificação rural                         | 9                           | 10,00                        |
| Há menos de 1 ano   | 2                           | 2,22                         |
| Entre 1 e 5 anos  | 5                           | 5,56                         |
| Entre 6 e 10 anos   | 5                           | 5,56                         |
| Mais de 10 anos   | 69                          | 76,67                        |
| <b>Total</b>  | <b>90</b>                   | <b>100</b>                   |

Fonte: Dados de pesquisa, elaborado pelo autor (2015).

A Tabela 42 dá a dimensão da importância da eletrificação rural não só para o conforto ou qualidade de vida do produtor familiar, como também sua importância para elevar a produtividade e receita da propriedade na percepção dos entrevistados: 91,11% dos entrevistados indicam a eletrificação rural como a principal tecnologia para elevar a produtividade da propriedade e consequentemente a receita da propriedade; 6,67% dos entrevistados alegaram tratores, plantadeiras e colheitadeiras; e 2,22% indicaram o melhoramento genético de animais e técnicas de manejo. De nove produtores que declararam não possuem eletrificação rural, seis produtores, mesmo não possuindo a eletrificação rural, consideraram a eletrificação rural como a tecnologia mais importante para elevar a produtividade e receita da propriedade.

**Tabela 42** – Tecnologias implantadas pelo entrevistado no período de 2012 a 2015 que julgou como importante para o aumento da produtividade.

| <b>TECNOLOGIA IMPLANTADA NA PROPRIEDADE,<br/>CONSIDERADA PELO PRODUTOR COMO<br/>IMPORTANTE PARA AUMENTO DA<br/>PRODUTIVIDADE</b> | <b>NÚMERO DE<br/>PRODUTORES</b> | <b>% EM<br/>RELAÇÃO<br/>AO TOTAL</b> |
|--|---------------------------------|--------------------------------------|
| Energia elétrica.  | 82                              | 91,11                                |
| Tratores, Plantadeiras e colheitadeiras.   | 6                               | 6,67                                 |
| Georeferenciamento ou sensoriamento remoto.  | 0                               | 0,00                                 |
| Telefonia.   | 0                               | 0,00                                 |
| Internet.  | 0                               | 0,00                                 |
| Melhoramento genético de animais e técnicas de manejo.   | 2                               | 2,22                                 |
| Outras.  | 0                               | 0,00                                 |
| <b>Total</b>   | <b>90</b>                       | <b>100</b>                           |

Fonte: Dados de pesquisa, elaborado pelo autor (2015).

Outro indicador de conforto e qualidade de vida atual é o acesso à Internet pelo agricultor familiar. Pela Tabela 43 a maioria dos produtores entrevistados, 63,33% não possui acesso à Internet nas propriedades rurais e 36,67% dos entrevistados declaram possuir acesso à Internet na propriedade rural. O baixo índice de entrevistados com acesso à Internet na propriedade rural pode ser justificado pela idade avançada do patriarca/matriarca da família que oferece resistência a essa tecnologia, pelo custo ainda elevado para Internet rural, e pela dificuldade de conexão em função do relevo da propriedade (considerando que o acesso se dá via rádio).

**Tabela 43** – Tempo que a propriedade onde o entrevistado desenvolve seu empreendimento possui acesso a Internet.

| <b>TEMPO QUE A PROPRIEDADE POSSUI ACESSO À INTERNET</b> | <b>NÚMERO DE PRODUTORES</b> | <b>% EM RELAÇÃO AO TOTAL</b> |
|---|-----------------------------|------------------------------|
| Não possuímos acesso à internet                         | 57                          | 63,33                        |
| Há menos de 1 ano                                       | 11                          | 12,22                        |
| Entre 1 e 5 anos  | 18                          | 20,00                        |
| Entre 6 e 10 anos                                       | 4                           | 4,44                         |
| Mais de 10 anos   | 0                           | 0,00                         |
| <b>Total</b>  | <b>90</b>                   | <b>100</b>                   |

Fonte: Dados de pesquisa, elaborado pelo autor (2015).

A Tabela 44 traz as faixas de renda mensal média do entrevistado no ano de 2015. Observa-se na Tabela 44 que o maior número de entrevistados, 37,78% do grupo, declarou que sua faixa de renda em 2015 foi de um a dois mil reais. Em seguida, com 30%, a faixa de renda mais indicada foi de dois a três mil reais. Estas duas faixas juntas correspondem a 67,78% do grupo entrevistado. Observando a Tabela 45 que traz as faixas de renda mensal média do entrevistado no ano de 2002, com o seu equivalente deflacionado pelo IGP-DI para igualar o poder de compra de 2015 e facilitar o entendimento do produtor da agricultura familiar durante a entrevista, temos que 65,56% dos entrevistados declararam que em 2002 sua renda mensal média era de até R\$ 392,00 a valores de 2002 ou até R\$ 1.000,00 pelo seu equivalente deflacionado no ano 2015. Fica claro, portanto, que a renda do agricultor familiar entrevistado melhorou do ano de 2002 para 2015.

**Tabela 44** – Renda mensal média auferida pelo entrevistado em 2015.

| <b>FAIXA DE RENDA MENSAL ATUAL</b> | <b>NÚMERO DE PRODUTORES</b> | <b>% EM RELAÇÃO AO TOTAL</b> |
|------------------------------------|-----------------------------|------------------------------|
| Não possui renda                   | 0                           | 0,00                         |
| Até R\$ 1.000,00                   | 18                          | 20,00                        |
| De R\$ 1.000,01 a R\$ 2.000,00     | 34                          | 37,78                        |
| De R\$ 2.000,01 a R\$ 3.000,00     | 27                          | 30,00                        |
| De R\$ 3.000,01 a R\$ 4.000,00     | 6                           | 6,67                         |
| Acima de R\$ 4.000,00              | 5                           | 5,56                         |
| Outras                             | 0                           | 0,00                         |
| <b>Total</b>                       | <b>90</b>                   | <b>100</b>                   |

Fonte: Dados de pesquisa, elaborado pelo autor (2015).

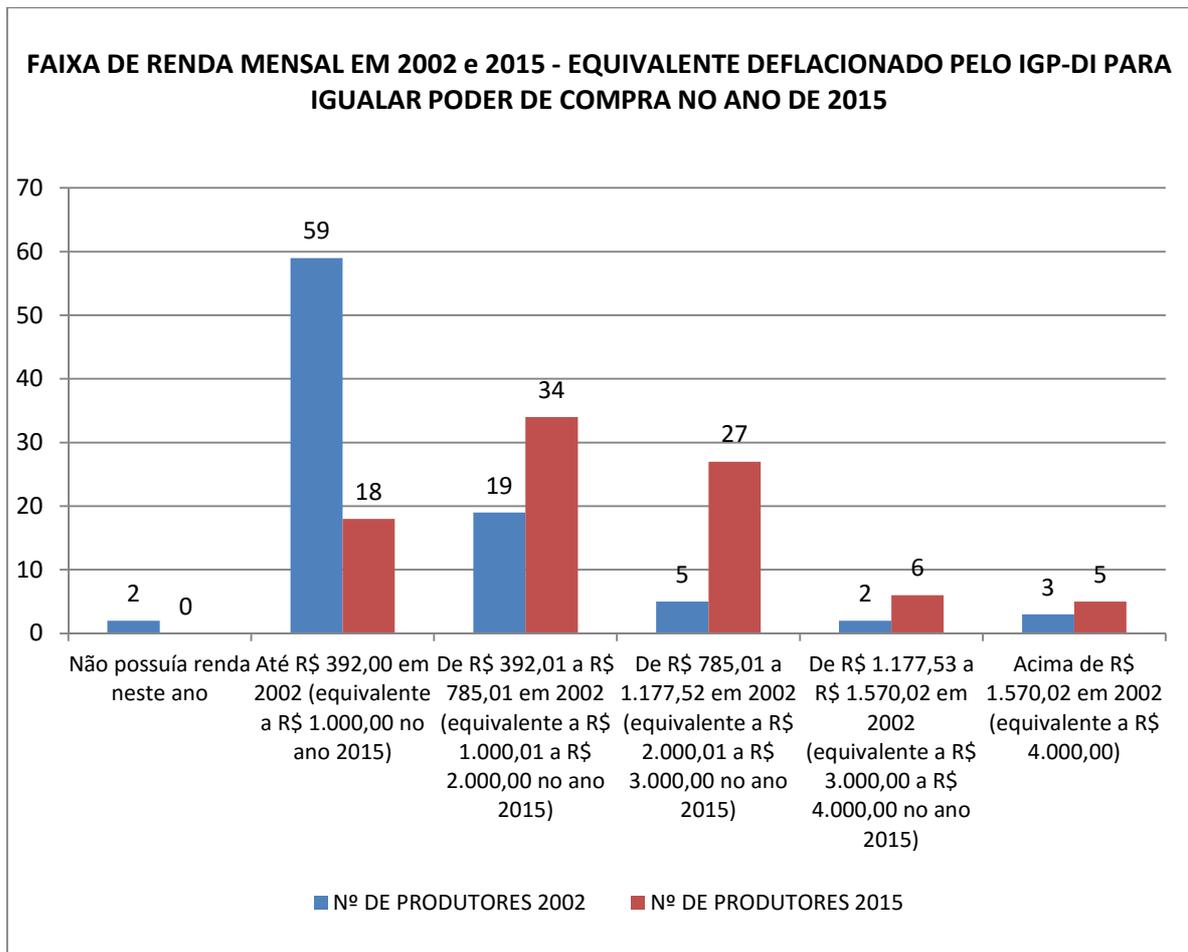
**Tabela 45** – Renda mensal média auferida pelo entrevistado em 2002 e seu equivalente deflacionada pelo IGP-DI para igualar o poder de compra no ano de 2015.

| <b>FAIXA DE RENDA MENSAL EM 2002<br/>EQUIVALENTE DEFLACIONADO PELO IGP-DI PARA<br/>IGUALAR PODER DE COMPRA NO ANO DE 2015</b> | <b>NÚMERO DE<br/>PRODUTORES</b> | <b>% EM<br/>RELAÇÃO<br/>AO TOTAL</b> |
|---|---------------------------------|--------------------------------------|
| Não possuía renda neste ano   | 2                               | 2,22                                 |
| Até R\$ 392,00 (equivalente a R\$ 1.000,00 no ano 2015)   | 59                              | 65,56                                |
| De R\$ 392,01 a R\$ 785,01 (equivalente a R\$ 1.000,01 a R\$ 2.000,00 no ano 2015)  | 19                              | 21,11                                |
| De R\$ 785,01 a 1.177,52 (equivalente a R\$ 2.000,01 a R\$ 3.000,00 no ano 2015)  | 5                               | 5,56                                 |
| De R\$ 1.177,53 a R\$ 1.570,02 (equivalente a R\$ 3.000,00 a R\$ 4.000,00 no ano 2015)  | 2                               | 2,22                                 |
| Acima de R\$ 1.570,02 (equivalente a R\$ 4.000,00)  | 3                               | 3,33                                 |
| <b>Total</b>  | <b>90</b>                       | <b>100</b>                           |

Fonte: Dados de pesquisa, elaborado pelo autor (2015).

A Figura 13 traz um gráfico comparando a renda declarada pelo entrevistado nos anos de 2002 e 2015 onde fica visível que o número de produtores da faixa de renda até R\$ 392,00 em 2002 (equivalente a R\$ 1.000,00 no ano 2015) diminuiu de 2002 para 2015, enquanto todas as demais faixas tiveram comportamento inverso, ou seja, aumentou o número de produtores das demais faixas de renda, demonstrando que houve melhoria da renda do agricultor familiar no período de 2002 a 2015.

**Figura 13** – Gráfico: Renda mensal dos entrevistados em 2002 (equivalente deflacionado pelo IGP-DI para igualar poder de compra no ano de 2015) e 2015.



Fonte: Dados de pesquisa, elaborado pelo autor (2015).

### 3.1.5 Questão aberta e subjetiva.

Introduziu-se no questionário de entrevista a questão 36, única questão aberta, com o objetivo de dar espaço ao entrevistado para manifestar sua percepção sobre o crédito rural Pronaf, tanto em aspectos positivos quanto negativos.

Do total de noventa entrevistados, apenas 10% manifestaram sua percepção sobre programa Pronaf. De dez produtores entrevistados que manifestaram suas percepções na questão subjetiva: três criticaram a atuação da assistência técnica de assistência rural – ATER, considerando ineficiente seu acompanhamento na propriedade rural; três classificaram o processo de concessão do crédito rural como burocrático; uma declarou que o crédito rural ajudou a melhorar a qualidade de vida do pequeno produtor rural; uma declarou que deve ser melhorado o preço dos produtos na comercialização; e um produtor criticou o crédito rural

por não financiar gado para produtores que não tenham pastagem, cerca ou água na propriedade.

A atuação da assistência técnica de assistência rural – ATER é de extrema importância para o sucesso do empreendimento do produtor rural, pois além de atuar como um consultor técnico para garantir a produtividade da atividade, também será responsável por elaborar o projeto que a instituição financeira se baseará para a concessão de crédito rural.

A desburocratização do processo de concessão do crédito rural também é um ponto importante que deve ser repensado pelos legisladores das políticas de concessão, instituições financeiras e órgãos de regulação, de forma a simplificar a sistemática sem comprometer a segurança contra fraudes na concessão e nem a adimplência dos créditos.

O crédito rural tem contribuído para melhorar a qualidade de vida do produtor, como apontou um entrevistado, contudo tal fato depende de um conjunto de políticas públicas que somadas refletem positivamente sobre a vida do homem do campo, principalmente o agricultor familiar. Saúde pública de qualidade, programas de eletrificação rural, programas para aquisição da produção da agricultura familiar, programas de garantia de preço, acesso a educação técnica, programas de habitação rural, são alguns exemplos de políticas públicas que em conjunto com o crédito rural possibilitam a melhoria da qualidade de vida do produtor rural.

A melhoria do preço de comercialização das mercadorias depende da oferta e da procura, contudo existem formas de se proteger do baixo preço na comercialização, como a organização dos produtores rurais em associações ou cooperativas, agregar valor ao produto, como no beneficiamento do produto *in-natura*, ou obtendo selo de produto orgânico. Também existem programas que garantem o preço mínimo de venda, ou aquisição da produção como o Programa Aquisição de Alimentos – PAA, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae.

O impedimento para financiamento de gado para produtores que não tenham pastagem, cercas ou água na propriedade, como relatado pelo entrevistado, sugere uma situação pontual.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto procura introduzir o estudo sobre o crédito rural no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, e seu reflexo sobre a geração de renda de seus tomadores. Tratando-se de uma linha que contempla apenas o pequeno produtor, com condições diferenciadas, com a finalidade de promover o desenvolvimento rural por meio do financiamento da produção rural, aliado a programas federais que priorizam a comercialização da produção da agricultura familiar, a efetividade desta linha de crédito no processo de geração de renda e melhoria da qualidade de vida do pequeno produtor parece certa.

Contudo a pesquisa mostra que o perfil socioeconômico do produtor da agricultura familiar do município de Morrinhos/GO é formado em grande parte por agricultores com baixa escolaridade que adquiriram suas propriedades em programas de reforma agrária entre seis e quinze anos, que empregam pouca tecnologia em seu meio de produção e detém baixa assistência técnica de extensão rural – ATER. Este perfil denota um público que necessita do crédito rural para investir em suas pequenas propriedades e alavancar a produção, melhorando a geração de renda no campo. Mas também demonstra que o pequeno produtor, além do crédito, necessita de orientação técnica efetiva e constante, formação em empreendedorismo, noções sobre administração, tecnologia, logística, apoio fiscal para que possa inserir-se de forma competitiva na cadeia produtiva.

O estudo desenvolvido com o grupo pesquisado sinaliza melhora na geração de renda dos agricultores familiares, já que a renda média do grupo pesquisado (poder de compra em referência ao ano de 2015) aumentou de R\$ 1.797,44 no ano de 2012 para R\$ 2.561,11 no ano 2015. A qualidade de vida também melhorou na percepção do grupo entrevistado, principalmente pelo acesso a energia elétrica na propriedade rural, pela melhoria da saúde pública e pelo acesso ao ensino superior e técnico profissionalizante por membros do grupo familiar.

A oferta de crédito a taxas reduzidas, como no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf aliado a outras políticas públicas como Saúde pública de qualidade, programas de eletrificação rural, programas para aquisição da produção da agricultura familiar, programas de garantia de preço, acesso a educação técnica, programas de habitação rural contribui para a geração de renda do pequeno produtor e melhoria da qualidade de vida do produtor da agricultura familiar, desde que o empreendimento tenha boa gestão. Os resultados da pesquisa sinalizam que o crédito rural

Pronaf isoladamente, não é suficiente para garantir a geração de renda e a melhoria da qualidade de vida do produtor rural, mas em conjunto com outras políticas públicas se mostra relevante à melhoria da atividade econômica na propriedade e como um forte elo de um programa maior de fortalecimento da agricultura familiar a ser desenhado de forma ampla, multidisciplinar e multisetorial.

O perfil completo do produtor pertencente à agricultura familiar do município de Morrinhos/GO, apurada mediante a pesquisa de campo deste trabalho com a aplicação de questionário fechado a 90 agricultores com DAP válida, pode ser sintetizada a um produtor, em sua maioria, do sexo masculino, com idade média de 52,44 anos, com ensino fundamental até 9ª série, com propriedade adquirida na reforma agrária em torno de seis a quinze anos atrás, com uma média de 4,3 pessoas no grupo familiar, que deixam a propriedade em busca de trabalho, com alimentação variada, que residem em propriedades que ficam entre dez e vinte km de Morrinhos/GO, organizadas em associações ou cooperativas, que não contratam empregados, cuja principal atividade é a produção de leite e derivados, comercializando sua produção por intermédio de associações ou cooperativas, tomadoras de crédito rural Pronaf na modalidade custeio pecuário já há quatro anos ou mais, que declaram seguir as orientações do ATER, que acreditam que o crédito rural contribui para impulsionar a produção, com baixa inadimplência, que vivem em propriedades com eletrificação rural, mas sem acesso a Internet, com renda média por pessoa adulta em 2015 variando entre R\$ 1.000,01 e R\$ 3.000,00 e que tiveram aumento no valor de compra médio da renda passando de R\$ 1.797,44 no ano de 2012 para R\$ 2.561,11 no ano 2015.

Não há a pretensão de esgotar o tema, mas contribuir para o direcionamento de novas pesquisas, quiçá, na elaboração de políticas públicas ajustadas a necessidade creditícia do agricultor familiar, que propiciará, além da melhoria de sua qualidade de vida, uma maior contribuição do pequeno produtor no crescimento econômico e desenvolvimento local, através do acréscimo qualificado de sua produção.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Marco Antonio Bettine; GUTIERRES, Gustavo Luis; MARQUES, Renato. *Qualidade de vida: Definição, conceitos e interfaces com outras áreas de pesquisa*. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades - EACH/USP, 2012. 141 p.
- ARAÚJO, Massilon J. *Fundamentos de Agronegócios*. São Paulo: Ed. Atlas, 2013. 175 p.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Manual de crédito rural (MCR): Atualização MCR 518*. Brasília: Banco Central do Brasil, 2014.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Anuário estatístico do crédito rural – 2012*. Brasília: Banco Central do Brasil, 2012.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *FAQ - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf*. Brasília: Banco Central do Brasil, 2015. Disponível em: [http://www.bcb.gov.br/pre/bc\\_atende/port/PRONAF.asp#2](http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/PRONAF.asp#2). Acesso em 31 de maio 2015.
- BANDEIRA, Pedro. *Participação, articulação de atores sociais e Desenvolvimento Regional*. Brasil: IPEA: 1999.
- BLATT, Adriano. *Avaliação de risco e decisão de crédito: um enfoque prático*. São Paulo: Nobel. 1999.
- BNDES. *Solicitando o cartão BNDES*. Rio de Janeiro: BNDES. 2014. Disponível em: <<https://www.cartaobndes.gov.br/cartaobndes/Tutorial/Manual%20do%20Comprador%20-%20SOLICITACAO%20DE%20CARTAO.pdf>>. Acesso em 24 de abril 2015.
- BRASIL. IPEA. *População economicamente ativa (PEA)*. 2014. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em 05 de maio 2014.
- \_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Legislação do Crédito Rural*. 2014. Disponível em: <[http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/pronaf/arquivos-tecnicos-plano-safra-13-14/Legisla%C3%A7%C3%A3o\\_do\\_Cr%C3%A9dito\\_Rural\\_do\\_Pronaf\\_13-14\\_21\\_06\\_13.pdf](http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/pronaf/arquivos-tecnicos-plano-safra-13-14/Legisla%C3%A7%C3%A3o_do_Cr%C3%A9dito_Rural_do_Pronaf_13-14_21_06_13.pdf)>. Acesso em 14 de junho 2014.
- \_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Emissão de Extrato de DAP*. 2015a. Disponível em: <<http://smap14.mda.gov.br/dap/extrato/pf/PesquisaMunicipio.aspx>>. Acesso em 29 de junho 2015.
- \_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Segurança alimentar: Programa de aquisição de alimentos – PAA*. 2015b. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acesso em 31 de maio de 2015.
- BRUM, Liliani Mathias *et al.* *Qualidade de vida dos professores da área de ciências em escola pública no Rio Grande do Sul*. Revista Trab. educ. saúde, vol.10, n. 1 Rio de Janeiro, Mar./Jun., 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-77462012000100008&lng=en&nrm=isso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462012000100008&lng=en&nrm=isso). Acesso em 03 de outubro de 2015.

CALLADO, Antônio André Cunha (Org.). *Agronegócio*. 3. ed. São Paulo: Atlas. 2011. 203 p.

CAPOBIANGO, Ronan Pereira, BRAGA, Marcelo José, SILVEIRA, Suely de Fátima Ramos, COSTA, Caio César Medeiros. *Análise do Impacto Econômico do Crédito Rural na Microrregião de Pirapora*. Revista RESR, Piracicaba-SP, v. 50, n. 4, p. 631-644, out./dez. 2012.

COELHO, Carlos. *Nayro. 70 anos de política agrícola no Brasil (1931-2001)*. Revista de Política Agrícola, Brasília, ano x, n. 3, p. 03-58, jul./set., 2001. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/>>. Acesso em 09 de maio 2014.

CEPEA. *PIB do agronegócio – dados de 1994 a 2013*. São Paulo: CEPEA/ESALQ 2014. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/pib/>>. Acesso em 04 de outubro 2014.

DIEESE. *A evolução do crédito na economia brasileira – 2008-2013*. Nota Técnica n. 135, São Paulo, Maio/2014. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/2014/notaTec135Credito.pdf>>. Acesso em: 21 de abril 2015.

FORTUNA, Eduardo. *Mercado Financeiro: produtos e serviços*. 17º ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.

GOIÁS. Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. *Estatísticas Municipais*, Goiânia. 2014. Disponível em: [http://www.seplan.go.gov.br/sepin/perfilweb/estatistica\\_bde.asp](http://www.seplan.go.gov.br/sepin/perfilweb/estatistica_bde.asp). Acesso em 15 de junho de 2014.

GÜNTHER, Hartmut. *Como elaborar um Questionário* (Série: Planejamento de Pesquisa nas Ciências Sociais, n. 01). Brasília, DF: UnB, Laboratório de Psicologia Ambiental. 2003. Disponível em <http://www.psi-ambiental.net/pdf/01Questionario.pdf>. Acesso em 19 de maio 2015.

HERCULANO, Selene C. *et al.* (org.). *Qualidade de vida e riscos ambientais*. Niteroi: Eduff, 2000. Disponível em <http://www.ivt-rj.net/ivt/bibli/herculano.pdf>. Acesso em 03 de outubro de 2015.

IBGE - INDICADORES ECONÔMICOS. *Levantamento Sistemático da Produção Agrícola*. 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/lspa/default.shtm>>. Acesso em 18 ago. 2013.

IBGE – CENSO AGROPECUÁRIO 2006. *Agricultura Familiar - Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação*. 2006. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri\\_familiar\\_2006\\_2/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006_2/default.shtm)>. Acesso em 05 de maio 2014.

IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO. *Censo demográfico 2010*. 2010. Disponível em: <http://www.ibge.com.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>. Acesso em 15 de junho 2014.

IBGE – CIDADES@. *Goiás >> Morrinhos >> Histórico*. 2014. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=521380&search=goias|morrinhos|infograficos:-historico>. Acesso em 23 de maio de 2015.

MELO, Andrey Oliveira et all. *Morrinhos: economia e política (1870-1970)*. Goiânia: Kelps, 2014.

MORETTIN, Luiz Gonzaga Morettin. *Estatística Básica: Volume 2 – Inferência*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000.

MORAIS, Ezequiel; BERNARDINO, Diogo. *Contratos de crédito bancário e de crédito rural: questões polêmicas*. São Paulo: Método, 2010.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Rev. Estudos Avançados – USP*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83-100, set./dez. 2001.

OLIVEIRA, Ana Luisa Araujo de. *Políticas públicas para agricultura familiar: uma análise a partir do projeto de assentamento São Pedro, município de Paranaíba-MT*. 2014. 125f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) – UNICAMP, Campinas.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. *Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento*. *Rev.FAE*, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, maio/ago. 2002.

OLIVEIRA, Giuliano Contento de; CARVALHO, Carlos Eduardo. O componente "custo de oportunidade" do spread bancário no Brasil: uma abordagem pós-keynesiana. *Rev. Economia e Sociedade – Campinas*, v. 16, n. 3, dez. 2007.

OLIVEIRA, Tânia Modesto Veludo de. Amostragem não probabilística: Adequação de situações para uso e limitações de amostras por conveniência, julgamento e quotas. *Rev. Administração On line – FECAP*, São Paulo, v. 2, n. 3, jul/ago./set. 2001. Disponível em: [http://www.fecap.br/adm\\_online/art23/tania2.htm](http://www.fecap.br/adm_online/art23/tania2.htm). Acesso em 05 de março de 2016.

PALACIN, Luis; MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. *História de Goiás: (1722-1972)*. Goiânia: UFG, 2006.

PATRICIO, Patrícia Cartes; GOMES, João Carlos Costa. Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação. *Revista Nera*, Presidente Prudente, Jul-dez./2012, p. 100-113.

PERERA, Luiz Carlos Jacob (Org.). *Crédito: história, fundamentos e modelos de análise*. São Paulo: Mackenzie, Saint Paul, 2013. 270 p.

PIRES, Mauro Oliveira. Programas agrícolas na ocupação do cerrado. *Rev. Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 3, n 1 e 2, p. 111-131, jan./dez. 2000.

RAMOS, Simone Yuri, MARTHA JUNIOR, Geraldo Bueno. *Evolução da política de crédito rural brasileira*. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2010. 65 p.

SANTOS, José Odálio dos. *Análise de crédito: empresas, pessoas físicas, varejo, agronegócio e pecuária*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 334 p.

SAUER, Sérgio. *Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro*. Brasília: Embrapa, 2008. 81 p.

TRAPP, Adriana Cristina Garcia; CORRAR, Luiz J. *Avaliação e gerenciamento do risco operacional no Brasil: análise de caso de uma instituição financeira de grande porte*. Rev. contab. finanç. vol.16. n. 37. São Paulo Jan./Apr. 2005.

VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. 220 p.

## APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO



### FACULDADES ALVES FARIA- ALFA MESTRADO PROFISSIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

#### Questionário

ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS DO BENEFICIÁRIO DO PROGRAMA NACIONAL  
DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF

1- Nome \_\_\_\_\_

#### **BLOCO 1 – Produtor:**

*O primeiro bloco terá um cunho social vinculado ao produtor, abordando itens como grupo familiar e tempo de permanência na propriedade.*

#### **1- Qual sua escolaridade?**

- a. ( ) Não alfabetizado.
- b. ( ) Ensino Fundamental – de 1º a 4º série .
- c. ( ) Ensino Fundamental – de 5º a 9º série.
- d. ( ) Ensino Médio (2º grau).
- e. ( ) Ensino Superior.

*Objetivo: Verificar a escolaridade do genitor do grupo familiar.*

#### **2- Como você adquiriu sua propriedade rural?**

- a. ( ) Comprando.
- b. ( ) Herança.
- c. ( ) Reforma agrária.
- d. ( ) De outra forma.
- e. ( ) Não é proprietário.

*Objetivo: Verificar como se deu o título de propriedade do imóvel.*

#### **3- Há quanto tempo a propriedade rural pertence a sua família?**

- a. ( ) Não sou o proprietário.

- b. ( ) De 1 a 5 anos.
- c. ( ) De 6 a 15 anos.
- d. ( ) De 16 a 30 anos.
- e. ( ) Mais de 30 anos.

Objetivo: Verificar o tempo de permanência na terra, considerando inclusive se foi passada de pai para filhos.

**4- Quantas pessoas compõem o grupo familiar (incluindo você)?**

- a. ( ) 1 pessoa - apenas você.
- b. ( ) 2 pessoas.
- c. ( ) 3 pessoas.
- d. ( ) 4 pessoas.
- e. ( ) 5 pessoas.
- f. ( ) 6 pessoas.
- g. ( ) 7 pessoas.
- h. ( ) 8 pessoas.
- i. ( ) 9 pessoas.
- j. ( ) Mais de 9 pessoas

Objetivo: Verificar a média de pessoas que compõe o grupo familiar na agricultura familiar.

**5- Quantas pessoas do seu grupo familiar moram na propriedade rural?**

- a. ( ) até 3 pessoas.
- b. ( ) de 3 até 5 pessoas.
- c. ( ) de 6 até 10 pessoas.
- d. ( ) mais de 10 pessoas.

Objetivo: Avaliar a saída do campo dos integrantes do grupo familiar.

**6- Em sua opinião, qual seria o principal motivo de seus familiares não morarem na propriedade rural?**

- a. ( ) Isso não aconteceu e todos os familiares moram na propriedade rural.
- b. ( ) Para estudar.
- c. ( ) Para trabalhar.
- d. ( ) Para ter acesso a itens de conforto como TV, Internet, diversão, entre outros.
- e. ( ) Por outros motivos.

Objetivo: Avaliar a razão que motiva a saída do campo, dos trabalhadores da agricultura familiar.

**7- Quantas pessoas de seu grupo familiar cursam ou terminaram apenas o ensino fundamental até a 9º série?**

- a. ( ) Nenhuma.
- b. ( ) 1 pessoa.
- c. ( ) 2 pessoas.
- d. ( ) 3 pessoas.
- e. ( ) mais de 3 pessoas.

Objetivo: Avaliar como está estratificado o nível de escolaridade nas famílias pertencentes à agricultura familiar.

**8- Quantas pessoas de seu grupo familiar cursam ou tem até o segundo grau?**

- a. ( ) Nenhuma.
- b. ( ) 1 pessoa.
- c. ( ) 2 pessoas.
- d. ( ) 3 pessoas.
- e. ( ) mais de 3 pessoas.

Objetivo: Avaliar como está estratificado o nível de escolaridade nas famílias pertencentes à agricultura familiar.

**9- Quantas pessoas de seu grupo familiar cursam ou concluíram o ensino superior?**

- a. ( ) Nenhuma.
- b. ( ) 1 pessoa.
- c. ( ) 2 pessoas.
- d. ( ) 3 pessoas.
- e. ( ) mais de 3 pessoas.

Objetivo: Avaliar como está estratificado o nível de escolaridade nas famílias pertencentes à agricultura familiar.

**10- Quais dos alimentos abaixo você e sua família consomem diariamente? (pode ser marcada mais de uma opção).**

- a. ( ) Grãos como arroz, feijão, milho etc.

- b. ( ) Hortaliças como alface, cenoura, tomate, etc.
- c. ( ) Frutas como laranja, mamão, abacate, mexerica, etc.
- d. ( ) Carnes como gado, frango, porco, ovos e leite.
- e. ( ) Doces como chocolate, balas, bolachas, etc.

Objetivo: Verificar a qualidade da alimentação dos integrantes da agricultura familiar.

### **BLOCO 2 – Propriedade:**

Este será o segundo eixo, onde serão abordadas questões de cunho econômico relacionados a propriedade do agricultor familiar.

#### **11- Qual o nome de sua propriedade?**

a. \_\_\_\_\_.

Objetivo: Apurar dado demográfico.

#### **12- Qual a distância da propriedade até a sede do município de Morrinhos?**

- a. ( ) até 5 km.
- b. ( ) Entre 5 e 10 km.
- c. ( ) Entre 10 e 20 km.
- d. ( ) Entre 20 e 30 km.
- e. ( ) Mais de 30 km.

Objetivo: Apurar dado demográfico.

#### **13- Atualmente você faz parte de alguma associação ou cooperativa de produção?**

- a. ( ) Sim.
- b. ( ) Não.

Objetivo: Verificar se os produtores da agricultura familiar estão se organizando de forma a se fortalecerem na comercialização de sua produção.

#### **14- Dos alimentos consumidos por você e sua família, o quanto você considera que é produzido em sua propriedade?**

- a. ( ) até 25% (cerca de um quarto do que é consumido).
- b. ( ) de 25% a 50% (cerca de metade do que é consumido).
- c. ( ) de 50% a 75% (cerca de três quartos do que é consumido).
- d. ( ) de 75% a 100% (quase a totalidade do que é consumido).

Objetivo: Verificar a qualidade dos alimentos consumidos pelos integrantes da agricultura familiar.

**15- Quantos empregados (não pertencentes ao grupo familiar) você possui?**

- a. ( ) 1 (um).
- b. ( ) 2 (dois).
- c. ( ) 3 (três).
- d. ( ) 4 (quatro).
- e. ( ) Mais de 4 (quatro) empregados.
- f. ( ) Nenhum

Objetivo: Verificar se a agricultura familiar contribui com a geração de emprego na comunidade.

**16- De qual cultura/atividade vem sua principal fonte de renda?**

- a. ( ) Produção de grãos (arroz, milho, soja, outros).
- b. ( ) Produção carne ou derivados (gado, frangos, ovos, suínos, etc.).
- c. ( ) Produção de leite e derivados (leite in natura, queijos, etc.).
- d. ( ) Produção de hortaliças (alface, couve, cenoura, tomate, etc.).
- e. ( ) Produção de frutas (laranja, mexerica, banana, acerola, etc.).
- f. ( ) Misto de culturas (várias atividades são desenvolvidas na propriedade).

Objetivo: Verificar a aptidão agrícola do grupo.

**17- Como comercializa sua produção?**

- a. ( ) Entregando em cooperativas ou associações.
- b. ( ) Em feiras livres ou vendendo para o comércio em geral.
- c. ( ) CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento (Programa Aquisição de Alimentos – PAA).
- d. ( ) Em programas municipais, para atender escolas, asilos, etc. (Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae).
- e. ( ) Outras formas.

Objetivo: Verificar como se estabelece a cadeia produtiva do agricultor.

**BLOCO 3 – Pronaf:**

Este será o terceiro eixo, onde abordaremos temas relacionados à perspectiva sobre o crédito rural.

**18- Você possui alguma das linhas de crédito abaixo, vinculados ao PRONAF?**

- a. ( ) Não sou tomador de crédito Pronaf.
- b. ( ) Pronaf Custeio .
- c. ( ) Pronaf Mais Alimentos-Investimento.
- d. ( ) Pronaf Agroindústria.
- e. ( ) Pronaf Agroecologia.
- f. ( ) Pronaf Eco.
- g. ( ) Pronaf Floresta.
- h. ( ) Pronaf Semiárido.
- i. ( ) Pronaf Mulher.
- j. ( ) Pronaf Jovem.
- k. ( ) Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares.
- l. ( ) Pronaf Cota-Parte.
- m. ( ) Microcrédito Rural.

Objetivo: Conhecer qual a linha de crédito vem atendendo o perfil do tomador de crédito da agricultura familiar em Morrinhos/GO.

**19- Qual a última vez que você tomou o crédito rural Pronaf?**

- a. ( ) Nunca tomei crédito rural Pronaf.
- b. ( ) Neste ano de 2015.
- c. ( ) em 2014.
- d. ( ) em 2013.
- e. ( ) Anterior a 2013.

Objetivo: Verificar se a experiência do proponente é recente.

**20- Há quanto tempo você toma o crédito rural Pronaf?**

- a. ( ) Nunca tomei crédito rural Pronaf.
- b. ( ) Há um ano.
- c. ( ) Há dois anos.
- d. ( ) Há três anos.
- e. ( ) Há quatro ou mais anos.

Objetivo: Verificar se a experiência geral do proponente.

**21- Considerando os últimos treze anos, qual dos itens abaixo você acredita que o crédito rural Pronaf veio a lhe atender e que você considera mais importante?**

- a. ( ) Nunca tomei o crédito rural Pronaf.
- b. ( ) Custeio agrícola (compreende do plantio a colheita e armazenamento).
- c. ( ) Custeio pecuário (compreende atividades no trato de animais).
- d. ( ) Investimento para aquisição de animais.
- e. ( ) Investimento para aquisição de equipamentos, implementos, tratores ou similares.
- f. ( ) Investimento para aquisição de veículo utilitário ou motocicletas.
- g. ( ) Outras.

Objetivo: Verificar se o agricultor tem sentido que o crédito tem sido importante para qualificar a capacidade produtiva e se está coerente com a finalidade do Pronaf.

**22- Quais são as melhorias que o crédito rural Pronaf investimento propiciou para sua propriedade?**

- a. ( ) Implementos agrícolas (pulverizadores, motores estacionários, etc.).
- b. ( ) Tratores, caminhões, motos, veículos utilitários ou similares.
- c. ( ) Tanques de expansão, resfriadores, ordenhas, etc.
- d. ( ) Animais de alto padrão genético (reprodutores ou matrizes).
- e. ( ) Construção de silos, galpões, celeiros, abrigos, cercas e currais.
- f. ( ) Outras melhorias.
- g. ( ) Não propiciou melhorias ou nunca contratei.

Objetivo: Verificar o nível tecnológico propiciado pelo crédito Pronaf Investimento.

**23- Quais são as melhorias que o crédito rural Pronaf custeio propiciou para sua propriedade?**

- a. ( ) Aquisição de sementes, mudas ou similares com elevado padrão de germinação.
- b. ( ) Aquisição de sementes transgênicas.
- c. ( ) Aquisição de insumos (calcário, defensivos, etc.) para correção de solo e aumento de produtividade.
- d. ( ) Aquisição de insumos (vacinas, vermífugos, minerais, etc.) que permitam a qualidade da saúde dos animais preservando sua produtividade.
- e. ( ) Outras melhorias.
- f. ( ) Não propiciou melhorias ou nunca contratei.

Objetivo: Verificar o nível tecnológico propiciado pelo crédito Pronaf custeio.

**24- Você respeita as orientações contidas no projeto elaborado pelo ATER apresentado junto a instituição financeira, quando da solicitação do crédito?**

- a. ( ) Sim.
- b. ( ) Não.
- c. ( ) Nunca tomei crédito rural.

Objetivo: Verificar se pode existir ocorrência de assimetria de informação na tomada do crédito rural.

**25- Você acredita que o crédito rural é importante para impulsionar a produção na propriedade rural?**

- a. ( ) Sim.
- b. ( ) Não.
- c. ( ) Não tenho opinião formada.

Objetivo: Verificar se o produtor está satisfeito com o crédito rural no Brasil.

**26- Você está com seu empréstimo de crédito rural em atraso?**

- a. ( ) Sim.
- b. ( ) Não.
- c. ( ) Não tenho crédito contratado.

Objetivo: Verificar informações sobre inadimplência deste grupo.

**27- Qual o razão do atraso com seu empréstimo de crédito rural?**

- a. ( ) Problemas de ordem pessoal, como doenças na família.
- b. ( ) Frustração de safra, como perda de produção.
- c. ( ) Empreendimento sem aceitação no mercado, com por exemplo uma cultura agrícola sem espaço comercial no mercado.
- d. ( ) Juros elevados e/ou prazo curto para pagamento.
- e. ( ) Falta de assistência técnico adequada.
- f. ( ) Ter empregado o recurso tomado em destino diferente do programado no projeto.
- g. ( ) Não possuo empréstimo de crédito rural ou não possuo atraso.

Objetivo: Verificar informações sobre inadimplência deste grupo.

**BLOCO 4 – Qualidade de vida:**

Este será o quarto eixo, onde abordamos elementos vinculados a qualidade de vida do produtor, como renda, emprego e produção agropecuária.

**28- Qual sua idade?**

a. \_\_\_\_\_.

Objetivo: Verificar a faixa etária que encontram-se os responsáveis pela agricultura familiar.

**29- Sexo?**

a. ( ) Masculino.

b. ( ) Feminino.

Objetivo: Apurar dado demográfico.

**30- Nos últimos 13 anos como classifica seu acesso à saúde?**

a. ( ) Não houve alteração.

b. ( ) Melhorou, pois nossos tratamentos médicos são pagos parcialmente ou integralmente por nós.

c. ( ) Melhorou, pois a qualidade da saúde pública e gratuita também melhorou.

d. ( ) Piorou, pois não dispomos de recursos para despesas médicas e a saúde pública é ruim.

Objetivo: Avaliar como evoluiu o acesso à saúde desde 2012 pelo agricultor familiar.

**31- Há quanto tempo sua propriedade possui energia elétrica?**

a. ( ) Não possuímos eletrificação rural.

b. ( ) Há menos de 1 ano.

c. ( ) Entre 1 e 5 anos.

d. ( ) Entre 6 e 10 anos.

e. ( ) Mais de 10 anos.

Objetivo: Utilizar o item energia elétrica como um dos indicadores de conforto.

**32- Das tecnologias implantadas em sua propriedade nos últimos 13 anos, qual a que você considera como a mais importante para o aumento da produtividade da propriedade?**

a. ( ) Energia elétrica.

b. ( ) Tratores, Plantadeiras e colheitadeiras.

c. ( ) Georeferenciamento ou sensoriamento remoto.

- d. ( ) Telefonia.
- e. ( ) Internet.
- f. ( ) Melhoramento genético de animais e técnicas de manejo.
- f. ( ) Outras.

Objetivo: Verificar qual tecnologia tem propiciado o desenvolvimento da atividade rural.

**33- Há quanto tempo sua propriedade possui acesso à Internet?**

- a. ( ) Não possuímos acesso a internet.
- b. ( ) Há menos de 1 ano.
- c. ( ) Entre 1 e 5 anos.
- d. ( ) Entre 6 e 10 anos.
- e. ( ) Mais de 10 anos.

Objetivo: Utilizar o item Internet como um dos indicadores de conforto.

**34- Qual a renda mensal média que você tem atualmente?**

- a. ( ) Não possuo renda.
- b. ( ) Até R\$ 1.000,00.
- c. ( ) De R\$ 1.000,01 a R\$ 2.000,00.
- d. ( ) De R\$ 2.000,01 a R\$ 3.000,00.
- e. ( ) De R\$ 3.000,01 a R\$ 4.000,00.
- f. ( ) Acima de R\$ 4.000,00.

Objetivo: Verificar qual a renda familiar e posteriormente calcular a renda média per-capta atual do grupo.

**35- Qual a renda mensal média que você tinha em 2002?**

**Obs.: Os valores foram deflacionados pelo IGP-DI para igualar o poder de compra de 2015.**

- a. ( ) Não possuía renda neste ano.
- b. ( ) Até R\$ 392,00 (equivalente a R\$ 1.000,00 no ano 2015).
- c. ( ) De R\$ 392,01 a R\$ 785,01 (equivalente a R\$ 1.000,01 a R\$ 2.000,00 no ano 2015).
- d. ( ) De R\$ 785,01 a 1.177,52 (equivalente a R\$ 2.000,01 a R\$ 3.000,00 no ano 2015).
- e. ( ) De R\$ 1.177,53 a R\$ 1.570,02 (equivalente a R\$ 3.000,00 a R\$ 4.000,00 no ano 2015).
- f. ( ) Acima de R\$ 1.570,02 (equivalente a R\$ 4.000,00).

Objetivo: Verificar se houve aumento de renda. Este item se torna delicado, exigindo perícia na coleta dos dados para que haja o entendimento da deflação do valor.

Questão aberta e subjetiva.

**36- Espaço para sugerir alguma melhoria para o programa Pronaf, ou para relatar aspectos que considera negativo ou positivo?**

---

---

---

---

---

---

---

---

**APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**



**FACULDADES ALVES FARIA- ALFA  
MESTRADO PROFISSIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Eu, \_\_\_\_\_, RG: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, endereço \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, Telefone \_\_\_\_\_, aceito colaborar como voluntário de um estudo sobre: **CRÉDITO RURAL E GERAÇÃO DE RENDA NO MUNICÍPIO DE MORRINHOS/ GO: O CASO DO PRONAF.**

Estou ciente que minha participação consiste em responder um questionário sobre **“CRÉDITO RURAL E GERAÇÃO DE RENDA NO MUNICÍPIO DE MORRINHOS/ GO: O CASO DO PRONAF”**, e também fui informado que, caso não queira participar, isso em nada me prejudicará. Fui esclarecido que quando os resultados forem divulgados, o meu nome não será mencionado e que não terei nenhum prejuízo por participar da pesquisa.

Para qualquer esclarecimento procurarei o pesquisador do projeto no logradouro, Av 101, Qd 43, Lt. 13. Setor Aeroporto, acadêmico de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Faculdade Alves Faria, ou pelo telefone (64) 3634-1380. Sei que não serei pago para participar deste estudo.

Informo que compreendo este termo de consentimento e que minha assinatura abaixo significa que aceito participar deste estudo.

Entrevistado: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_

Pesquisador Responsável: Herrivelto Afonso de Oliveira.

Morrinhos/GO \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.